

Colecionar, escrever a história:

A história de Portugal e de suas possessões na perspectiva do bibliófilo Diogo
Barbosa Machado

Ana Paula Sampaio Caldeira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Manoel Luiz Salgado Guimarães/ Rodrigo Bentes Monteiro

Rio de Janeiro

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Colecionar, escrever a história:

A história de Portugal e de suas possessões na perspectiva do bibliófilo Diogo
Barbosa Machado

Ana Paula Sampaio Caldeira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História Social.

Aprovada por

Prof. Dr. Manoel Luiz Salgado Guimarães
(Orientador)

Prof. Dr. Rodrigo Bentes Monteiro
(Co-orientador)

Profa. Dra. Andréa Viana Daher

Profa. Dra. Íris Kantor

Ficha catalográfica

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio.

Colecionar, escrever a história: A história de Portugal e de suas possessões na perspectiva do bibliófilo Diogo Barbosa Machado/ Ana Paula Sampaio Caldeira. Rio de Janeiro: UFRJ/ PPGHIS, 2007.

v, 175f.; 29,7 cm.

Orientador: Manoel Luiz Salgado Guimarães/ Rodrigo Bentes Monteiro

Dissertação (mestrado) – UFRJ /IFCS/ Programa de Pós-graduação em História Social, 2007.

Referências bibliográficas: f. 163-175

1. Historiografia. 2. Coleccionismo. I. Guimarães, Manoel Luiz Salgado II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. III. Programa de Pós-graduação em História Social. IV. Título

RESUMO

No século XVIII português, um erudito chamado Diogo Barbosa Machado dedicou-se a colecionar materiais sobre a história de Portugal e de suas possessões. Nesta minuciosa tarefa de selecionar aquilo que era digno de sobreviver ao tempo, aquele antiquário constituía, por meio da prática colecionista, uma relação com o passado. Este trabalho de compilação foi levado a cabo por Barbosa Machado até os últimos anos de sua vida, quando, então, vendeu a sua coleção pessoal e toda a sua livraria para a Coroa portuguesa. Com a invasão napoleônica e a vinda da Corte para o Brasil, muitas das obras da Biblioteca Real foram transferidas para o Rio de Janeiro, dando início aqui à atual Biblioteca Nacional. Entre estas obras, estava toda a coleção daquele erudito.

Nesta dissertação, buscaremos refletir, em primeiro lugar, sobre a história desta própria coleção, percebendo as mudanças que sofreu já no Brasil. Cremos que estas mudanças relacionam-se às diferentes maneiras como os homens dos séculos XVIII e XIX se relacionavam com o seu passado e elaboravam a sua experiência do tempo. Nos capítulos seguintes, buscaremos mostrar que esta mesma coleção pode ser entendida, a partir das demandas historiográficas de sua época, tanto como um arquivo, capaz de fornecer vestígios para uma escrita do passado, quanto como uma forma peculiar de escrita da história, na medida em que conferia um sentido ao passado português.

ABSTRACT

At the Portuguese 18th century, an erudite named Diogo Barbosa Machado, has devoted himself to collect materials about Portugal's history and possessions. Through the precise task of selecting what should survive at time, by a antiquarian practice, the erudite built a relation with the past. This work of compilation has been done by Barbosa Machado until the last days of his life. Then, he sold his personal collection and all his library to the Portuguese Crown. With the Napoleonic invasions and the Crown's arrival to Brazil, lots of the Royals libraries productions were transferred to Rio de Janeiro. That way began the National Library. Between these productions was all the erudite's collections.

This dissertation will try to reflect, at first place, about this collection's history, noticing the changes suffered in Brazil. We believe that these changes are relate to the different manners which men from the 18th and 19th centuries used to deal with their pasts and build their experience of time. Through the next chapters we will try to show that this same collection can be understood such as a archive capable of giving elements to a written of the past, and such as a peculiar way of writing history, because it gave a meaning to the Portuguese past.

SUMÁRIO

Agradecimentos	6
Introdução	10
Capítulo 1: Uma coleção em diferentes regimes de historicidade	19
A coleção e a prática do antiquariado.....	20
A trajetória da coleção e as mudanças sofridas por ela na cultura histórica oitocentista	39
Capítulo 2: A Coleção como Arquivo	64
A Academia, o Decreto e o projeto de uma escrita da história pautada em documentos.....	66
A constituição de um ambiente erudito em Portugal e a busca por testemunhos do passado.....	85
A autoridade do documento: o arquivo de Barbosa Machado	93
Capítulo 3: A Coleção como Escrita da História.....	106
A escrita de Diogo Barbosa Machado: os elogios	110
A dimensão do conflito: combates nos campos de batalha e embates de testemunhos.....	120
Os lugares da história	131
Conclusão	156
Fontes	163
Bibliografia.....	164
Obras de carácter teórico-metodológico.....	164
Obras Gerais.....	166

Agradecimentos

Os agradecimentos, certamente, constituem a parte mais prazerosa de ser feita em qualquer dissertação. Quando finalmente vemos que o trabalho foi concluído, podemos, então, sentar e pensar nas pessoas que contribuíram, cada uma a sua maneira, para ele. Mas, ao mesmo tempo, é uma tarefa difícil, pois, para aquele que o escreve, fica evidente o quanto as palavras são limitadas quando se quer expressar o que algumas pessoas representaram não só para a realização desta etapa, mas sobretudo para a minha vida e a minha formação.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos funcionários da Biblioteca Nacional. Tive a sorte de encontrar alguns que ajudaram bastante ao longo da pesquisa, pegando aqueles volumes enormes e pesados que eu consultava, fornecendo relatórios dos bibliotecários do século XIX (que eu jamais encontraria na base de dados da biblioteca) e tirando dúvidas a respeito da minha documentação e da organização daquele acervo. Gostaria de agradecer especialmente aos funcionários da Iconografia (sobretudo Deividy e Mônica) pela tão preciosa ajuda, e a D. Lygia Cunha pela entrevista concedida.

Também na Biblioteca Nacional tive o prazer de conviver diariamente com pessoas que se tornaram fundamentais para a realização deste trabalho. Desses amigos recordo não apenas os divertidos almoços juntos, mas o incentivo enquanto ainda preparava o projeto de mestrado. Um agradecimento especial vai para Walter Marcelo Ramundo, Ana Cristina Rodrigues, Guido Fabiano Pinheiro Queiroz e os “excellentísimos e digníssimos varões insígnis” Pedro Fonseca de Araujo, Jorge Miranda Leite, Gustavo Kelly de Almeida e Jerônimo Duque Estrada de Barros. Sempre dispostos a me ajudar, compartilhando suas pesquisas e também os preciosos resumos e tabulações dos livros de Barbosa Machado, eles foram essenciais para a conclusão desta dissertação. Obrigada também a David Felismino por ter compartilhado conosco os materiais coletados nos arquivos portugueses.

Agradeço a Paula Cruz e Cíntia Almeida Ramos que, ainda na etapa de seleção de mestrado, leram meu projeto, contribuíram com suas críticas e compartilharam dúvidas teóricas e existenciais comigo. Adriana Clen e Ísis Pimentel, fizeram o mestrado ser menos maçante e mais divertido. À nossa “Pequena Notável”, sou grata também pela força que me deu, sobretudo na conturbada reta final de escrita da dissertação. Imprescindíveis também foram Rafael, Valéria, Amália, Ilton, Marcos César, Sérgio Henrique, Aline, Ricardo Alexandre, Beto, Léo, Carlos e demais agregados do “cream de la cream”, que me enchiam de cerveja e caipirinha e nunca me perguntavam (com exceção do Léo, é claro!) sobre minha

dissertação, pois sabem muito bem que isso não é papo evoluído o suficiente para uma mesa de bar. Meus agradecimentos também a Irina Aragão, Ricardo Pinto e Erika, minha amiga-irmã que por vezes me socorreu diante da precariedade do meu inglês.

Uma pessoa fundamental, não apenas como um dos responsáveis por um dia eu ter escolhido fazer história, mas por ter participado da minha vida durante tanto tempo foi Fabio Candido dos Santos. A ele agradeço a grande amizade que tivemos e também o companheirismo que demonstrou nos momentos bons e ruins em que estive comigo.

Gostaria ainda de ressaltar o papel de alguns professores neste processo. Em primeiro lugar, meus orientadores. Manoel Salgado, de quem já fui aluna tantas e tantas vezes, me ensinou, mais do que qualquer conteúdo de história, a pensar e problematizar o tempo todo as minhas concepções e certezas. Certamente ele não sabe – mas poderá ter uma noção a partir desses agradecimentos – o quanto eu refleti sobre o que me ensinou não apenas para preparar meus projetos acadêmicos, mas para minha vida como um todo. A Rodrigo Bentes Monteiro agradeço a enorme dedicação, a generosidade intelectual, a paciência e também a sensibilidade de entender a vida atribulada que tive nesse último ano de mestrado. Mais do que um contato entre aluno e professor, tornou-se uma relação de amizade.

Agradeço a Íris Kantor, sempre tão acessível e atenciosa, seja por e-mail, seja pessoalmente, e a Margarida de Sousa Neves, por ter aceitado participar da minha banca de qualificação e ter feito considerações importantes para o crescimento do trabalho. A Andréa Daher gostaria de agradecer as valiosas sugestões, algumas das quais tentei incorporar à dissertação, mas também de atribuir a ela influência em muitas das minhas escolhas e interesses dentro da área de história. Não gostaria de esquecer a professora Andréia Frazão, a quem sou grata pela leitura do projeto e por boa parte da minha formação e aprendizado dentro do IFCS.

A meus pais, Antonio (*in memoriam*) e Beth, que nunca entenderam muito bem que negócio era esse de mestrado, mas ainda assim ficaram contentes quando me viram ingressar na pós-graduação, agradeço a presença constante e todas as loucuras que fizeram por mim ao longo da vida. Obrigada a meus sobrinhos João e Pedro, por terem me alertado tantas vezes que era nosso papel, como super-heróis, salvar a terra de monstros ligados às forças do mal e, portanto, que eu não poderia ficar sossegada lendo um livro diante de um perigo tão iminente. A eles sou grata por este importante alerta. Agradeço aos meus cachorros Mel e Xisto, tantas vezes enxotados do quarto, e Scooby, privado dos seus passeios noturnos nos últimos meses. Gostaria de ressaltar ainda o companheirismo de meus gatos, Penélope e John Lennon, que

sempre estavam ao meu lado na mesa do computador, dando uma grande utilidade aos rascunhos da dissertação quando dormiam sobre eles.

Propositalmente por último, um agradecimento especial a Douglas Attila (aquele que me tirou da história para a vida), para quem, toda vez que eu olho, eu me convenço de que a vida, isso que a gente tanto planeja e tenta controlar, é realmente engraçada e, sobretudo, imprevisível.

Os fregueses da taverna acotovelam-se em torno à mesa que se foi aos poucos cobrindo de cartas, esforçando-se por tirar dessa barafunda de tarôs a sua própria história, e quanto mais confusas e desconjuntadas se tornam essas histórias tanto mais as cartas esparramadas vão encontrando seu lugar num mosaico ordenado. Será apenas resultado do acaso, este desenho, ou talvez algum de nós o estará pacientemente estruturando?

(CALVINO, Ítalo. *O Castelo dos Destinos Cruzados*).

INTRODUÇÃO

No século XVIII, em Portugal, um homem chamado Diogo Barbosa Machado dedicou-se praticamente por inteiro aos estudos. Em sua casa, situada à rua Direita a Rilhafoles, em Lisboa, ele foi ao longo da vida enchendo as estantes de sua biblioteca com muitos livros. Interessava-se por vários assuntos, mas, sobretudo, pela história eclesiástica e secular do reino. Teve de dividir seu interesse pelos estudos com a vocação eclesiástica, paixões de forma alguma excludentes, mas, antes, complementares, pois a carreira religiosa certamente lhe garantia acesso a saberes e um acúmulo ainda maior de erudição. Dessa forma, além de ser um homem das letras, foi também um homem de Deus. Quando jovem, entrou para a Congregação do Oratório. Em 1724, foi ordenado presbítero e, quatro anos depois, foi nomeado abade da Paroquial Igreja de Santo Adrião de Sever. A vida na abadia não era algo que Diogo Barbosa quisesse para sempre. Amante das letras, não era seu desejo ficar muito tempo longe de Lisboa, cidade onde tudo acontecia, abrigo das academias literárias e dos grupos letrados. Não demorou, portanto, para que ele largasse seus afazeres naquela pequena igreja de madeira e voltasse a respirar o ar libertador da cidade.¹

Sua vocação para o estudo acabou tornando-o reconhecido no ambiente erudito lisboeta. Primeiramente, foi indicado como membro da uma academia literária nova, que tinha tudo para dar certo, afinal fora criada pelo próprio rei com o auxílio de proeminentes eruditos da época. Chamava-se Academia Real da História Portuguesa. Mais tarde, já como acadêmico, compôs obras de grande fôlego, como a *Biblioteca Lusitana* e as *Memórias para a História de D. Sebastião*. Morreu aos 92 anos e, ao longo de sua trajetória, pode vivenciar muitas coisas: acompanhou três reinados, viu o reino entrar e sair de muitos conflitos, assistiu o alvorecer e o crepúsculo dos estudos históricos em Portugal, surpreendeu-se com a tentativa

¹ BAIÃO, Antonio. *O Testamento de Diogo Barbosa Machado*. Porto: Tipografia Siqueira, 1937; COSTA, Manuel Alberto Nunes. Diogo Barbosa Machado e a bibliografia portuguesa. *Anais da Academia Portuguesa de História*, Lisboa, p. 291-340, 1986; MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2003; MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Reis, príncipes e varões insígnies na coleção Barbosa Machado, in *Anais de História de Além-Mar*. Lisboa, Centro de História de Além-Mar, v. VI, 2005, p. 215-51.

de regicídio contra o monarca português e, se não bastasse isso tudo, também pôde literalmente sentir o terremoto que assolou Lisboa em 1755. Quase no fim de sua vida, ainda teve um momento de grande prazer e reconhecimento intelectual, quando viu ninguém mais ninguém menos que o rei D. José I interessado em comprar a biblioteca que cultivou durante tantas décadas.

Hoje, de alguma maneira, Barbosa Machado encontra-se no Brasil, mais precisamente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, onde, nas seções de Iconografia, Cartografia, Obras Raras e Manuscritos nos deparamos com várias obras que um dia foram suas. Elas atravessaram o Atlântico e aportaram aqui alguns anos depois da vinda da família real. Junto com sua biblioteca, foi transferido para cá também um acervo de mapas, imagens e folhetos que Barbosa Machado colecionou e organizou em volumes encadernados, com direito a folha de rosto, título e adornos.

O primeiro contato com esta coleção se deu um pouco por acaso. Fui chamada pela Biblioteca Nacional para estagiar em um dos vários projetos que, em meados de 2003, estavam iniciando com financiamento daquela instituição. Eram pesquisas, em sua maior parte, pautadas no acervo da própria biblioteca e dirigidas por professores de diversas áreas e universidades. Aleatoriamente, acabei sendo mandada para o projeto *Recortes de Memória*, coordenado pelos professores Rodrigo Bentes Monteiro (Universidade Federal Fluminense) e Pedro Cardim (Universidade Nova de Lisboa). A pesquisa era pautada integralmente nos materiais da coleção pessoal de Diogo Barbosa Machado, sobretudo nos opúsculos e imagens amalhados por ele. O objetivo inicial era saber o que tínhamos ali, o que aquele abade tanto colecionou e pensar as possibilidades de estudos que aqueles materiais poderiam trazer sobre a monarquia ou mesmo o império português. Dessa forma, era minha função, e também do outro estagiário que trabalhava comigo, ficar algumas horas sentados descrevendo imagens, lendo folhetos e relatando o que víamos e líamos ali.

O trabalho que poderia ser maçante acabou chamando a nossa atenção. Perdíamos-nos em meio às várias imagens, trazendo rostos de reis, eclesiásticos e nobres portugueses. Quando chegamos aos opúsculos, a segunda fase de nosso projeto, líamos cada folheto, alguns com linguagens e caracteres difíceis, muitos dos quais exigiam um trabalho de decifração daqueles jovens estudantes de história tão pouco acostumados a lidar diariamente com arquivos e fontes de época. Ao manusear aqueles materiais, intrigava-me o impulso que teria levado alguém a dedicar tanto tempo da sua vida coletando e ordenando papéis antigos. Posteriormente, meu estranhamento mudou: incomodava-me também que pessoas manusessem diariamente aqueles folhetos e imagens sem nunca se perguntarem de onde eles vieram e como foram parar ali. Pesquisadores entravam e saíam na biblioteca, examinavam aqueles materiais para seus trabalhos como se tudo estivesse naturalmente esperando para se tornar fontes, referências e citações em suas teses e artigos.

Fruto do acaso ou não, aquela coleção acabou ganhando sentido e despertando mais meu interesse, pois, de alguma maneira, casava-se com (ou, talvez tenha ajudado a formular) as questões historiográficas que trazia na época. Minhas preocupações giravam em torno de como os homens, ao longo do tempo, davam sentido a si mesmos e ao seu presente a partir das imagens que faziam do passado; como histórias de determinados povos, eventos ou mesmo de indivíduos eram elaboradas e reelaboradas constantemente, das mais diversas formas, a partir das demandas de cada época; e, por fim, como eu mesma, na ambição de ser historiadora, também estava inserida neste movimento. Percebi, assim, que a coleção que tinha em mãos poderia me ajudar não a responder totalmente essas interrogações, o que seria muito pretensioso, mas, pelo menos, a pensá-las a partir de um objeto e de uma cultura específica.

O objeto eram, justamente, os materiais colecionados por Diogo Barbosa Machado. Em sua compilação, nosso abade juntou imagens e folhetos que representavam e tratavam da

vida de reis, rainhas, clérigos, nobres e outras personalidades do passado e também do seu presente. Ele ainda colecionou mapas sobre o território luso, além de muitos opúsculos que contavam histórias fantásticas e feitos magníficos obrados pelos portugueses em terras não só do reino, mas também na Ásia, África e América. Tudo que dissesse respeito à grandeza daqueles que fizeram de Portugal o vasto império no qual se tornou deveria ser colecionado. Sobre esta coleção, falaremos de maneira mais detida ao longo dos capítulos da dissertação. O que nos interessa destacar aqui é o fato de Barbosa Machado ter se debruçado sobre o passado português e um presente que um dia tornar-se-ia passado. Seu desejo era de que essa experiência não morresse, mas chegasse até às gerações futuras. Aquele abade coletou os vestígios de um tempo que se foi e, a cada folheto e imagem que recortava e colava, ia construindo a sua história de Portugal.

Por outro lado, a sua coleção nos remetia também para uma sociedade e um tipo de relação específica com o passado, em que este era tomado e sentido na materialidade de sua presença.² Dessa forma, aquele acervo nos conduzia para uma certa tradição antiquária e para a sua existência como prática difundida entre os eruditos portugueses do Setecentos.

De acordo com Jean-Marie Goulemot, o século XVIII era obcecado pela história, sobretudo pelo medo da finitude histórica e do perecimento. O tempo, sinônimo de destruição e esquecimento, deveria ser vencido, num esforço, por parte daqueles homens, de sobreviverem a si mesmos. Neste embate, a memória e a lembrança tinham uma aliada poderosa, a escrita, que cada vez mais ganhava terreno como forma de comunicação na sociedade moderna. Associada ao ato e à atividade de preservar e compilar, ela tornava-se

² GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Reinventando a Tradição: sobre antiquariado e escrita da história. *Humanas*, Porto Alegre, v. 23, n. 1/2, p. 111-143, 2000.

uma maneira de não permitir que as experiências do passado e do presente se perdessem no tempo.³

Em Portugal, essa preocupação com o perecimento das experiências passadas também esteve presente para seus eruditos, que se queixavam do fato de grandes personagens e feitos do passado reinol estarem esquecidos e sepultados nos arquivos. Se essa injustiça fora cometida contra os homens de outrora, o mesmo poderia acontecer com os daquele presente. Dessa forma, era preciso tomar medidas para que se pudesse reparar esta situação e que ajudassem a preservar a memória dos homens e dos eventos que contribuíram para a grandeza do reino português. Contando com o apoio da monarquia, foi criada, portanto, a Academia Real da História.

Para conduzir este trabalho, era necessário lidar com os restos do passado e, é claro, averiguar se aquilo que os textos diziam sobre outras épocas era, de fato, verdadeiro. Para isso, foi promulgado também um decreto, em 1721, que tornava obrigatória a conservação de vestígios e testemunhos antigos. Os documentos encontrados eram dispostos e organizados em coleções, importante ferramenta para que os acadêmicos pudessem, de acordo com seus interesses, pesquisar sobre um tema ou um momento da história portuguesa. As coleções fixavam o que era importante ser conservado, além disso, imortalizavam e preservavam contra a corrupção do tempo. Muitos acadêmicos, individualmente, constituíam as suas coleções, entre eles o próprio Diogo Barbosa Machado.

Dessa forma, este acervo nos abria a possibilidade de discutir sobre a escrita da história em Portugal no século XVIII e, mais especificamente, sobre uma certa escrita peculiar, colecionista e antiquária. Interessava-nos entender que prática foi aquela que atribuiu um valor histórico aos resquícios do passado, preocupando-se em salvaguardá-los, mantendo, assim, uma relação com dois tempos desconhecidos: um passado já pedido, mas mediado

³ GOULEMOT, Jean-Marie. Bibliotecas e angústia da perda: a exaustividade ambígua das luzes. In: BARATIN, Marc e JACOB, Christian (Org.). *O Poder das Bibliotecas. A memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 257.

pelos documentos, e um futuro desconhecido e invisível.⁴ No entanto, a coleção poderia nos levar também para além do mundo erudito do século XVIII. Como dissemos, ela acabou vindo parar no Rio de Janeiro e passou a figurar nas estantes da Biblioteca Nacional. Era preciso se interrogar, portanto, não só pela cultura histórica que possibilitou o surgimento daquela coleção, mas também por aquela que permitiu que ela chegasse até nós hoje.

Para discutirmos essas interrogações, estruturamos nosso trabalho da seguinte maneira. O capítulo inicial reserva-se, em primeiro lugar, a elaborar uma tipologia da Coleção Diogo Barbosa Machado, mostrando no que ela se difere e se aproxima de outras de sua época, o tipo de material que a compõe, como eles acham-se dispostos e, ainda, de que maneira foram encontrados e reunidos pelo seu colecionador. Em seguida, partimos da própria coleção para abordar a atividade de bibliófilo de Barbosa Machado, destacando o trabalho exaustivo de compilação feito por ele em diversas frentes. Por fim, vemos também como esta coleção tem uma história que vai além da vida de seu idealizador. Nesta última parte do capítulo, mostramos os caminhos percorridos por este conjunto de documentos até fazer parte do acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, já no século XIX. O intuito não é apenas contar uma trajetória, mas, antes de tudo, mostrar como as mudanças que esta coleção sofreu ao longo de algumas décadas podem nos ajudar a refletir a respeito de como as sociedades se relacionam com o seu passado.

Nos capítulos seguintes, depois de já termos compreendidas a sua trajetória e as modificações sofridas a partir das demandas de uma outra sociedade, voltamo-nos para a época em que a coleção foi feita justamente para entender seus usos e a relação que nosso colecionador mantinha com o passado.

Chegamos, assim, ao capítulo dois, no qual, a partir do projeto historiográfico da Real Academia e do estudo do ambiente letrado português, buscamos dar um primeiro significado

⁴ POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi. v.1. Memória-História*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.

àquela coleção, entendendo-a a partir das novas demandas que se impunham ao historiador, sobretudo quando da fundação daquela Academia. A principal delas era a escrita da história pautada em documentos, o que pressupunha a recolha de papéis e a montagem de coleções como elementos centrais para que os historiadores-antiquários daquele tempo realizassem a sua tarefa. Nosso objetivo foi localizar a coleção dentro de um conjunto de questões da época e, sobretudo, dentro de uma proposta de escrita da história pautada não mais na tradição, mas nos testemunhos. Em seguida, procuramos mostrar que o interesse pelo passado e o colecionismo não são idéias que surgiram no século XVIII, mas já existiam entre os letrados portugueses, como verificamos a partir do exemplo de Manuel Severim de Faria. Veremos que, dentro de uma proposta de história agora pautada em testemunhos e na validade dos textos escritos, a coleção Diogo Barbosa Machado pode ser entendida como um arquivo, em consonância com o projeto de escrita da história da Academia Real. Na sua tarefa de compilar folhetos, imagens e mapas, nosso abade trabalhava em sintonia com as propostas da instituição da qual fazia parte. Além de compor um cânone de personagens importantes da história portuguesa, nosso erudito, ao procurar e coletar documentos para a sua coleção, ajudava na tarefa de conhecer e organizar os arquivos portugueses e a documentação referente ao reino e suas possessões.

No capítulo três, propomos dar uma segunda chave para entender essa coleção, concebendo-a como uma escrita da história na medida em que não somente guardava testemunhos de um passado, mas também o organizava dentro de uma lógica e de um significado. Trata-se de uma escrita própria, como regras e peculiaridades, como qualquer outra. A maneira que escolhemos para pensar esta questão foi abrir os tomos da coleção, ler seus folhetos, contar algumas de suas histórias, para mostrarmos, sobretudo, que a escrita da Barbosa Machado é pautada na idéia de documento. A história de Portugal é o conjunto de diversas outras: de reis, rainhas, nobres, batalhas, etc. Todas elas contadas por uma infinidade

de textos diferentes. Todos esses folhetos, agrupados em coleção, postos lado a lado, compõem um quebra-cabeça, em que as peças vão se juntado, formando um todo coerente: uma história de aventuras e sucessos. Em outras palavras, uma história exultante.

CAPÍTULO 1:

UMA COLEÇÃO EM DIFERENTES REGIMES DE HISTORICIDADE

“A história é a testemunha do tempo, a luz da verdade, a vida da memória,
a mestra da vida, e a mensageira da Antiguidade”

(BLUTEAU, Raphael. História. In: *Vocabulário Português e Latino, Áulico, Anatômico...* Coimbra: Colégio das Artes da Cia de Jesus, 1712, v.4).

A coleção e a prática do antiquariado

A Coleção Diogo Barbosa Machado é composta por mapas, folhetos e retratos em sua maioria dos séculos XVI, XVII e XVIII. Não é possível saber exatamente o período em que foi montada, mas, pela datação dos folhetos, podemos supor que o colecionador, além de ter levado muitas décadas para compô-la, também se empenhou neste trabalho até, pelo menos, 1770, data do opúsculo mais recente que consta nesta coleção e ano em que o abade também se desfez da mesma.

Diogo Barbosa Machado dedicou boa parte de sua vida à erudição. Nascido em Lisboa no ano de 1682, ele morreu nesta mesma cidade em 1772. Embora não pertencesse à nobreza portuguesa, Diogo era um homem muito bem relacionado. Com a ajuda de um dos *grandes* do reino, Rodrigo Annes de Sá Almeida, o marquês de Abrantes, ocupou o cargo de abade da Igreja Paroquial de Santo Adrião de Sever, da qual a casa de Abrantes detinha o padroado.⁵ É certo que ele não permaneceu muito tempo neste posto, pois isto implicava ficar distante de Lisboa, cidade por excelência dos eruditos portugueses do século XVIII. Por outro lado, também é certo que a pensão que adquiriu como abade lhe garantiu renda suficiente para formar uma considerável biblioteca pessoal e também para empenhar-se integralmente a práticas eruditas de sua época, tais como a correspondência com outros homens de saber, o

⁵ MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2003. p. 227-9.

interesse pela história pátria e, sobretudo, o colecionismo. Seus irmãos, José e Inácio Barbosa Machado, também se dedicaram aos estudos e às práticas eruditas. O primeiro distinguiu-se ante D. João V como célebre orador e foi nomeado cronista oficial da casa de Bragança. Já o segundo, veio para o Brasil e aqui, além de ter exercido o cargo de juiz de fora da Bahia, foi também nomeado para a Academia Brasílica dos Renascidos.⁶ Com a morte de Inácio, sua biblioteca, composta por cerca de dois mil volumes, foi anexada a de Diogo, uma vez que os dois irmãos moravam juntos.

Assim como seus irmãos, Diogo Barbosa Machado ascendeu socialmente por meio das letras. Foi a partir do contato com membros da alta nobreza portuguesa que ele, em 1720, foi nomeado pelo rei D. João V como membro da recém fundada *Academia Real de História*, instituição interessada em escrever a história do reino português e promover as glórias de Portugal para toda a Europa. Seu papel dentro desta academia parecia ser tímido se levarmos em conta a presença pouco expressiva do abade de Sever nos documentos referentes às reuniões de seus membros-acadêmicos. No tomo um da *Historia da Academia Real da História Portuguesa* – obra escrita por Manoel Telles da Sylva, também acadêmico da dita instituição, e que reúne vários documentos referentes ao primeiro ano de funcionamento da Academia, como atas de reuniões e conferências – Diogo aparece somente duas vezes.⁷ Na primeira, ele é apenas referido em uma lista trazendo os nomes de todos os acadêmicos que faziam parte da instituição. Ao contrário dos demais membros, que ao lado de seu nome tinham a especificação de um cargo ocupado ou de um título adquirido, Diogo Barbosa Machado não traz indicação alguma, nem mesmo a de abade de Sever.⁸ Mais adiante, o erudito é citado novamente por Manoel Telles da Sylva quando, em meio a uma reunião dos

⁶ Sobre esta Academia Literária formada na Bahia em 1759, ver KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos. Historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/ UFBA, 2004. A respeito da trajetória de Diogo Barbosa Machado, ver MOTA, Isabel Ferreira da. *Op. Cit.*

⁷ SYLVA, Manoel Telles da. *Historia da Academia Real da Historia Portuguesa*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1727, v.1. Prólogo

⁸ *Ibid.*

acadêmicos, levanta uma questão a respeito do desaparecimento de D. Sebastião na batalha de Alcácer Quibir.⁹ Seu interesse era apenas o de expor uma dúvida a respeito da morte do *Desejado*, dúvida esta que deveria ser respondida pelos membros de maior vulto dentro da Academia. Dessa forma, parece que, naquela instituição, alguns acadêmicos destacavam-se mais do que outros e possuíam um maior poder de decisão no que se refere à escrita da história e ao esclarecimento de alguns eventos pouco elucidados do passado português. Estes membros, em geral, ou faziam parte dos “grandes” da nobreza – como Francisco Xavier de Meneses (conde da Ericeira) e Francisco Paulo de Portugal e Castro (marquês de Valença) – ou eram eclesiásticos responsáveis pela fundação daquela academia – como Manoel Caetano de Sousa.

Como acadêmico real, uma das tarefas que o cargo ocupado por Diogo Barbosa Machado exigia era a de produzir as memórias de D. Sebastião, de D. Henrique e dos reis Felipe I, II e III. No entanto, seu trabalho foi muito além. Entre seus escritos mais importantes, destacam-se as *Memórias para a História de Portugal, que compreendem o governo delRey D. Sebastião* e a *Bibliotheca Lusitana*. O abade elaborou também um catálogo manuscrito de todos os livros que possuía. Atualmente, esta lista encontra-se na Biblioteca Nacional e, a partir dela, podemos não só conhecer as obras que eram de interesse daquele colecionador e figuravam em sua livraria, mas, sobretudo, saber de que maneira ele dividia a sua biblioteca e o peso que dava para cada assunto.

A livraria do acadêmico era composta por 4301 obras e 5764 volumes.¹⁰ Estes livros dividiam-se em 34 classes, a saber: Escritura Sagrada; teologia especulativa, dogmática e moral; teologia sacra e profana; história eclesiástica; história eclesiástica das regiões orientais e ocidentais; história profana; história profana das regiões orientais e ocidentais; vidas de Cristo, santos e santas, príncipes eclesiásticos e seculares e de homens e mulheres ilustres em

⁹ Ibid. p. 316-8.

¹⁰ Cf. GALVÃO, Ramiz. Diogo Barbosa Machado. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1876-77, v.1. p. 1-43.

virtudes e ações militares; elogios de pontífices, príncipes e varões insignes em santidade, letras e armas; bibliotecários; genealógicos; heráldicos; cronólogos; geógrafos; ortógrafos; gramáticos; retóricos e oradores; discursos concionatórios; poetas latinos; poetas portugueses, castelhanos e italianos; símbolos, emblemas e empresas; dicionários; antiquários; autores que compreendem diversas matérias em suas obras; autores antigos de língua latina em prosa e verso; pompas triunfais na entrada de príncipes e funerais dos mesmos; políticos; ascéticos, itinerários; escritores de cartas; apologias; críticas invectivas; miscelânea e livros de estampas.¹¹

O peso em termos de número de livros por classificação varia bastante. No entanto, nos interessa aqui destacar que à história, seja ela eclesiástica ou profana, segundo a própria classificação de Barbosa Machado, são reservadas 1169 obras, isto é, cerca de 27% de sua livraria. Se incluirmos nesta categoria os livros referentes a vidas de personagens ilustres, este número cresce para 34%.

Estes dados tornam-se interessantes, sobretudo, quando comparados a levantamentos realizados em outras livrarias do mesmo período. Uma proposta neste sentido foi desenvolvida por Ana Cristina Araújo em seu artigo intitulado *Livros de uma vida. Critérios e modalidades de constituição de uma livraria particular no século XVIII*.¹² Ela também se interessou em pesquisar as bibliotecas portuguesas do setecentos centrando-se na livraria particular de José da Silva Pais, sargento-mór que, assim como Barbosa Machado, conseguiu ascender socialmente e conquistar prestígio. Esta biblioteca era composta por 437 volumes, papéis soltos e algumas gazetas. Dentre este material, Ana Cristina Araújo destaca que 252 volumes eram dedicados à história e a vidas de príncipes. Embora a livraria deste último personagem seja bem modesta se comparada à de Barbosa Machado, elas, juntas, mostram

¹¹ MACHADO, Diogo Barbosa. *Catalogo dos Livros da Livraria Diogo Barbosa Machado distribuídos por matérias e escrito por sua própria mão*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.

¹² ARAÚJO, Ana Cristina. *Livros de uma Vida. Critérios e modalidades de Constituição de uma Livraria Particular no Século XVIII*. *Revista de Historia das Idéias*, Coimbra, v. 20, p. 149-185, 1999.

duas coisas importantes. Em primeiro lugar, o interesse dos letrados daquela época pela história. Em segundo lugar, a indicação da existência de um mercado livreiro se voltando também para este interesse.¹³

Dentre os livros que compunham a sua biblioteca pessoal, o abade de Sever destacou em seu catálogo uma coleção organizada por ele mesmo e que reúne documentos relacionados à história de Portugal e de suas possessões na África, América e Ásia. Esta coleção, em especial, parece se diferenciar em alguns aspectos de outras do mesmo período. Referimo-nos principalmente àquelas estudadas por especialistas como Adalgisa Lugli, Antoine Schnapper, e, no que se refere a Portugal, João Carlos Pires Brigola.¹⁴ Seus trabalhos destacam o interesse dos colecionistas do dezoito por materiais relativos à história e à história natural. De um modo geral, estes autores se detêm nas coleções naturalistas, uma vez que, a partir delas, é possível refletir a respeito das mudanças científicas ocorridas na virada do século XVIII para o XIX. Ao contrário dos colecionistas do Oitocentos, que se preocupavam em classificar os materiais coletados e desvendar as leis da natureza, os naturalistas de início e meados do Setecentos tinham como motivação mostrar as maravilhas da criação divina (através, sobretudo, de materiais que representassem o extraordinário, como o chifre de unicórnio ou a mandíbula de um gigante) e a onipotência de Deus.

No que se refere às coleções de história ou antiquárias, podemos perceber, de acordo com os estudos e os inventários feitos pelos pesquisadores citados acima, que predominavam nas coleções do século XVIII os objetos *materiais*, isto é, moedas, medalhas, ou até mesmo estampas. Acreditava-se que estes objetos, justamente por seu caráter material, seriam menos

¹³ Isabel Ferreira da Mota destaca que a História é um dos gêneros que mais dinamizou o mercado livreiro na primeira metade do século XVIII e foram justamente estas obras que organizaram e projetaram para o público uma imagem elaborada do rei, da própria Academia e da Corte. (MOTA, Isabel Ferreira da. *Op. Cit.*).

¹⁴ LUGLI, Adalgisa. *Naturalia et Mirabilia. Les cabinets de curiosités en Europe*. Paris: Adam Biro, 1998; SCHNAPPER, Antoine. *Le Géant, la Licorne et la Tulipe*. Paris: Flammarion, 1988; BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003.

passíveis de manipulação.¹⁵ Blandine Kriegel, no entanto, complexifica esta idéia. Para esta historiadora, as medalhas e os monumentos eram materiais colecionados, sobretudo pelos antiquários interessados nas grandes civilizações do passado. Por outro lado, havia o interesse crescente, em especial por parte de alguns colecionadores ligados às ordens religiosas ou ainda juristas, em relação aos documentos escritos, notadamente as atas, produções típicas das sociedades modernas.¹⁶ Para estes últimos, os documentos escritos não eram menos verdadeiros que as medalhas ou moedas antigas. Pelo contrário: através da utilização das técnicas trazidas pela crítica documental era possível estabelecer, com rigor, a autenticidade dos testemunhos.

Diferentemente das coleções estudadas por Lugli, Schnapper e Brigola, mas semelhante às estudadas por Kriegel, a Coleção Barbosa Machado tem como ponto central a reunião de documentos *escritos*. Nesta característica, ela se difere, inclusive, de outras coleções compostas pelos pares do abade de Sever. O gabinete dos condes da Ericeira, por exemplo, era especializado em antiguidades, moedas e, sobretudo, em história natural.¹⁷ Da mesma maneira, o duque de Cadaval, embora mantivesse uma coleção de manuscritos, dedicava-se também aos objetos naturais e à numismática.¹⁸ A coleção dos marqueses de Abrantes era referência em medalhas,¹⁹ enquanto o gabinete de D. João V centrava-se nos objetos de arte e na mineralogia.²⁰

A coleção montada pelo abade de Sever é, por seu turno, exclusivamente dedicada a objetos históricos, se quisermos utilizar uma nomenclatura que, sem dúvida, não é a mais apropriada para o século XVIII, época em que não havia uma divisão muito clara entre história e história natural. No entanto, queremos destacar que este colecionador não se

¹⁵ LUGLI, Adalgisa. *Op. Cit.*

¹⁶ KRIEGL, Blandine. *L'Histoire à l'Age Classique. La défaite de l'erudition*. Paris: PUF, 1988, v.2. p.165.

¹⁷ BRIGOLA, João Carlos Pires. *Op. Cit.* p. 507.

¹⁸ *Ibid.* p. 511.

¹⁹ *Ibid.* p. 513.

²⁰ *Ibid.* p. 508.

interessava por instrumentos científicos ou por objetos naturais, mas por documentos relativos ao passado português, por imagens de homens valorosos deste passado e por mapas dos territórios portugueses. A sua questão, portanto, não dizia respeito ao mundo da natureza, mas à história de Portugal.

A Coleção Diogo Barbosa Machado é composta por 2.039 imagens, 3.134 folhetos e 81 mapas.²¹ Ela é também dividida dentro da classificação da livraria de seu compositor. Na parte referente à história profana, Barbosa Machado não só listou alguns tomos da coleção de opúsculos organizada por ele, mas também deu o seu próprio parecer sobre a mesma:

Collecção singular, e de summa estimação que consta de sucessos pertencentes a historia de Portugal formada de vários livros de prosa e verso da dita historia, e reduzida a folhas em volumes divididos nas classes seguintes (...)²²

Barbosa Machado passa, então, a listar os seguintes volumes que compõem a sua coleção de opúsculos:

Genethliacos dos Reys, Raynhas e Príncipes de Portugal – 5 tomos
Aplausos dos annos de Reys, Raynhas e Príncipes de Portugal – 2 tomos
Entradas em Lisboa de Reys e Raynhas – 2 tomos
Epithalamios de Reys, Raynhas e Príncipes de Portugal – 5 tomos
Elogios dos Reys, Raynhas e Príncipes de Portugal – 4 tomos
Aplausos oratórios, e poéticos pella saúde dos Reys – 1 tomo
Ultimas ações e exéquias de Reys, Raynhas e Príncipes de Portugal – 3 tomos
Elogios fúnebres dos Reys, Raynhas, e Príncipes de Portugal – 4 tomos
Noticias militares de D. João IV – 2 tomos
Noticias militares de D. Afonso VI – 3 tomos
Noticias militares de D. Pedro II – 2 tomos
Noticias militares de D. João V – 2 tomos
Noticias militares de D. José I – 1 tomo
Noticias militares da Índia Oriental – 3 tomos
Noticias militares da América – 1 tomo
Noticias militares da África – 1 tomo

²¹ É muito provável que alguns folhetos, imagens e mapas tenham desaparecido depois que o abade de Sever vendeu a sua coleção para o rei D. José I. Dessa forma, os números que indicamos dizem respeito ao que podemos encontrar atualmente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

²² MACHADO, Diogo Barbosa. *Op. Cit.* p. 33.

Historia dos cercos que sustentaram os portugueses nas quatro partes do mundo – 5 tomos
 Aplausos genethliacos de fidalgos portugueses – 1 tomo
 Epithalamios de duques, marqueses e condes de Portugal – 3 tomos
 Elogios de duques, marqueses e condes de Portugal – 2 tomos
 Elogios fúnebres de duques, marqueses e condes de Portugal – 4 tomos
 Elogios fúnebres de duquesas, e marquesas de Portugal – 1 tomo
 Elogios oratórios e poéticos de cardeais, e bispos – 2 tomos
 Elogios fúnebres de cardeais e arcebispos de Portugal – 1 tomo
 Elogios fúnebres de eclesiásticos portugueses – 4 tomos
 Elogios fúnebres de diversos portugueses – 2 tomos
 Elogios históricos, e poéticos de eclesiásticos e seculares – 1 tomo
 Manifestos de Portugal – 3 tomos
 Tratado de pazes celebradas em diversas cortes – 2 tomos
 Autos de cortes, e levantamento de reys – 2 tomos
 Noticia genealógica da casa real – 1 tomo
 Noticia genealógica de famílias portuguesas – 2 tomos
 Noticia genealógica de missões orientais – 2 tomos
 Noticia genealógica de procissões, e triunfos sagrados – 4 tomos

No entanto, a sua coleção de folhetos ainda é composta por outros títulos, que Diogo listou em partes diferentes de seu catálogo manuscrito. Os sermões de sua coleção, o bibliófilo os classificou em “Discursos concionatorios” e estão divididos da seguinte forma:

Sermões de aclamação Del rey D. João IV – 2 tomos
 Sermões do Nascimento de reys, e príncipes de Portugal – 4 tomos
 Sermões de desposorios de príncipes de Portugal
 Sermões gratulatórios pella vida, e saúde dos reys de Portugal – 5 tomos
 Sermões de exéquias dos reys de Portugal – 7 tomos
 Sermões de exéquias de raynhas de Portugal – 3 tomos
 Sermões de exéquias de príncipes e infantes de Portugal – 3 tomos
 Sermões de exéquias de duques de Portugal
 Sermões de exéquias de marqueses e condes de Portugal – 2 tomos
 Sermões de exéquias de duquesas, marquesas e condessas de Portugal
 Sermões de exéquias de senhoras de Portugal
 Sermões de exéquias de varoeños portugueses
 Sermões de exéquias de cardeais e arcebispos portugueses – 2 tomos
 Sermões de exéquias de bispos portugueses – 3 tomos
 Sermões de exéquias de eclesiásticos portugueses – 1 tomo
 Sermões de exéquias de fidalgos portugueses
 Sermões pregados nos autos de fee celebrados em Lisboa, Coimbra, Évora e Goa – 6 tomos

Já os Villancicos, também presentes em sua coleção, constam na parte de sua biblioteca reservada aos “Poetas portugueses, castelhanos e italianos” e estão divididos da seguinte maneira:

Villancicos da festa do natal cantados na capella real desde o anno de 1640 athe 1715 – 3 tomos
Villancicos da conceição de nossa senhora cantados na capella real desde o anno de 1652 athe 1715 – 3 tomos
Villancicos da festa dos santos reys cantados na capella real desde o anno de 1646 athe 1716 – 3 tomos
Villancicos da festa de S. Vicente cantados na cathedral de Lisboa desde o anno de 1700 athe 1723
Villancicos de Santa Cecília do anno de 1702 athe 1722.
Villancicos de S. Gonçalo do anno de 1707 athe 1722.
Villancicos de varias festividades.

Foram omitidos do catálogo manuscrito de Diogo Barbosa os três tomos referentes às *Notícias das Embaixadas que os reis de Portugal mandaram aos soberanos da Europa*. Os *Sermões Vários de D. José Barbosa*, também não figuram na listagem da sua compilação de sermões, mas atualmente, depois da coleção ter sofrido algumas transformações e atualizações, esses volumes são considerados parte daquele conjunto.

Os retratos, por sua vez, encontram-se classificados na seção reservada aos “Livros de estampas” e sobre eles o abade fez a seguinte observação, mostrando o apreço e o valor que ele conferia ao seu empreendimento:

Retratos de reys, raynhas e príncipes de Portugal – fol. Imperial – 2 tomos
Retratos de varoens portugueses insignes em santidade, litteratura, sciencia militar e política – fol imperial – 4 tomos
Esta colecção que consta de seis volumes he de summa estimação pella raridade dos m^{tos} retratos, e estarem a mayor parte delles metidos em tarjas primorosas q. lhe augmentão m^{to} as figuras q. representam.²³

O catálogo elaborado por Barbosa Machado não traz nenhuma indicação do ano em que foi produzido. Podemos, no entanto, lançar algumas hipóteses. Pela indicação dos livros,

²³ Ibid. p. 112v.

é possível supor que ele tenha sido feito depois de 1767, pois as obras mais recentes datam desta época.²⁴ A partir desta data, portanto, a coleção do abade já deveria estar quase que totalmente organizada, uma vez que ela foi listada no seu catálogo e, três anos depois, vendida para o rei D. José. Por outro lado, podemos supor também que tanto este catálogo quanto a sua coleção de opúsculos, mapas e retratos, poderiam ser atualizados periodicamente, conforme Barbosa Machado fosse adquirindo mais materiais. Cremos que é possível que isto possa ter ocorrido com seu catálogo manuscrito, mas torna-se mais complicado estender esta hipótese à sua coleção, pois Barbosa Machado a organizou temática e cronologicamente. Se o seu método de trabalho fosse o de “atualizar” constantemente a coletânea, ele teria de refazer os volumes a cada novo folheto ou imagem que conseguisse obter.

Sabemos, no entanto, que Barbosa Machado viveu um episódio importante para a história da erudição em Portugal. O evento referido é o terremoto que acometeu Lisboa em 1755, que acabou destruindo não só a Biblioteca Real, mas também vários palácios, como os pertencentes às casas dos duques de Aveiro e dos marqueses de Alegrete, Angeja, Louriçal, Távora e Valença, entre outros. Apenas parcialmente atingidos terão sido os dos duques de Cadaval.²⁵ Nestes palácios eram abrigadas várias bibliotecas e coleções que, com o terremoto e o incêndio que se seguiu a ele, foram total ou parcialmente destruídas.

Este incidente marcou não só o mundo erudito português, mas a República das Letras européia, pois repercutiu em obras como *Cândido, ou o Otimismo*, escrita em 1758 por Voltaire. Podemos nos interrogar aqui a respeito do significado e da interferência que um evento como este poderia ter no trabalho colecionista do abade de Sever. Teria sido Barbosa Machado impelido, pelo curso dos acontecimentos, a tomar para si a tarefa de organizar e preservar a memória portuguesa, uma vez que a sua biblioteca foi uma das poucas que

²⁴ Trata-se de uma obra de Lucan, chamada *Cum suplem^{io} maii pareniy* e outra sem autoria, cujo título é *Dedução chronologica analytica contra os jesuítas*.

²⁵ BRIGOLA, João Carlos Pires. *Op. Cit.* p. 52.

sobreviveu ao sismo? É muito provável que Diogo tenha começado a colecionar suas peças muito antes do terremoto, talvez quando fora nomeado para a Real Academia. Mas será que, após este evento, sua coleção poderia ter tomado um outro rumo, outras características e interesses? É importante frisar que o terremoto praticamente não aparece na compilação de folhetos. Nenhum deles trata diretamente do assunto. Quando existem referências, elas são indiretas e enfatizam sempre a reconstrução da cidade de Lisboa desenvolvida pelo marquês de Pombal. Certo é, portanto, que em seu trabalho ativo de lembrança e esquecimento Barbosa Machado preferiu passar por cima deste episódio.

Um evento como o sismo de 1755 pode ser entendido como um evento-limite, um acontecimento imprevisível capaz de ocasionar rupturas violentas na ordem histórica ou, se quisermos utilizar uma expressão de Hannah Arendt, como uma brecha do tempo.²⁶ O terremoto, nesta perspectiva, pode ser interpretado como um momento de crise que causou profundos impactos entre os eruditos portugueses e europeus, entre eles Diogo Barbosa Machado. Enquanto organizava sua coleção e sua biblioteca, o bibliófilo, a cada folheto, imagem ou livro que manuseava e catalogava, reconstruía muito do que Lisboa tinha perdido em relação à sua história e à vida de seus varões ilustres. A importância de seu empreendimento parece muito clara para o próprio Diogo, que, como vimos, não mediu palavras para valorizar o seu labor e a coleção que produziu quando se referia a ela em seu catálogo manuscrito. Se Pombal reconstruiu as ruas e os prédios de Lisboa, Barbosa Machado teria ajudado a reconstruir a sua memória.

Torna-se importante, depois de entendermos de que maneira a coleção pessoal de Barbosa Machado liga-se à sua biblioteca, mostrar, de forma pormenorizada, as partes e os materiais que compõem esta compilação sobre o passado português.

²⁶ Reflexões desenvolvidas em: MONTEIRO, Rodrigo Bentes e CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. A Ordem de um Tempo: folhetos na coleção Barbosa Machado. *Topoi* (Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ), no prelo.

A coleção de retratos, atualmente, possui oito volumes e contém gravuras dos séculos XVII e XVIII. Com exceção de uma imagem colorida e algumas poucas em sangüínea, a grande maioria delas encontra-se em preto e branco e foi gravada em madeira ou em chapas de cobre.

Os dois primeiros volumes da coleção tratam da monarquia portuguesa e trazem estampas de reis, rainhas e príncipes, desde Wamba, rei visigodo, até D. José. Nesta coleção, Barbosa Machado parece se preocupar com os mitos do passado, como D. Afonso Henriques, e não tanto com os reis de seu tempo, como D. José. Por outro lado, constam na coleção várias imagens do rei D. João V, patrono da Academia Real de História e monarca cujo reinado, que durou de 1707 a 1750, foi acompanhado por Barbosa Machado.

O terceiro volume da coleção de retratos trata dos santos e dos prelados de várias épocas, alguns deles, inclusive, do tempo da dominação romana, como Santa Engrácia e Santa Quitéria. Se nos dois primeiros livros de gravuras a cronologia é levada mais a sério, neste o tempo e o espaço aos quais estão relacionados os personagens parecem mais fluidos. O volume seguinte, por sua vez, trata dos varões insignes nas letras, nas ciências e nas artes, trazendo retratada ali a intelectualidade portuguesa. Entre os eruditos presentes, encontramos alguns membros da Academia Real de História, como o próprio Barbosa Machado, representado sentado, tendo ao fundo a sua biblioteca.

Os volumes 5 e 6 apresentam os varões insignes da Campanha e Gabinete. Tratam-se de homens ligados à guerra e à administração do governo português. Por fim, o 7º e o 8º volumes são, podemos dizer, mais “universais” e há dúvidas se eles foram, de fato, elaborados pelo abade de Sever. Eles também figuram na seção “Livros de estampas” do catálogo manuscrito de Barbosa Machado, mas não foram colocados juntos com os seis tomos anteriores, aos quais a citação acima se refere. A forma de encadernação, originalmente, também era diferente. Enquanto os seis tomos referentes aos reis e

personagens ilustres da monarquia portuguesa foram encadernados em fólho imperial, esses dois últimos, segundo a própria indicação do catálogo do abade, estavam em fólho grande.

As imagens destes dois últimos livros da Coleção de Retratos – francesas, em sua maioria – são mais luxuosas, mas nestes volumes não aparece um traço característico de Barbosa Machado. Como o próprio abade indicou em uma passagem de seu catálogo já destacada, ele não apenas guardou as imagens coletadas, mas as manipulou, intervindo nelas, recortando-as, colando enfeites, epigramas e “tarjas primorosas” ou ainda fazendo composições como se quisesse deixar nelas a sua marca. Seu trabalho de recortar e encaixar, delicadamente, os retratos nas molduras ou ainda uma estampa dentro da outra é tão minucioso que, para um olhar menos treinado, torna-se difícil distinguir a montagem feita pelo abade. Estes dois últimos volumes, ao contrário dos anteriores, não demonstram este cuidado. Além disso, trazem personagens que não estão diretamente ligados à história portuguesa, como Richelieu, Tomás de Aquino, Aristóteles, Montaigne, Descartes, Van Dyck, Rafael, Wiclif, Hus, Júlio César, Safo, entre outros. Acreditamos que, de fato, estes dois volumes tenham sido produzidos por Barbosa Machado. No entanto, como não estavam relacionados ao passado luso, foram colocados separadamente em seu catálogo, além de elaborados de uma outra maneira, menos ornados que os demais. A junção destes dois volumes aos demais, ao que tudo indica, foi fruto de um trabalho de restauração desenvolvido no século XIX, como veremos adiante.

A coleção de mapas de Barbosa Machado é bem menos numerosa e se refere a Portugal e a suas possessões. Contém algumas cartas de Lisboa, das ilhas dos Açores e da Madeira e ainda outras do Brasil. Um deles, de autoria de Ian Iansson, mostra, inclusive, cenas de antropofagia entre os índios brasileiros. Os mapas que se encontram datados foram produzidos nos séculos XVII e XVIII, mas há ainda dois deles do século XVI, um de Lisboa e outro da cidade de Funchal.

A coleção de folhetos é, por sua vez, a mais numerosa. Ela traz não só opúsculos impressos e manuscritos sobre a monarquia, a nobreza e os eclesiásticos portugueses, mas também notícias sobre festas, batalhas e ainda relatos de missões que aconteceram nas possessões portuguesas da América, África e Ásia. Os folhetos se encontram, predominantemente, em português e espanhol, mas também há alguns em francês, inglês, latim, alemão ou italiano. As publicações também são variadas, uma vez que há textos impressos em Madri, Barcelona, Roma, Luca, Paris, entre outras cidades, inclusive no Rio de Janeiro.²⁷ Sobre a forma de organização dada aos opúsculos pelo nosso colecionador, nos deteremos no capítulo dois. No entanto, é necessário destacar aqui que os 146 tomos de folhetos da coleção respeitam, em primeiro lugar, uma ordem temática e, em seguida, cronológica. Alguns de seus temas são: nascimentos, aniversários, exéquias e elogios fúnebres. Há também volumes sobre notícias históricas e militares de Portugal, África, América e Ásia, além de autos de fé, sermões e celebrações pela saúde dos monarcas portugueses. Cabe acrescentar que há livros especificamente dedicados à monarquia portuguesa (reis, rainhas e infantes) e outros reservados à nobreza e aos eclesiásticos de Portugal.

A grande maioria dos folhetos refere-se aos reinados de D. João V e de D. José, o que pode ser entendido pela maior facilidade do acadêmico em encontrar material desta época do que de períodos mais remotos. Mas, ainda assim, há opúsculos datados do início do século XVI.²⁸ Nesta parte da coleção a interferência de Barbosa Machado se deu de maneira um

²⁷ Os folhetos impressos no Rio de Janeiro são: *Relação da entrada que fez o excellentissimo, e reverendíssimo senhor D. Fr. Antonio do Desterro Malheyro bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia deste prezente anno de 1747 havendo sido seis annos bispo do Reyno de Angola, donde por nomiação de sua magestade, e bulla pontificia, foy promovido para esta diocesi.* Rio de Janeiro: segunda Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1747 e *Em aplauso do excellentissimo, e reverendíssimo senhor D. Frey Antonio do Desterro Malheyro digníssimo bispo desta cidade. Romance heróico.* Rio de Janeiro: segunda Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1747. Os dois opúsculos constam no segundo tomo dos *Elogios Oratórios e Poéticos dos Cardeais, Arcebispos, Bispos e Prelados Portugueses.*

²⁸ Nem todos os folhetos da Coleção Barbosa Machado encontram-se datados. Dentre os opúsculos que trazem esta informação, verificamos que três deles são do século XV (no entanto, constam na compilação com edições

pouco diferente daquela feita sobre os retratos. Em relação aos opúsculos, ele os repetiu em volumes de temáticas diferentes, os dividiu, colocando parte deles em um dado volume e a outra parte em outro, acrescentou a eles mapas, plantas de cidade e desenhos de batalhas ou até mesmo corrigiu palavras e erros tipográficos. Seu empenho em organizar este material escrito ficou evidente também no cuidado que o bibliófilo teve em fazer uma lista com os títulos de todos os folhetos que constavam em um determinado livro, colocando-a no início de cada tomo de sua coleção, produzindo, assim, um índice de consulta para o seu leitor.

Não faltam ainda nesta coleção de opúsculos folhetos produzidos pelos pares de Barbosa Machado, isto é, pelos outros membros da Academia Real de História e, inclusive, pelo próprio abade de Sever. Sobretudo nos volumes dedicados ao aniversário dos reis e rainhas de Portugal há várias orações e elogios recitados pelos acadêmicos para os monarcas.

Torna-se difícil, hoje, dizermos exatamente de que maneira Barbosa Machado conseguiu reunir essa quantidade de documentos. De fato, sabemos pelos gravadores das imagens, pelos autores dos folhetos, pelo idioma ou ainda pela cidade em que foram publicados (quando trazem estas referências) que a maioria das gravuras, dos opúsculos e dos mapas foram produzidos em Portugal, mas há outros que certamente vieram de fora do reino. Mesmo entre os opúsculos portugueses, por exemplo, há alguns raros e outros que datam do século XVI. Como pôde, então, o abade de Sever ter acesso a estes documentos? Em alguns casos, Diogo Barbosa Machado comprou estes materiais e ainda mandou vir alguns do estrangeiro. Esta prática era comum, uma vez que vários eruditos da época, como Diogo de Mendonça Corte Real, ocupavam cargos administrativos, tendo, por isso, de viajar constantemente para outros reinos. Além de Corte Real, outros pares de Barbosa Machado tinham inserção no exterior e entravam freqüentemente em contato com eruditos de outros países. É o caso, por exemplo, de Raphael Bluteau e de José da Cunha Brochado. O primeiro,

do século XVI), 78 são do século XVI, 1009 do século XVII e 1795 do século XVIII (até 1770, data do texto mais recente).

filho de pais franceses, nasceu em Londres e fez seus estudos na França e na Itália. O segundo, por sua vez, ocupou o cargo de embaixador em Paris.²⁹ Através da correspondência que Diogo manteve com o embaixador Francisco Xavier de Oliveira, percebemos que alguns dos amigos do abade recebiam encomendas e mandavam-lhe, de suas viagens ao exterior, opúsculos ou imagens úteis aos interesses do colecionador:

Quanto à encomenda de estampas que VM continua a lembrar me confesso que tenho medo de fazer emprego algum porque todas as ocasiões em que descobri alguma couza que podia servir a VM achei que o preço não era commodo, ou para melhor dizer dúvidas se seria a sua satisfação. Pello que respeita aos Retratos dos Príncipes e Varoens Insignes não faltarey de lançar em todos os que poder achar desejando que VM me diga se acha curiosidade se limita somente nos Heroes Portuguezes, ou se pretende haver também os Retratos dos Estrangeyros mais famosos.³⁰

Os *Anais da Biblioteca Nacional*, por outro lado, indicam também que Barbosa Machado, a fim de adquirir imagens variadas para a sua coleção de retratos, não se importava em recortar os livros que tinha duplicados, arrancando deles gravuras de reis e rainhas de Portugal e adicionando-as à sua coleção, não sem antes “enfeitá-las” com suas tarjas, composições e epigramas.³¹

É preciso destacar, portanto, que a prática do colecionismo não era, como comumente se pensa, uma atividade individualizada e que remete a uma pessoa na solidão de seu gabinete. De fato, a coleção estudada nos leva à biblioteca particular de um erudito específico e não à de uma congregação ou até mesmo à do reino. Mas é preciso ter sempre em mente que Diogo Barbosa Machado fazia parte de uma comunidade erudita, organizada em uma instituição de pesquisa histórica, a Academia Real, o que lhe inseria em uma rede de

²⁹ DIAS, Sebastião da Silva. Portugal e a Cultura Européia (sécs XVI a XVIII). *Biblos*, 28, p. 203-498, 1952.

³⁰ Carta de Francisco Xavier de Oliveira para Barbosa Machado. Haia, 19/10/1742. Biblioteca do Palácio Nacional da Ajuda. Podemos perceber que, ainda nos anos 40, Barbosa Machado continuava a procura por materiais para a sua coleção. Além disso, talvez tenha começado por esta época, e a partir dos retratos mandados por D. Francisco Xavier de Oliveira para Barbosa Machado, os volumes dos retratos, relativos a personagens estrangeiros.

³¹ BRUM, José Zephyrino de Meneses. Introdução. In: *Catálogo dos Retratos Colligidos por Diogo Barboza Machado*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger e Filhos, 1893-1905, v.1. p. I-VIII.

relacionamentos sem dúvida fundamental para que ele conseguisse montar sua coleção. Além disso, é preciso atentar para o fato de, a partir da fundação da Real Academia, a escrita do passado português se ligar essencialmente à busca, aquisição e crítica dos vestígios deste mesmo passado.³²

Dessa forma, como veremos mais detalhadamente no próximo capítulo, a prática colecionista era corrente dentro da Academia Real e também indispensável para o projeto de escrita da história desta instituição. Embora seus membros, individualmente, colecionassem documentos e objetos, a própria academia estava interessada em ter o seu próprio arquivo e o seu próprio museu. Era programado, desde os primeiros estatutos daquela comunidade, que fosse produzida uma história da Academia Real. Para isso, foram preservados escritos relativos ao funcionamento da instituição, pois, como qualquer história, aquela também deveria ser escrita a partir de documentos. Dessa forma, fazia parte do projeto daqueles eruditos reunir e colecionar tudo que fosse necessário para se escrever a história de um determinado período. E foi justamente isso que Barbosa Machado fez em todas as suas obras.

Para compor as *Memórias para a História de Portugal, que compreendem o governo delRey D. Sebastião*, cujo primeiro tomo saiu a público em 1736, Barbosa Machado colheu um farto material sobre a época, como decretos, cartas e outros documentos escritos referentes ao reinado do *Desejado* e ao período Habsburgo. Nesta obra, o abade também listou e descreveu de forma minuciosa as ações dos “varões insignes”, cuja lealdade, sobretudo em um momento turbulento da história do reino português, não poderia cair no esquecimento, mas deveria, por meio do trabalho daqueles acadêmicos reais, ser trazida à memória. A idéia de elaborar *memórias* era muito cara aos membros da Academia Real, pois este gênero dava espaço para que se mostrassem os pontos duvidosos de um determinado

³² KRIEGER, Blandine. *L'Histoire à l'Age Classique. Les Académies de l'Histoire*. Paris: PUF, 1988, v.3.

período, fossem destacados os personagens e seus feitos importantes e se compilassem documentos que, posteriormente, seriam úteis para se escrever a história portuguesa.³³

Todo um trabalho de pesquisa e coleta de documentos também foi elaborado pelo abade enquanto montava a sua *Bibliotheca Lusitana*. Para compor esta obra, que se trata, na verdade, de um catálogo dos escritores portugueses e de suas produções, Barbosa Machado consultou outros autores que tentaram fazer um trabalho semelhante³⁴ e ainda pediu ajuda, por meio de correspondência a eruditos, solicitando-lhes que mandassem informações sobre a vida e os escritos de autores portugueses, como se vê na carta que o abade destina ao Padre Frei Marceliano da Ascensão:

O Francisco Mauro de que V.E me aponta as obras, quizera saber o seu apellido, e mais notícias, pois falta sobre elle desígnio de destinação. O portador da carta de V.E me assegurou para o thesoureiro mor de Braga me queira mandar notícias dos seus Patrícios, eu lhe agradei com sinceros expressões este socorro literário.

No cathálogo que por via de meu irmão D. Joseph recebi dos [revendedores] Bracharenses vem grande número q eu não tenho, e assim peço a V.E para qual o escreveo se resolva a mandar notícias daquellas que não estão na Bibliotheca Lusitana já impressa e com quanto mayor brevidade se remeteram, tanto mais se hirão acomodando com as suas classes.

Já que V.E foy o Vasco da Gama da Canônica de Frei João do Apocalypse lhe peço me mande transcripto o título della que assim o por na dita bibliotheca e depósitos de livros contra e como começa e acaba. Tão bem não tenho os nomes de seus Pays, nem o dia e anno que rezebeo o hábito, asemelho que fora natural de Guimarães e que morrera em Tranca a 22 de Abril de 1632. De tudo espero resposta.

Joseph de Andrade de Coimbra vereador antigo da Câmara de Braga foi à Oração que deu entrada pública nesta cidade o sereníssimo D. Joseph. Della achei impressa de folhas que tenho. Quero saber a pátria dos pays deste homem, e o dia, e o anno da morte, pois me segurão que já fallecera.³⁵

³³ KANTOR, Íris. *Op. Cit.*

³⁴ MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana*. Lisboa Occidental: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741-1759, v.1. prólogo.

³⁵ Carta de Diogo Barbosa Machado destinada ao Padre Frei Marceliano da Ascensão em 31 de outubro de 1744. Biblioteca Nacional de Lisboa.

O resultado destas trocas de correspondência e do intercâmbio de informações foi a composição dos quatro tomos da *Bibliotheca Lusitana*, publicados respectivamente em 1741, 1747, 1752 e 1759, e que serviam como um elogio à República das Letras portuguesa.

O trabalho de Barbosa Machado, portanto, é antes de tudo o de coletar e ordenar. Nem a sua livraria pessoal poderia fugir a este desejo de organização dos livros, dos documentos e dos saberes. Não bastava apenas compilar. Esta compilação, seja de documentos, seja de informações sobre autores portugueses, trazia um objetivo explícito, objetivo este que não era apenas de Barbosa Machado, mas de toda a Academia e, inclusive, da monarquia portuguesa: o de trazer à memória os fatos e personagens que contribuíram para a grandeza do reino, seja de forma militar ou política (lutando, por exemplo, pela defesa da independência portuguesa frente ao domínio espanhol), seja por meio das letras e do saber. A sua coleção pessoal insere-se também neste duplo interesse de ordenação e de memória. Este trabalho ainda trazia implícito um leitor, que era guiado pelos seus índices, pela sua divisão dos tomos ou ainda pela ordem, escolha e montagem dos folhetos e das imagens. Este público-leitor era composto por seus pares, ou seja, outros acadêmicos e eruditos que tinham acesso à sua biblioteca pessoal. Mas, por outro lado, ao escolher os seus documentos, Barbosa Machado selecionou aquilo que devia ou não ser lembrado, o que era digno de sobreviver ao tempo, os personagens e eventos que, dali por diante, passariam a figurar na tão “memorável” história do reino português, que seria escrita a partir do esforço colecionista de eruditos como ele próprio. Diogo, a partir de sua coleção, dizia, de forma ativa o que era tradição, o que era memória, portanto, o que devia ser guardado. Dessa forma, o passado não se arrastava até Barbosa Machado, mas, antes, era composto por ele a cada folheto, a cada imagem. É dessa forma, por exemplo, em que ele compôs um passado em que a tragédia de 1755 não está presente. Esta coleção, portanto, pode ser percebida como uma promessa de uma futura

escrita da história, mas também, ela própria, como uma escrita singular dentro do seu modo próprio de coleção.

A coleção estudada nos remete ao trabalho antiquariado do século XVIII e, sobretudo, ao interesse que aqueles homens tinham pelo seu passado, principalmente se levarmos em conta o caráter dos materiais colecionados. No século seguinte, ela viria para o Brasil e passaria a fazer parte do fundo da Biblioteca Imperial, mais tarde Biblioteca Nacional. Restaurada e admirada pelos bibliotecários daquele momento, esta coleção passou por mudanças que nos fazem refletir a respeito dos interesses que as sociedades dos séculos XVIII e XIX mantinham pelo passado. Cabe-nos, portanto, perguntar: 1. O que levava aqueles homens no século XVIII a reunir freneticamente elementos referentes a um tempo longínquo? Por que colecionar o passado? O que este passado representava e que ligação mantinha com o presente e o futuro? 2. De que maneira os bibliotecários do século XIX entenderam o trabalho de Barbosa Machado? O que os levou a conservar e restaurar a coleção? Por que este desejo de preservação? A nossa preocupação nesta última parte do texto refere-se, portanto, a duas culturas históricas: de um lado, a que permitiu a montagem desta coleção e, de outro, a que a constituiu como fonte e possibilitou que ela chegasse até nós hoje.

A trajetória da coleção e as mudanças sofridas por ela na cultura histórica oitocentista

O interesse de Barbosa Machado e de seus pares da Academia Real em relação ao passado foi marcado por duas questões que, na verdade, estavam imbricadas: a da finitude e a da exemplaridade. Como já indicamos, alguns dos tomos que compõem a coleção de folhetos do abade de Sever, intitulados *Aplausos dos annos de Reys, Raynhas e Príncipes de Portugal*, trazem orações dos membros da Academia Real da História nas quais eles expõem aos

monarcas, D. João V e D. Mariana, os trabalhos que vêm realizando dentro daquela instituição. Essas orações são particularmente interessantes, pois, em algumas delas, os eruditos refletiam a respeito da história, das relações entre presente e passado ou ainda sobre o que consideravam ser o trabalho de um acadêmico-historiador.

Uma preocupação que aparece em praticamente todos estes folhetos é a do esquecimento. Manoel Caetano de Sousa afirmava que a fundação da Academia Real e a promulgação do Decreto de 1721 desnaturalizou, em Portugal, o vício do esquecimento, hábito este “nefasto, pois nega a glória dos heróis e oculta a infâmia dos indignos.”³⁶ O marquês de Valença chegou a afirmar que “os homens aspiram à imortalidade por natureza”, não fisicamente, uma vez que “nada é mais conforme à humanidade do que a morte”, mas através dos filhos que geram, dos edifícios que fabricam ou dos livros que compõem.³⁷

O que estava em jogo nestas orações e elogios proferidos pelos acadêmicos era o papel que eles atribuíam à história e à Academia da qual faziam parte. Para eles, o estudo do passado tinha uma função muito clara: reter a efemeridade das coisas, perpetuar a memória, tirar os heróis do esquecimento e trazê-los novamente à vida. A história estava ligada à exaltação dos grandes homens ou, nas palavras de Alexandre de Gusmão, era “uma elegia à glória dos governantes”.³⁸ Esses homens ilustres, diz Manuel Teles da Sylva, foram “sepultados” nos arquivos do reino graças ao esquecimento e à negligência.³⁹ Em meio a este debate, o marquês de Alegrete lembrou também o papel e a importância dos documentos,

³⁶ SOUSA, Manuel Caetano de. *Introdução panegyrica na conferencia publica da Academia Real da Historia Portuguesa, que se celebrou no Paço, em presença de Suas Magestades, e Altezas, em 22 de Outubro de 1726. Dia dos annos del Rey nosso Senhor, recitada pelo padre D. Manoel Caetano de Sousa, que era director.* Lisboa: s. ed., [1726]. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Aplausos Oratórios e Poéticos no Complemento de Anos dos Serenissimos Reis, Rainhas e Príncipes de Portugal.* Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v. 1. p. 224-30.

³⁷ VALENÇA, Francisco Paulo de Portugal e Castro. *Oração consolatória na morte de El Rey Catholico Philippe V. A'Serenissima Senhora D. Maria Anna Victoria Princeza do Brasil, composta por D. Francisco de Portugal e Castro Marquez de Valença.* [Lisboa, 1746]. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Elogios Fúnebres Oratórios e Poéticos dos Sereníssimos Reis, Rainhas e Príncipes de Portugal.* Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v. 2. p. 386-90.

³⁸ Cf. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Para Escrever uma História do Brasil: a guerra pelo passado na cultura histórica oitocentista brasileira. XXIII Simpósio Nacional de História – História: Guerra e Paz. *Anais...* Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 17 a 22 de julho, 2005.

³⁹ SILVA, Manuel Teles da. *Op. Cit.* p. 85.

pois era a partir deles que podiam ser encontrados os atos e os exemplos dos varões insignes.⁴⁰ Era preciso, portanto, conhecer os arquivos, organizá-los e ter acesso aos vestígios do passado, pois neles estavam esquecidos os homens e as ações gloriosas, dignas de lembrança.

A memória, portanto, tinha o poder de vencer a própria morte. Esta, por sua vez, podia ser superada pela escrita, capaz de fixar as virtudes e os atos de um homem para as gerações futuras. Os elogios fúnebres e os sermões de exéquias, gêneros muito produzidos no século XVIII português – e que ganhavam destaque na Coleção de Diogo Barbosa Machado – mostravam a preocupação daquela sociedade com seus mortos, isto é, o interesse em conservar, por meio de um texto escrito, a sua memória e também de construir um ideal de virtude que servisse para os demais súditos.⁴¹ Memória e escrita apareciam, portanto, imbricadas aqui.

A Academia Real tomou para si uma tarefa que era a de fazer justiça àqueles homens e mulheres dignos de permanecer vivos na memória. É interessante observar que, se nós, atualmente, conservamos praticamente tudo o que nos chega do passado e chegamos a transformar o nosso próprio presente em história, a cultura histórica setecentista parece que se valia de outros critérios. Como lembra Blandine Kriegel, para os eruditos dos séculos XVII e XVIII nem todos os tipos de texto eram documentos, ou seja, era dignos de sobreviver ao tempo. No entanto, esta concepção não é apenas válida para os vestígios do passado, mas estende-se também aos seus personagens. Alguns homens foram virtuosos, outros não. Somente os virtuosos mereciam lembrança e podiam aspirar à imortalidade conferida pela

⁴⁰ ALGRETE, Manuel Teles da Silva. *Oração, que o marquez de Alegrete, sendo director da Academia Real da Historia Portuguesa, repetio na presença de suas Magestades, e Altezas, celebrando-se os annos da Rainha Nossa Senhora no dia 7 de setembro de 1723*. [Lisboa] s. ed. [1723]. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Aplausos Oratórios e Poéticos no Complemento de Anos dos Serenissimos Reis, Rainhas e Príncipes de Portugal*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v. 1. p. 148-53.

⁴¹ A respeito dos elogios fúnebres e dos cultos de memória no século XVIII, ver ARAÚJO, Ana Cristina. *Despedidas triunfais – celebração de morte e cultos de memória no Século XVIII*. In: KANTOR, Íris e JANCSÓ, István (Org.). *Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: HUCITEC, EDUSP, FAPESP, Imprensa Oficial, 2001, v.1. p. 17-33.

escrita e pela história.⁴² Se, para os historiadores atuais, todos os tipos de texto são fontes e toda experiência humana é interessante de ser estudada (seja a vida de um rei, seja a vida de um simples camponês), naquele mundo erudito o movimento era inverso, era, na verdade, de estreitamento e de redução.⁴³

Essa idéia de depuração, de que nem tudo deve sobreviver à destruição do tempo, ligava-se ao fato de que apenas o que era exemplar para as gerações futuras merecia a honra da imortalidade. O próprio sentido de “história” presente no *Vocabulário Português e Latino*, do Padre Raphael Bluteau, já traz consigo este significado. O acadêmico definiu a palavra da seguinte maneira:

Mais particularmente, Historia he narração de cousas memoráveis, que tem acontecido em algum lugar, em certo tempo, e com certas pessoas, ou nações. (...) A historia he a *testemunha do tempo*, a *luz da verdade*, a *vida da memória*, a *mestra da vida*, e a *mensageira da Antiguidade*.⁴⁴ (grifo nosso).

A história, como mestra da vida, ligava o presente ao passado através da idéia do exemplo que ensina. No entanto, como lembra Reinhart Koselleck, a História Magistra podia ensinar os homens a serem melhores, mas somente se os pressupostos para isso foram basicamente os mesmos. Isto é, esta história exemplar subentendia não só a admissão da constância e invariabilidade da natureza humana, mas também um tempo mais lento no que se refere às transformações sociais, o que permitiria que os exemplos de personagens do passado continuassem úteis e válidos no presente e, ao mesmo tempo, limitassem aquilo que seria possível experimentar no futuro.⁴⁵ Esses modelos faziam sentido em um mundo

⁴² A respeito da relação entre virtude, lembrança e nobreza ver OSÓRIO, Jerônimo. *Tratados da Nobreza Civil e Cristã*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996 (1ª edição de 1542). Embora seja de uma época anterior a que estudamos, esta obra é interessante, pois defende que pensar em nobreza é pensar uma linhagem em que o descendente carrega consigo a memória e os merecimentos de seus antepassados.

⁴³ KRIEGER, Blandine. *L'Histoire à l'Age Classique. La défaite de l'erudition*. Paris: PUF, 1988, v.2, p. 18.

⁴⁴ BLUTEAU, Raphael. História. In: *Vocabulário Português e Latino, Áulico, Anatômico...* Coimbra: Colégio das Artes da Cia de Jesus, 1712, v.4. p. 39-40.

⁴⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Para uma semântica de los tiempos históricos*. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, s/d. p. 43.

aristocrático em que o passado ainda era capaz de jogar luz sobre o futuro ao mesmo tempo em que os homens do presente limitavam as suas experiências e expectativas a partir dos exemplos do passado.

Torna-se claro, portanto, a partir das questões da finitude e do exemplo, o interesse que moveu eruditos, como Barbosa Machado, a guardar de forma intensa, porém criteriosa, documentos a respeito do passado. Coletar era uma maneira de remontar no tempo, ter o passado perto de si, senti-lo e preservá-lo contra a corrupção dos séculos. Os folhetos (publicações fadadas ao desaparecimento por serem consumidas pelos leitores momentaneamente, no calor de um determinado evento) e as imagens colecionadas ganhavam uma função de deixar sempre viva a memória dos personagens do passado, mas também de educar os homens do presente e do futuro.

O desejo de Barbosa Machado com a sua coleção era simplesmente o de preservar, de trazer à memória as ações e os personagens capazes de fornecer modelos. Por outro lado, parece que havia por parte do abade não só o interesse em que a lembrança daqueles homens fosse perpetuada, mas também a vontade de que o seu próprio trabalho fosse preservado e lembrado pelas gerações futuras. Foi com este intuito que ele mesmo incluiu um retrato seu entre os varões insígnies em artes, letras e ciências e também foi com este desejo que ele aceitou vender não só a sua coleção, mas toda a sua livraria, à Real Biblioteca da Ajuda.

Em 1755, Lisboa ficou totalmente destruída após um terremoto e um incêndio. Muitas bibliotecas se perderam completamente, entre elas a Biblioteca Real. A livraria de Barbosa Machado, no entanto, não sofreu danos. Sendo assim, dentro de um plano de recuperação da biblioteca do rei, o abade de Sever vendeu os seus livros e a sua coleção pessoal à Coroa, recebendo por isso uma pensão vitalícia. O intermediário desta negociação foi Frei Manuel do Cenáculo, conhecido colecionador e erudito da segunda metade do século XVIII. O transporte das obras começou em 1770 e só terminou dois anos depois, pois o acadêmico desejava

reformatar e reencadernar alguns exemplares antes de entregá-los aos seus novos donos.⁴⁶ Isto nos permite supor mais uma vez que, primeiramente, o bibliófilo amealhou os documentos e só depois encadernou-os. Esta informação ainda nos permite imaginar o interesse e o cuidado de Barbosa Machado em mexer na coleção, tirar documentos de lugar, encaixá-los em outros tomos, portanto, reescrever a história portuguesa. Por ter sido uma das poucas livrarias que sobreviveram ao sismo, Barbosa Machado tinha em suas mãos documentos que se tornaram raros. Com a invasão napoleônica e a vinda da Corte para o Brasil, muitas das obras da Biblioteca Real foram transferidas para o Rio de Janeiro. Entre elas, estava toda a coleção de nosso abade.

Na cidade do Rio de Janeiro, já no início do século XIX, esta coleção teve uma trajetória certamente inimaginável para o seu idealizador. Faltam documentos que nos indiquem exatamente as transformações pelas quais ela passou, mas sabemos que, assim que chegou à cidade, em 1810, a coleção foi instalada nas salas do andar superior da Terceira Ordem do Carmo junto com outras obras que também faziam parte da Real Biblioteca. Não sendo aquele o ambiente mais adequado para a conservação e o abrigo dos livros, os materiais, por ordem do Príncipe Regente, foram ocupar as catacumbas que haviam servido os religiosos da ordem.⁴⁷ Este acervo passou a constituir o fundo da Biblioteca Imperial, posteriormente Biblioteca Nacional. Já nas mãos dos bibliotecários desta instituição, notadamente Benjamin Franklin Ramiz Galvão – diretor da Biblioteca Imperial e, mais tarde, organizador da nova Biblioteca Nacional – e José Zephyrino de Meneses Brum – chefe da recém criada seção de estampas –, a coleção passou por algumas restaurações e sofreu mudanças. Determinados livros e imagens foram perdidos, outros encontrados já no século XX. No entanto, o que nos importa é o fato de que estes homens trabalharam sobre o empreendimento de Barbosa Machado. O que os unia ao abade do século XVIII? Certamente

⁴⁶ GALVÃO, Ramiz. *Op. Cit.* p. 39.

⁴⁷ CASTRO, César Augusto. *História da Biblioteconomia Brasileira*. Brasília: Thesaurus, 2000. p. 44-5.

o desejo de conservar e de organizar, mas, agora, sob critérios e métodos, na visão dos bibliotecários, mais rigorosos do que aqueles utilizados pelo abade setecentista.

Os retratos coligidos por Diogo Barbosa Machado foram, em relação às outras partes da coleção, os que sofreram as maiores mudanças. Em primeiro lugar, eles passaram por um processo de “atualização”, isto é, foram inseridas nos álbuns de estampas algumas imagens que, pelas datas e pela disposição em que se encontram nos livros, não poderiam ter sido postas ali pelo acadêmico do século XVIII. A mais importante é a do Frei Manuel do Cenáculo, erudito que intermediou a venda da coleção de Barbosa Machado para a Biblioteca Real de D. José. Não sabemos quando esta gravura foi colocada na coleção de retratos, mas é possível que tenha sido antes de chegar às mãos de Ramiz Galvão e Zephyrino Brum, uma vez que eles identificaram que aquela estampa e algumas outras não foram postas ali por Barbosa Machado.⁴⁸ Certo é que a coleção já se encontrava no Rio de Janeiro quando a gravura foi inserida. No entanto, o que nos importa destacar é um certo interesse – embora não se saiba exatamente de quem – em atualizar a memória, adicionando aos retratos a estampa de um personagem ligado à própria história daquela coleção.

Luís Marrocos, funcionário que zelou pela Real Biblioteca quando ela estava em vias de ser transportada para o Brasil, copiou uma informação de Francisco José da Serra, cliente de Diogo Barbosa Machado, aludindo a furtos ocorridos por meio do guarda que cuidava dos livros reais. De acordo com este documento, fora furtada uma imagem de Inácio Barbosa Machado presente no tomo dos retratos referente aos Varões Insignes em Artes e Ciências. A imagem estaria localizada logo após a de seu irmão Diogo.⁴⁹

Os álbuns que compõem a coleção de retratos também passaram, já nos tempos de Ramiz Galvão, por um processo de restauração que durou cerca de dez anos. Durante este período, todas as imagens foram descoladas de suas folhas originais, lavadas e coladas

⁴⁸ GALVÃO, Ramiz. *Op. Cit.*

⁴⁹ *Notícia sobre a coleção dos retratos de Diogo Barbosa Machado que era propriedade de Francisco Xavier da Serra, e copiada por um Marrocos.* Biblioteca Pública Eborense.

novamente em outras.⁵⁰ Lygia Cunha, funcionária da Biblioteca Nacional entre as décadas de 1940 e 1990 e ex-chefe da Seção de Iconografia, diz que há certas dúvidas em relação a “lavagem” das gravuras, não se sabendo exatamente como ela poderia ter sido feita, nem os métodos utilizados na época.⁵¹ No entanto, este processo de restauração é descrito por Zephyrino Brum na introdução que escreveu para o *Catálogo dos Retratos Colligidos por Diogo Barbosa Machado*:

O estado de deterioração a que se achavam reduzidos os volumes d’esta preciosa collecção de retratos reclamava prompto reparo e nova encadernação. Graças à rara habilidade do auxiliar Snr Antonio Luiz Pinto Montenegro, coadjuvado pelo auxiliar Snr Carlos Peixoto, poudé a secção de estampas levar feito estas difficeis reparações com toda a perfeição. Como para realizá-las era mister que todo o papel fosse previamente molhado, principiou-se por desmanchar os volumes e descollar-lhes uma por uma as estampas grudadas nas folhas; depois foram colladas sobre estas: 1º, as estampas nos lugares em que d’antes se achavam, 2º, novas folhas de papel, nas quaes tinham sido de antemão feitas aberturas do tamanho exacto das estampas, espécie de *passe-partout*, para que d’esta arte ficasse a nova folha com espessura igual em toda ella.⁵²

O trabalho destes bibliotecários foi, de fato, minucioso e não se restringiu somente à restauração da encadernação dos tomos. Na verdade, foi um labor de pesquisa dificultado pelos próprios métodos do colecionador setecentista.

⁵⁰ BRUM, José Zephyrino de Menezes et all. *Registro dos Relatórios Trimestrais da Secção de Estampas da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1876-98.

⁵¹ CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. *Entrevista a Rodrigo Bentes Monteiro e Ana Paula Sampaio Caldeira*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – 02/03/2005. Lygia Cunha entrou na Biblioteca Nacional em 1941, depois de fazer um curso de dois anos na própria instituição. Sua formação é marcada pela erudição e por viagens de estudo para vários lugares da Europa, como França, Alemanha e Itália. Exerceu as funções de chefe da seção de Iconografia (criada com a reforma de 1945/46) e diretora da Divisão de Obras Raras, que compreendia os setores de Manuscritos, Música, Iconografia e Obras Raras propriamente dita. A vivência que Lygia Cunha teve durante o longo período em que trabalhou na Biblioteca Nacional (1941-1990) é importante para entendermos um pouco da história da Coleção Barbosa Machado, uma vez que esta bibliotecária, além de ter lidado com a compilação de retratos, vivenciou vários momentos daquela instituição. Ela passou, por exemplo, por um processo em que a erudição, anteriormente característica indispensável para as estudantes de biblioteconomia, foi cedendo cada vez mais lugar à técnica. O período em que Rubem Borba de Moraes esteve à frente da diretoria da biblioteca (1945-47) é caracterizado pela reorganização técnica dos serviços, pelo início da classificação do acervo baseada em normas universais – o método Dewey – e pela higienização dos livros.

⁵² BRUM, José Zephyrino de Menezes. Introdução. In: *Catálogo dos Retratos Colligidos por Diogo Barboza Machado*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger e Filhos, 1893-1905, vol. 1. p.VIII.

(...) continuei durante o 2º. Trimestre deste anno a classificação das estampas da Collecção de Retratos de Barboza Machado, trabalho que não está tão adiantado, como eu desejara, pelas pesquisas bibliographicas, que a cada passo sou obrigado a fazer por causa do systema usado pelo célebre colleccionador de mutilar a parte gravada das estampas, ou cortar-lhe as margens.⁵³

A pesquisa de Zephyrino Brum, embora trabalhosa, rendeu um catálogo das imagens da Coleção Barbosa Machado. Os bibliotecários investigaram no Brasil e na Europa, procurando saber onde Barbosa Machado conseguira seus materiais, a autoria dos folhetos anônimos, notícias a respeito de vários dos personagens presentes na coleção, a origem de alguns pintores e gravadores, além da proveniência de várias das imagens.⁵⁴ Recorreu-se ao catálogo da biblioteca pessoal do abade para entender também de que maneira a coleção estava disposta, e, com algumas diferenças, mantiveram a organização original do acadêmico. A exceção encontra-se, sobretudo, na coleção de retratos, em que foram incorporados aos seis tomos referentes aos reis e varões insignes portugueses outros dois, de estampas relativas a personalidades estrangeiras. Como já indicamos, estes dois últimos livros, que originalmente encontravam-se encadernados de maneira diferente, foram restaurados e encadernados como os demais, em fólho imperial.⁵⁵ Esta junção é referida nos relatórios trimestrais da Seção de Estampas da Biblioteca Nacional:

Durante o 2º. Trimestre do corrente anno continuei a classificação da Collecção de Retratos de Diogo Barbosa Machado, que não pode ser terminada, como eu esperava, n'este mez por ter de classificar mais hum volume de retratos, o qual embora já fosse por mim conhecido, só há pouco

⁵³ BRUM, José Zephyrino de Meneses et all. 38º. Relatório Trimestral concernente ao 2º. Trimestre de 1886. In: *Registro dos Relatórios Trimestrais da Secção de Estampas da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1876-98.

⁵⁴ Durante a gestão de Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional, foi produzido um catálogo em 4 volumes das imagens colecionadas por Diogo Barbosa Machado. No que se refere à catalogação dos dois primeiros tomos da coleção – referentes aos reis, rainhas e príncipes portugueses –, percebemos que houve um trabalho intenso por parte dos bibliotecários em localizar e datar as imagens, bem como em descobrir os nomes e a proveniência de seus gravadores. Esse empenho, no entanto, não é mais percebido no catálogo das imagens dos varões insignes. Essa mudança de ritmo pode ser associada à própria saída de Ramiz Galvão da diretoria da instituição e às dificuldades decorridas disso.

⁵⁵ Ibid.

me convenci de que devia pertencer á famosa Collecção do Abbade de S. Adrião de Sever.⁵⁶

De acordo com Lygia Cunha, Ramiz Galvão e Zephyrino Brum pouco interferiram na Coleção de Retratos. Eles se concentraram na restauração da encadernação e, segundo eles mesmos informam, na lavagem das imagens. As gravuras, no entanto, teriam sido coladas novamente da maneira como Barbosa Machado fez. Mesmo o hábito de vazar as folhas para que os volumes não ficassem muito grandes, que, segundo Lygia Cunha, era originalmente do abade de Sever, foi preservado.⁵⁷ No entanto, sabemos que, por melhor que fossem as intenções dos bibliotecários, eles interferiram na coleção e, mais do que isso, seu empenho em deixá-la conforme fora produzida, seria hoje considerado falsificação. É interessante observar como o próprio Zephyrino Brum descreveu com naturalidade as alterações e acréscimos que ele e seus funcionários fizeram na coleção de retratos:

Como os volumes VII e VIII não tinham títulos, demos-lhes os que lhe convinham e que ocorrem à folha IIIv do Catalogo Manuscrito da Livraria de Diogo Barboza Machado, accrescentamos com o dizer commum aos títulos dos seis primeiros volumes: “collegidos por Diogo Barboza Machado, abbade da Paroquial Igreja de Santo Adrião de Sever, e Acadêmico Real”. Estes títulos foram feitos à mão, com tinta preta e vermelha, pelo dito Snr Montenegro, *imitando com tanta exactidão os caracteres typographicos dos títulos dos outros volumes da collecção que difficilmente se poderá descobrir diferenças entre os impressos e os manuscriptos.*⁵⁸ (grifo nosso)

Toda esta tarefa de restauração e de pesquisa rendeu não só relatórios bastante detalhados a respeito do estado da coleção, mas também um artigo escrito por Ramiz Galvão e publicado no primeiro volume dos *Anais da Biblioteca Nacional*. Neste texto, ele tratou da

⁵⁶ BRUM, José Zephyrino de Meneses et all. 42º. Relatório Trimestral concernente ao 2º. Trimestre de 1887. In: *Registro dos Relatórios Trimestrais da Secção de Estampas da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1876-98.

⁵⁷ CUNHA, Lygia. *Op. Cit.*

⁵⁸ BRUM, José Zephyrino de Meneses. Introdução. In: *Catálogo dos Retratos Colligidos por Diogo Barboza Machado*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger e Filhos, 1893-1905, vol. 1. p.VIII.

vida e da obra de Diogo Barbosa Machado e ainda deixou transparecer a maneira como via o trabalho daquele erudito do século XVIII, bem como o seu, no século XIX.⁵⁹

Ramiz Galvão nasceu no Rio Grande do Sul em 1846 e morreu, no Rio de Janeiro, em 1938. Assim como muitos outros intelectuais do século XIX, ele atuou em diversas frentes. De acordo com Eliana Dutra, Galvão teve uma trajetória bastante burocrática dentro do meio intelectual carioca.⁶⁰ Graduou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1868. No ano seguinte, foi nomeado lente de grego no Colégio Pedro II, onde lecionou também geografia. Serviu como médico-cirurgião na Guerra do Paraguai e, em 1869, aos 23 anos, foi nomeado diretor da Biblioteca Imperial. Suas relações com o Imperador D. Pedro II eram estreitas. O monarca confiou a ele a educação de seus filhos e netos e ainda o nomeou como representante do Brasil na exposição internacional de Viena. Ramiz Galvão também viajou por toda a Europa, buscando documentos referentes à história do Brasil, tudo isso a pedido de D. Pedro.⁶¹ A respeito desta viagem, Alfredo Valadão comenta o seguinte no Necrológio de Galvão:

Certo que a constante e especial proteção de D. Pedro II, sobremodo facilitou e estimulou essa tarefa de Ramiz Galvão, nem faltando que em missão oficial, houvesse este de partir para o Velho Mundo, em 1874, onde com tanto destaque já nos tinha representado no ano anterior, na Exposição Universal de Viena, para estudar, agora, a organização das melhores bibliotecas, procurar documentos sobre a nossa história, adquirir livros, tendo minuciosamente visitado as principais bibliotecas de Paris, Londres, Bruxelas, Haia, Berlim, Viena, Milão, Florença, Roma e Lisboa, das quais daria preciosa notícia, em relatório apresentado.⁶²

Ainda do Imperador, Galvão recebeu o título de Barão de Ramiz, que foi somado a vários outros que possuía, deixando evidente um certo caráter aristocrático do erudito, que foi

⁵⁹ GALVÃO, Ramiz. *Op. Cit.*

⁶⁰ DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes Literários da República. História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

⁶¹ TUBINO, Nina. *Sinopse Biográfica de Benjamim Franklin Ramiz Galvão (Barão de Ramiz) 1846-1938*. Brasília: s/e, 1994.

⁶² VALADÃO, Alfredo. Necrológio dos Srs Conde de Affonso Celso, Ramiz Galvão, Barão de Studart... *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, vol. 173, p. 838-892, 1938.

também Dignatário da Imperial Ordem da Rosa, Comendador da Real Ordem de Leopoldo (Bélgica), Cavaleiro da Imperial Ordem de Francisco José (Áustria), Cavaleiro da Legião da Honra (França) e Comendador da Ordem de Cristo e Santiago (Portugal).⁶³

Já na República, Ramiz Galvão foi nomeado Inspetor Geral de Instrução Primária do Distrito Federal, passando, mais tarde, a ser Diretor da Instrução Pública, cargo que ocupou até 1893, quando se exilou para fugir às perseguições de Floriano Peixoto. Retornou em 1894 e, até 1899, permaneceu como secretário da Gazeta do Rio de Janeiro.⁶⁴

A carreira de Ramiz Galvão vai ainda muito além. Ele foi primeiro reitor da Universidade do Brasil e membro da Academia Brasileira de Letras. No entanto, nos interessa aqui destacar que o barão também fez parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), lugar privilegiado de produção historiográfica e ambiente que marcará também a sua forma de pensar a história, indispensável para entendermos o parecer do Barão de Ramiz a respeito do trabalho colecionista de Diogo Barbosa Machado.

A impressão de Galvão sobre o labor do abade de Sever era, em primeiro lugar, de admiração. Sobre a Coleção Barbosa Machado, o diretor da Biblioteca Imperial deu o seguinte parecer:

Não se sabe, o que mais se deva admirar, se a excellencia das edições raras, se a belleza dos exemplares preferidos pelo douto collecionador, se emfim a boa ordem e perfeição das colleções facticiaes, prodígio de peerseverança e de cuidado. Estão nelles reunidas quase todas as províncias do saber humano, representado pelas suas obras mais dignas de nota e estima.⁶⁵

Por outro lado, a obra de Diogo Barbosa era também passível de alguns julgamentos severos. Uma de suas observações mais rigorosas dirigiu-se ao gosto duvidoso do

⁶³ TUBINO, Nina. *Op. Cit.*

⁶⁴ *Ibid.*

⁶⁵ GALVÃO, Ramiz. Frei Camillo de Monserrate: estudo bibliográfico. In: *Annais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Companhia Typográfica do Brasil, 1889, v.12. p. 159.

coleccionador setecentista. Em relação às tarjas nas quais o erudito envolvia as suas gravuras, Ramiz Galvão fez a seguinte consideração:

Barbosa foi um collector intelligentissimo, e ao que parece grande conhecedor de livros; mas o senso artístico, o gosto, o amor do bello esse faltava à sua organização e não fizera nunca o seu cuidado.

Como dizer um iconophilo que um soberbo retrato de Edelinck, de Nantevil ou de Vorsterman ganha merecimento dentro de uma communissima tarja de Bonnart?

Haverá consorcio mais absurdo aos olhos de um amator da arte do que o de uma gravura primitiva de Portugal com a arte de G. Audran em seu apogeu de gloria?

Não há nega-lo; essa união hybrida, offensiva, quase se-poderia dizer repugnante de retratos e de molduras das eschololas mais oppostas, de gravadores os mais distanciados na escala do merecimento e da idade, é a nossos olhos a demonstração viva de que ao nosso illustre bibliophilo eram completamente alheias as noções intuitivas do bello.⁶⁶

Mas as críticas não se restringiam apenas ao gosto estético do abade. Elas dirigiram-se também às obras de cunho histórico produzidas por Diogo Barbosa Machado. A respeito das *Memórias para a História de Portugal, que comprehendem o governo delRey D. Sebastião*, Galvão afirmou:

Filha de estudos sérios e de uma consulta laboriosissima de documentos, ella nos-offerece grande copia de factos e de opiniões sobre o reinado do infeliz D. Sebastião, *ainda que não prime pela analyse profunda nem pelo elevado espirito philosophico, que hoje acreditamos inseparável das boas obras históricas.*⁶⁷ (grifo nosso)

Ramiz Galvão destacou os pontos positivos a respeito do trabalho do erudito, mas também criticou determinadas concepções e procedimentos. Barbosa Machado, embora consultasse e entrasse em contato com a documentação, ainda não era marcado pelo “espírito filosófico” do século XIX e pela preocupação em não só narrar, mas, sobretudo, analisar os fatos do passado.

Da crítica ao trabalho de historiador de Barbosa Machado, o Diretor da Biblioteca Imperial passou ao exame dos procedimentos da própria Real Academia de História

⁶⁶ GALVÃO, Ramiz.. *Diogo Barbosa Machado. Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1876-77, v.1. p. 35.

⁶⁷ *Ibid.* p. 8.

considerados estranhos a seus olhos e aos de seus contemporâneos. Em seu artigo, Ramiz Galvão conta que, em uma conferência entre os eruditos daquela sociedade, Barbosa Machado propôs aos censores a controvérsia relativa ao desaparecimento do Rei D. Sebastião. O abade não poderia decidir sozinho se aquele monarca escapara vivo da Batalha de Alcácer Quibir ou se nela teria morrido a golpes dos infiéis e combatendo como um herói. Os censores da academia, por sua vez, responderam-lhe que escrevesse que o tal rei saíra vivo da batalha, porém, o acadêmico deveria deixar claro que tudo que se contava a respeito de D. Sebastião depois do tal acontecimento devia ser tratado como duvidoso. A estranheza de Galvão recai exatamente sobre o procedimento da Academia Real:

Esta maneira singularíssima de resolver ex cátedra pontos históricos controversos, e da ordem do que se-propunha, seria hoje altamente estranhada, e não haveria escriptor capaz de sujeitar-se a semelhante decisão peremptória; entretanto era aquelle o procedimento geralmente seguido na célebre academia, cujos serviços não nos-é dado negar, mas teve como todas as associações análogas do tempo o enormissimo defeito de não comprehender a sua missão e a sublimidade dos estudos, que tomará sobre seus hombros. A crítica histórica em Portugal deveria surgir mais tarde.⁶⁸

Subjacente ao trabalho de Ramiz Galvão e ao olhar que ele lançou sobre o “historiador” Barbosa Machado, havia uma concepção de história. Esta concepção era, em parte, diferente daquela dos eruditos do século XVIII, mas guardava, como veremos adiante, alguns pontos de contato. No entanto, o que é importante destacar neste momento é a distinção que o próprio Galvão marcava entre o seu trabalho e o de Diogo Barbosa. Para o membro do IHGB, ainda não havia chegado no Portugal do Antigo Regime a crítica histórica, fundamental para que o historiador não só contasse o passado, mas o analisasse criticamente, concebendo-o dentro de um movimento linear do tempo. Ramiz Galvão, ele sim, vivia uma outra época, época esta em que para se dedicar à história, era necessário rigor, pois o seu

⁶⁸ Ibid. p. 6-7.

objetivo era lançar razão e imparcialidade sobre os fatos do passado.⁶⁹ Neste ponto, para Galvão, Barbosa Machado era passível de muitas críticas pelos excessivos e deliberados elogios que fazia aos autores que figuravam em sua Biblioteca Lusitana. O bibliotecário também criticou o erudito pela severidade com que falava dos escritores protestantes:

Também não podemos passar em silêncio a acrimônia injustificável com que Barbosa Machado constantemente falla dos escriptores protestantes, exquecido de que a verdade nada tem a ver com as crenças religiosas do auctor, desde que o assumpto versa sobre matérias extranhas a este particular.⁷⁰

Por outro lado, Ramiz Galvão buscava entender e justificar alguns erros que, a seus olhos, foram cometidos por Barbosa Machado a partir do seguinte argumento:

A Inquisição estava então em Portugal em seu pleno vigor, e sabe-se que não seria visto com bons olhos quem, alludindo a um escriptor protestante, lhe não addicionasse um epitheto affrontoso. Era o mal do tempo e da sociedade; que faria Barbosa sinão respeita-lo e convir com elle? Não se-tomára por norma na Academia Real da Historia Portugueza o rejeitar *in lumine* a auctoridade dos escriptores de outro credo religioso?
(...) A bibliographia estava naquelles tempos mui longe do que hoje é em matéria de rigor e fidelidade, em methodo de exposição e espírito de critica.⁷¹

Ramiz Galvão via-se em um estágio mais avançado em matéria de entendimento da história, da bibliografia ou da estética do que aquele em que se encontrava Barbosa Machado, estágio este que lhe permitia falar, de um lugar privilegiado, a respeito do gosto do erudito setecentista, da sua parcialidade, da falta de análise e de rigor em suas obras e dos procedimentos tão pouco científicos da Academia Real da História em matéria de julgamento dos fatos. Para Ramiz Galvão, havia diferenças muito claras entre o seu trabalho (e o dos demais historiadores do XIX) e o de Barbosa Machado: aqueles detinham outros instrumentos, poderiam ver além e de forma mais criteriosa que os acadêmicos do século

⁶⁹ Ibid. p. 21.

⁷⁰ Ibid. p. 19.

⁷¹ Ibid. p. 20-1.

XVIII. Além disso, a sua história não é aristocrática como a de Diogo, mas tem como personagem central um grande ator: a nação brasileira. Por que, então, fazer uma pesquisa tão minuciosa e se preocupar em restaurar e conservar um trabalho passível de tantas críticas? As respostas podem ser muitas. Pode-se argumentar que as concepções políticas do bibliotecário, que foi preceptor dos filhos da Princesa Isabel e que possuía vínculos estreitos com a monarquia brasileira nos últimos anos do Império, tenham direcionado o seu interesse a uma coleção e a um personagem tão vinculados à história da monarquia portuguesa e à dinastia bragantina.⁷² No entanto, é preciso considerar também que, mesmo com todos os problemas, o empreendimento de Barbosa Machado era, para Ramiz Galvão, de grande importância não só pelo seu trabalho de compilação, mas também porque aquela coleção era capaz de oferecer aos estudiosos documentos interessantes para o conhecimento e análise dos fatos do passado. Era possível, a partir do esforço de Barbosa Machado, realizar aquilo que este erudito e os membros da Academia Real da História não fizeram como historiadores. Eles tinham os documentos, mas não o conhecimento do movimento da história e a “imparcialidade” que, no século XIX, era pré-condição para aquele que desejava se ocupar dos acontecimentos de outrora. O próprio investimento de Ramiz Galvão e de Zephyrino Brum sobre a coleção que estavam restaurando era marcado pela idéia de imparcialidade e de preservar o documento o mais próximo possível do original, apesar das interferências.

Embora Ramiz Galvão pretendesse separar o seu trabalho e as suas concepções das de Barbosa Machado, nós, hoje, podemos destacar algumas semelhanças entre o trabalho do erudito do século XVIII e do bibliotecário do século XIX. Esses momentos de semelhança estão ligados às singularidades que o processo de disciplinarização da história adquiriu no Brasil. De acordo com Manoel Salgado, na Europa este movimento foi efetuado fundamentalmente no espaço universitário. “Neste processo, o historiador perde o caráter de

⁷² MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Recortes de Memória: reis e príncipes na coleção Barbosa Machado. In: SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 138-9.

hommes de lettres e adquire o estatuto de pesquisador, de igual entre seus pares no mundo da produção científica”.⁷³ Aqui no Brasil, no entanto, a tradição iluminista portuguesa, marcada pelas academias literárias, acabou influenciando a fundação do IHGB, sobretudo pelo seu caráter elitista e pelos critérios baseados nas relações sociais e pessoais.⁷⁴ É justamente esta característica do IHGB que nos possibilita fazer alguns paralelos entre aquele lugar de produção historiográfica e outro, a Academia Real da História.

Há alguns pontos de contato muito claros entre o IHGB e a Academia Real Portuguesa. Um deles é a própria concepção de história. Embora os membros do IHGB estivessem preocupados com o progresso e a escrita de uma história nacional – questões que não aparecem no projeto historiográfico da Academia Real – ainda está presente a idéia de que a história é capaz de ensinar os homens através dos exemplos do passado. Não é à toa, portanto, que Ramiz Galvão tenha dedicado boa parte de seu tempo no Instituto Histórico às biografias. Além disso, ele foi um dos responsáveis pelas comemorações do IV Centenário do Descobrimento do Brasil. Em relação às festas que comemorariam tal data, ele diz que:

[o objetivo de tais comemorações era] agitar o sentimento que exalta os corações, lembrando-lhes o nascer da Pátria, as glórias do seu passado, a rota vencida através de tamanhas lutas e dificuldades, a situação presente e por último os fundamentos assentados para o edifício robusto e altaneiro do futuro.⁷⁵

Para Ramiz Galvão, o passado servia para despertar o fervor patriótico, estimular a juventude e, portanto, conseguir o mais importante: fazer com que “o país seguisse no caminho do progresso”.⁷⁶ Para isso, os acadêmicos do IHGB não mediram esforços para as comemorações do quarto centenário. De maneira semelhante aos acadêmicos da Real Academia, os membros do Instituto empenharam-se em tarefas como a de organizar

⁷³ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988. p. 1.

⁷⁴ *Ibid.* p. 6.

⁷⁵ GALVÃO, Ramiz. Introdução. In: *Livro do Centenário (1500-1900)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

⁷⁶ *Ibid.*

festividades, elaborar selos, diplomas e moedas comemorativas, pensar a arquitetura de arcos monumentais e estátuas etc.

De acordo com François Hartog, com o advento do regime moderno de historicidade, o exemplar, como tal, desaparece para dar lugar ao que não se repete. O passado é, portanto, visto como ultrapassado. Se ainda existe uma lição da história, ela vem do futuro e não mais de um tempo que passou.⁷⁷ No entanto, no caso do IHGB, o mais interessante é perceber como, em um mesmo lugar de produção historiográfica, era possível casar as noções de história magistra e de história como progresso. Este último, para o IHGB e para Ramiz Galvão, não pressupunha necessariamente uma ruptura com o passado, mas, pelo contrário, incorporava fatos e personagens de outrora, que deveriam não só honrar a pátria, mas “falar ao coração da juventude”⁷⁸, responsável pelo caminho da nação para o progresso. Dessa forma, o membro do IHGB, embora criticasse a parcialidade e os excessivos elogios feitos por Diogo Barbosa em suas obras – como a *Bibliotheca Lusitana* – ele mesmo estava preocupado em exaltar os personagens que, através dos anos, formaram o que naquele momento era a nação brasileira.

Foi com este objetivo que Ramiz Galvão, ainda no ano do quarto centenário, fez uma *Galeria de História Brasileira*, álbum que reproduzia as telas e gravuras que representavam grandes personalidades e temas da história nacional. Constam nesta galeria nomes como Cristóvão Colombo, Pedro Álvares Cabral, Vasco da Gama, marquês de Pombal, Tiradentes, José Bonifácio, Duque de Caxias, entre outros. Alguns dos fatos representados são: a elevação da Cruz em Porto Seguro, o ataque holandês ao Nordeste, a aclamação de D. João VI, o Grito do Ipiranga, a Guerra do Paraguai, a emancipação dos negros e a Proclamação da República.

⁷⁷ HARTOG, François. *Régimes d’Historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003. p. 117. Sobre o moderno regime de historicidade, ver também: KOSELLECK, Reinhart. Le concept d’histoire. In: *L’expérience de L’histoire*. Paris: Gallimard, 1997. p. 15-99 e _____. *Futuro Passado. Para uma semântica de los tiempos históricos*. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, s/d.

⁷⁸ GALVÃO, Ramiz. *Galeria de História Brasileira (1500-1900)*. Rio de Janeiro: H. Garnier, s/d. p. 1

Mesmo partilhando de determinadas preocupações que não estavam presentes na Academia Real ou no trabalho do abade de Sever, Ramiz Galvão ainda pensava o passado como exemplar. Nele estavam gravados os grandes personagens e fatos que mostravam o valor de um determinado povo ou nação. Enquanto Barbosa Machado constituiu o seu rol de reis, varões insignes e eventos portugueses (a sua coleção de exemplos morais), Galvão produziu a sua galeria de personalidades e fatos marcantes da história nacional. Ambos faziam um trabalho de memória – uma memória aristocrática e outra nacional – ao estabelecer o que devia e o que não devia ser lembrado.

A semelhança entre os trabalhos de Ramiz Galvão e de Barbosa Machado poderiam terminar aí, mas não terminam. Na galeria produzida pelo Barão de Ramiz, encontram-se imagens de alguns reis portugueses diretamente ligados à história do Brasil, tais como D. Manuel (monarca que reinava à época da descoberta do Brasil), D. João III (em cujo reinado se iniciou a colonização na América portuguesa), D. Sebastião (período de expulsão dos franceses e fundação do Rio de Janeiro), Felipes I, II e III (época em que o Brasil estava sob domínio espanhol e momento também de luta contra os franceses e holandeses), D. João V (elaboração do Tratado de Utrecht e período da mineração), além de outros. É importante destacar que aquelas poderiam ser apenas imagens de reis portugueses, no entanto, as gravuras selecionadas são, na realidade, cópias dos retratos que figuram na Coleção Barbosa Machado. Ramiz Galvão não só coordenou a restauração e o estudo de tal coleção, mas, inclusive, aproveitou suas imagens no momento em que fez a *Galeria da História Brasileira*.

A “história nacional” de Ramiz Galvão não excluía, portanto, a presença portuguesa, tampouco a considerava nociva. De acordo com Manoel Salgado,

Num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da idéia de nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa: muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. (...) Parte significativa destes 27 fundadores pertencia a uma

geração nascida ainda em Portugal, vinda para o Brasil na esteira das transformações produzidas na Europa em virtude da invasão napoleônica à Península Ibérica. Tal experiência marcará certamente a socialização desta geração, criada nos princípios de recusa ao ideário e práticas da Revolução Francesa e de fidelidade à casa reinante de Bragança.⁷⁹

Ramiz Galvão tinha pelos portugueses e por Portugal um sentimento de admiração: foi de lá que o Brasil recebeu a crença, a língua e a civilização.⁸⁰ Sua relação com o imperador D. Pedro II é um indicativo disso. No entanto, seu esforço e empenho em estudar e restaurar uma coleção feita para exaltar Portugal, sua monarquia e seus varões, também pode ser compreendido pela admiração do membro do IHGB pelos portugueses e pela própria idéia de buscar ligar as histórias lusa e brasileira.

O trabalho de Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional e, sobretudo, as restaurações e estudos que promoveu sobre a Coleção de Retratos foram de grande importância. Para qualquer pesquisa que se faça sobre a mesma é indispensável passar pelo primeiro volume dos Anais da Biblioteca Nacional, em que consta o artigo do bibliotecário sobre Diogo Barbosa Machado, ou ainda pelos relatórios trimestrais da seção de iconografia, nos quais Zephyrino Brum detalha o processo de restauração das imagens. No entanto, se o trabalho de Galvão foi precursor, ele, todavia, não foi o único. Já no século XX, alguns bibliotecários restauraram ou trabalharam de alguma maneira com a coleção do abade de Sever. Neste momento, as principais mudanças se deram não na parte dos retratos – cuja última modificação foi feita nos tempos de Galvão –, mas nos folhetos e mapas. A bibliotecária Rosemarie Horch se destaca neste processo, pois coube a ela fazer um catálogo de todos os opúsculos da Coleção Barbosa Machado.

Assim como Lygia Cunha, bibliotecária a qual já nos referimos anteriormente, Rosemarie Horch estudou na Europa e começou a trabalhar com a coleção de opúsculos de

⁷⁹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988. p. 2 e 6.

⁸⁰ GALVÃO, Ramiz. *Discurso que Proferiu em Honra da Officialidade da Canhoneira Portuguesa Pátria na Sessão Solenne de 15/10/1905*. Rio de Janeiro: Cia Typographica do Brasil, 1905. p. 8

Barbosa Machado desde que entrou para a Biblioteca Nacional. Incumbida de fazer um catálogo daquele acervo, a funcionária, quando tirou licença maternidade, pode transportar para casa vários dos volumes daquela coleção. Em 1956, ano em que se mudou para São Paulo, ela chegava a levar cerca de quatro ou cinco tomos dos folhetos para que seu trabalho não fosse interrompido.⁸¹ Apesar dos conhecidos problemas de segurança sofridos ainda hoje pela Biblioteca Nacional, esta prática de retirar obras do prédio em que elas estão abrigadas nos soa, atualmente, bastante estranha. No entanto, tal procedimento foi detalhado com muita naturalidade pela funcionária. Outros tempos, em que a maneira de lidar e cuidar do acervo era claramente diferente.

O catálogo produzido por Rosemarie saiu nos Anais da Biblioteca Nacional a partir de 1972 e hoje é referência para aqueles que procuram estudar algum assunto a partir dos folhetos coligidos por Diogo Barbosa. No entanto, a maneira como este catálogo foi produzido difere da forma como o bibliófilo setecentista organizou a sua coleção de opúsculos. Conforme já indicamos, a divisão proposta pelo abade era, sobretudo, temática. Dessa forma, os folhetos eram selecionados por assuntos (genetíacos, exéquias, notícias militares etc) e, dentro de cada tomo, foram dispostos em ordem cronológica. No entanto, a bibliotecária optou por catalogá-los não na ordem em que apareciam nos volumes, mas cronologicamente, pois, assim, era possível perceber o desenvolvimento do interesse português pelo Brasil.⁸²

Rosemarie teria trabalhado com os suportes originais dos livros que, de acordo com a bibliotecária, estavam com a encadernação de couro em péssimo estado. Alguns tomos encontravam-se amarrados, outros com várias folhas soltas. Nem todos os volumes estavam do mesmo tamanho, no entanto, foram igualados pela encadernação.

⁸¹ HORCH, Rosemarie Erika. *Entrevista a Rodrigo Bentes Monteiro*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros – USP, 20/10/2005.

⁸² *Ibid.*

Podemos perceber que, durante o tempo que permaneceu na Biblioteca Nacional a coleção sofreu algumas modificações que, se a primeira vista podem parecer irrelevantes, elas merecem ser ressaltadas, pois tratam-se de mudanças que alteraram a obra de seu artífice. A Coleção Barbosa Machado foi, aos poucos, perdendo o seu caráter de compilação particular e o abade de Sever foi esquecido como autor deste conjunto. Atualmente, não há um catálogo na Biblioteca Nacional que nos leve diretamente à coleção de Diogo, pois a sua classificação ficou condicionada à Biblioteca Real. Só é possível saber se um livro era ou não da sua livraria pessoal a partir do ex-libris do colecionador. Além desta, não há nenhuma outra referência nos fichários daquela instituição.

A coleção foi ainda, durante o século XIX, separada dentro das diversas seções da Biblioteca Nacional, o que a fez perder o seu caráter de uma coleção completa. Hoje, no máximo, pensa-se em três conjuntos separados – o de retratos, de opúsculos e de mapas – pois eles foram preservados em setores diferentes, respectivamente Iconografia, Obras Raras e Cartografia. A obra de Barbosa Machado acabou sendo utilizada, sobretudo a partir do catálogo cronológico de Rosemarie Horch, para estudar assuntos isolados, referentes à história do Brasil ou à história da monarquia portuguesa. Não é levado em conta, portanto, o processo de preservação desses folhetos e de constituição dos mesmos como fontes. O catálogo da bibliotecária, embora muito útil como instrumento de pesquisa para os estudiosos, acabou não preservando a classificação projetada pelo colecionador dos opúsculos.

Alguns materiais, isoladamente, também sofreram modificações. Um folheto sobre D. Pedro II que comportava várias gravuras deste monarca acabou desmembrado, pois as imagens estavam dobradas, prejudicando a sua conservação. Elas foram levadas para a seção de iconografia. Algo semelhante aconteceu com os mapas. Lygia Cunha afirma que estes materiais da Coleção Barbosa Machado formavam apenas um volume. Atualmente, a chefe

da seção de cartografia, Maria Dulce de Faria, vem separando cada mapa, tirando-os da encadernação original. Por serem muito grandes, eles encontravam-se dobrados dentro do tomo. Agora eles são preservados abertos e em gavetas.⁸³

Conhecer estas modificações é importante, em primeiro lugar, para lidarmos melhor com a coleção. É preciso entender que ela mesma possui uma história. No entanto, este acervo também nos remete à história da conservação e da biblioteconomia no Brasil. Enquanto Ramiz Galvão interessava-se em preservar o mais próximo possível do original, camuflando, inclusive, as alterações e acréscimos feitos posteriormente pelos bibliotecários (vale lembrar que, segundo Zephyrino Brum, o reparo foi feito de forma tão perfeita que tornava-se difícil descobrir as diferenças entre o original e o restaurado), os bibliotecários do século XX pareciam mais interessados em preservar os objetos da coleção, ainda que para isso fosse necessário interferir neles. Por outro lado, não devemos tomar isso rigidamente, pois é preciso lembrar que, durante a gestão de Ramiz Galvão, os volumes dos retratos referentes aos varões insignes europeus acabaram sendo incorporados aos seis volumes de gravuras sobre a história portuguesa. Parece que a coleção acabou, ao longo da sua história, sendo reelaborada por outros artífices.

Estas questões em torno da restauração e das modificações sofridas pela coleção nos remetem à oposição que, geralmente, se faz entre o francês Eugène Emmanuel Viollet-Le-Duc e o inglês John Rusken. Enquanto este último pregava o absoluto respeito pela matéria original, enfatizando que a atitude diante dos documentos vindos do passado deveria ser apenas de conservação e contemplação, Viollet-Le-Duc, por outro lado, “não se contentava, como restaurador, em fazer uma reconstituição hipotética do estado de origem”, mas procurava refazer ou restaurar qualquer coisa pensando como os homens de outrora teriam

⁸³ Cf. CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. *Entrevista a Rodrigo Bentes Monteiro e Ana Paula Sampaio Caldeira*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – 02/03/2005.

feito se detivessem os conhecimentos e as experiências dos homens de sua própria época.⁸⁴ Como proceder, então? Restaurar, mas com o compromisso de preservar como na forma original, mesmo que isso significasse comprometer a preservação do documento? Ou restaurá-lo, utilizando técnicas novas ainda que signifique interferir na originalidade do material? Mas restaurar, em qualquer uma das opções, já não é, necessariamente, interferir no original? Parece que tanto Ramiz Galvão e Zephyrino Brum quanto Lygia Cunha, Rosemarie Horch e Maria Dulce de Faria, em algum momento de suas trajetórias profissionais, tiveram de se deparar com essas questões. A tendência atual dos bibliotecários e restauradores é interferir minimamente no objeto, o que nos permite dizer que uma restauração nos moldes da de Zephyrino Brum seria quase totalmente descartada atualmente por ser considerada falsificação. No entanto, curiosamente percebemos que, mesmo hoje, esta tendência não é tomada sempre de forma rigorosa e absoluta.

A história da Coleção Diogo Barbosa Machado ultrapassa, portanto, a vida de seu autor e compilador. Ela não só nos remete à maneira como o século XVIII relacionava-se com o passado e o futuro, mas também à forma como, posteriormente, os funcionários da Biblioteca Imperial e da Biblioteca Nacional elaboravam a sua experiência do tempo a partir do seu trabalho diário com os materiais herdados do passado, entre eles esta coleção. Neste capítulo, procuramos, inicialmente, fazer uma tipologia da coleção e lançar algumas hipóteses sobre a maneira como ela poderia ter sido montada. Em segundo lugar, procuramos destacar as semelhanças e diferenças entre os trabalhos e as perspectivas a respeito da história de Barbosa Machado e Ramiz Galvão. Se, no século XVIII, a história tinha a função de fornecer exemplos, no século XIX, ela passou a ser uma ciência exercida por um profissional, o historiador, capaz de analisar e de lançar luz sobre os fatos do passado. Mas, como destacamos, no caso do IHGB – e, mais especificamente, de Ramiz Galvão – os exemplos do

⁸⁴ KÜHL, Beatriz Mugarjar. Introdução. In: VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000. p. 18-9.

passado continuavam válidos para o presente caminhar para o progresso. A *história magistra*, a pesquisa e o contato com os documentos como critério para estabelecer uma verdade podiam ser encontradas nos dois momentos, mas as questões que estas épocas lançavam sobre o passado, as demandas em relação à tarefa do historiador e, sobretudo, a maneira como elas se percebiam em relação a um tempo que já passou mudaram substancialmente de um período para o outro. Adentrando o século XX, mas não abandonando o Oitocentos, procuramos, posteriormente, mostrar as alterações sofridas pela coleção por meio das restaurações e catalogações. Vimos como este acervo se alterou, sobretudo no que se refere à organização original proposta por Barbosa Machado, ganhando não apenas modificações em sua estrutura e composição, mas também novos significados.

CAPÍTULO 2:

A COLEÇÃO COMO ARQUIVO

(...) os arquivos constituem os lugares menos inocentes que se podem encontrar, pois, de fato, são depósitos que forjam uma memória e, ao mesmo tempo, apagam outra. A idéia do arquivo como lugar de construção de memória, e não unicamente depósito dela, me parece muito eloqüente nesta circunstância. No fundo, encontramos apenas no arquivo o que está nos esperando, o que há séculos está disposto com todo o cuidado para que encontremos.
(BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. Entrevista. *Topoi*, v.4, n. 7, jul-dez. 2003, p.359.)

Documento: prova, testemunho (...). papéis com que nas demandas se prova a sua razão (...).
(BLUTEAU, Raphael. Documento. In: *Vocabulário Português e Latino, Áulico, Anatômico...* Coimbra: Colégio das Artes da Cia de Jesus, 1712, v.3).

Como vimos no capítulo anterior, a Coleção Diogo Barbosa Machado teve uma longa história, passando pelas mãos não só daquele erudito, mas também de técnicos e bibliotecários que, décadas depois, debruçaram-se sobre aqueles materiais. Ela foi montada de acordo com as demandas do século XVIII, mas acabou sofrendo a interferência de profissionais nos séculos XIX e XX, tendo sido consideravelmente modificada por eles. Neste capítulo, permaneceremos no Setecentos a fim de aprofundarmos as relações entre a constituição deste conjunto de materiais e dois elementos essenciais para entendermos o interesse histórico do período: a formação da Academia Real da História Portuguesa e a preocupação em relação aos vestígios do passado, expressa, sobretudo pelo Decreto de 1721, que visava conservar as antiguidades portuguesas com o objetivo de utilizá-las para a tarefa de escrever a história eclesiástica e secular de Portugal e de suas conquistas.

Dessa forma, estruturamos este capítulo da seguinte maneira. Em primeiro lugar, tentamos estabelecer uma relação entre a Academia Real da História, o Decreto de 1721 e o conjunto de materiais compilados por nosso abade, adentrando, assim, o ambiente letrado do século XVIII português e discutindo o projeto historiográfico daquela recém-fundada instituição. Nosso objetivo foi localizar a coleção dentro de um conjunto de questões da época e, sobretudo, dentro de uma proposta de escrita da história pautada não mais na tradição, mas

nos testemunhos e na documentação, o que explica o interesse daqueles letrados em constituir coleções. Em seguida, voltamos um pouco no tempo, e, acompanhados do erudito seiscentista Manoel Severim de Faria, veremos que a própria Academia Real e Barbosa Machado se inseriam em um ambiente letrado que não nasceu junto com aquela instituição, mas lhe era anterior. A história já havia se instalado entre os homens da Igreja e do governo português, de onde, algumas décadas depois, sairiam os membros da Real Academia. Por fim, veremos que, dentro de uma proposta historiográfica pautada em testemunhos, a coleção do abade de Sever pode ser entendida como um arquivo que poderia servir ao projeto de escrita da história da Academia Real. Dessa forma, coube-nos, então, adentrar neste arquivo e evidenciar os critérios que Barbosa Machado utilizou para organizar os documentos amealhados por ele durante décadas.

A Academia, o Decreto e o projeto de uma escrita da história pautada em documentos

O surgimento da Academia Real da História e a promulgação do Decreto de 1721 devem ser entendidos dentro de um movimento de interesse pelo passado percebido, sobretudo, durante o reinado de D. João V. Como veremos adiante, esse interesse não foi específico do período joanino. No entanto, naquele momento, a história ganhou uma dimensão institucional com a formação de uma academia própria.

A idéia de fundar a Academia Real não nasceu propriamente do rei, mas deveu-se, principalmente, ao esforço de um grupo erudito, particularmente Manuel Caetano de Sousa que, entrando em contato com a república das letras européia por meio de viagens à França e à Itália, apresentou ao monarca a possibilidade de escrever a história eclesiástica de Portugal. A proposta foi rapidamente aceita por D. João, que escolheu o próprio Caetano de Sousa como o membro número um da recém fundada instituição. O recorte pautado apenas na

história eclesiástica de Portugal acabou por se expandir, pois, de acordo com Manoel Telles da Sylva, toda a história lusa se “achava diminuta, imperfeita e incompleta”.⁸⁵ Assim, o projeto acadêmico acabou englobando também a história secular do reino, dividida de acordo com seus reinados. Para tal empresa, muitos eruditos foram convocados como membros numerários (residentes em Lisboa) ou supranumerários (residentes em outras cidades ou ainda nas terras do Ultramar). Há uma certa diversidade no que se refere aos acadêmicos. Temos neste grupo Diogo Barbosa Machado, erudito modesto, ligado à proteção do marquês de Abrantes, mas também homens como Pedro de Almeida Portugal (conde de Assumar) e Martinho de Pina e Proença, nomes importantes no que se refere à política ultramarina da época.⁸⁶ Além destes e do já citado Manuel Caetano de Sousa, Francisco Xavier de Meneses, conde da Ericeira, tinha uma grande importância naquele ambiente letrado. Isto se deve, sobretudo, ao incentivo de longa data que os integrantes de sua família deram ao desenvolvimento de grupos literários e eruditos em Portugal, como a Academia dos Generosos, fundada em 1647. Alguns ambientes eruditos foram criados ao longo do século XVII, como a Academia dos Titulares, formada em 1661, e a dos Solitários, instituída em Santarém no ano de 1664. De acordo com Diogo Ramada Curto, essas iniciativas eram de caráter privado, diferente da Academia Real de História, constituída no século seguinte por um interesse da realeza e financiada pelo monarca, que chegava, inclusive, a participar de algumas de suas sessões.⁸⁷

⁸⁵ SYLVA, Manoel Telles da. *Historia da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1727, v.1. Prólogo

⁸⁶ Pedro de Almeida Portugal, marquês de Alorna e 3º conde de Assumar, nasceu em 1688. Barbosa Machado nos informa que ele foi exímio conhecedor de línguas, matemáticas e história eclesiástica e profana, a ponto de ser nomeado, em 1733, para os quadros da Academia Real. Mas a sua vida não foi apenas dedicada às letras. Ele participou da Guerra de Sucessão Espanhola e, graças ao seu amor à pátria, foi nomeado, em 1717, Governador das Minas. Em 1744, foi eleito Vice-Rei da Índia com o título de marquês de Castelo Novo. Martinho de Mendonça de Pina e Proença, por sua vez, foi fidalgo da Casa Real e membro do Conselho Ultramarino. Também dedicou-se às musas, tendo sido, de acordo com nosso abade, um homem de grande intelecto e conhecedor das línguas latina, grega, francesa, italiana e inglesa. (MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana*. Lisboa ocidental: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1747, v. 3. p. 441 e 552-3).

⁸⁷ CURTO, Diogo Ramada. *O Discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Universidade Aberta, 1988. p. 98.

A Academia Real de História foi objeto de estudo de alguns poucos historiadores. Joaquim Veríssimo Serrão e Antonio de Oliveira Marques em suas obras sobre historiografia portuguesa passaram rapidamente pela existência daquela instituição.⁸⁸ Oliveira Marques dedicou pouquíssimas páginas de seu livro *Ensaio de Historiografia Portuguesa* à Academia Real, entendida por ele como o “derradeiro florescimento da historiografia absolutista clerical”.⁸⁹ Seu fim simbolizou o término de um período historiográfico e o surto de outro, o dos homens das “luzes”, em que, do mero registro dos fatos e da compilação de eventos, passou-se à elaboração de uma visão harmoniosa da civilização e a uma interpretação filosófica da humanidade. Veríssimo Serrão, por sua vez, explicou o “surto historiográfico” do momento pela idéia vigente de que a história era tida como um elemento fundamental para valorizar o próprio tempo, tornando os homens mais doutos e felizes.⁹⁰ Sua obra é introdutória e informativa e, na verdade, o autor se preocupou apenas em fazer um inventário de historiadores e suas obras. Por outro lado, no que se refere à Real Academia, ele ainda mostrou como o seu surgimento e o culto ao passado eram associados a outras iniciativas, como a defesa da língua portuguesa, a preservação de monumentos e a organização interna dos arquivos. Veríssimo Serrão enfatizou a idéia de que a Academia Real não surgiu *ex nihilo*, mas “foi uma forma concreta de um ideal de cultura que pairava no ar e correspondia aos anseios daqueles homens”.⁹¹ De modo geral, as academias literárias que antecederam a Academia Real da História já exemplificavam, de acordo com este autor, esse “ideal de cultura”.

Entretanto, o trabalho mais importante sobre a Academia Real da História foi produzido por Isabel Ferreira da Mota. Seguindo os passos dos autores anteriores, a historiadora desenvolveu uma tese de doutoramento muito detalhada e pautada em uma

⁸⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica*. Vol.3. Lisboa: Verbo, 1974 e MARQUES, A. H. de Oliveira. *Ensaio de Historiografia Portuguesa*. Lisboa: Palas Editores, 1988.

⁸⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Op. Cit.* p. 27.

⁹⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Op. Cit.* p. 10.

⁹¹ *Ibid.* p. 62.

volumosa documentação. Ela destacou o papel da Academia, seu projeto, inovações e sua importância para a delimitação de um campo historiográfico em Portugal. Dentre outras coisas, enfatizou que aquela instituição nasceu estreitamente comprometida com a monarquia lusitana, seja em relação aos seus rituais acadêmicos, seja em seu projeto historiográfico.⁹²

Em relação aos rituais acadêmicos, para Isabel Mota, o rei parecia estar consciente de que os modos de implantação da Real Academia eram, paralelamente, modos de implantação do seu poder. Esta função de exaltação real não se restringia apenas à academia portuguesa. No século anterior, mais precisamente em 1660, foi fundada na França uma instituição consagrada à glória do rei, a *Académie Royale des Inscriptions et Belles-Lettres*. Seus membros produziam várias representações do monarca através de retratos, medalhas que mandavam cunhar, panegíricos e orações que recitavam e narrativas históricas.⁹³ No caso português, os acadêmicos, além de trabalharem nestas atividades, ainda estavam à frente de importantes rituais que organizavam o relacionamento entre a Academia, o rei e seus súditos. Já destacamos que eles se reuniam duas vezes por ano, uma para comemorar o aniversário do rei, outra, o da rainha. Aquele era o espaço de exaltação da monarquia. Era o momento não só de representar uma ordem e uma hierarquia que engrandecia o rei e determinava o lugar de

⁹² MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2003. Outra autora que, a partir dos estudos de Isabel Mota, ressaltou a importância e os projetos da Real Academia foi Íris Kantor. No entanto, seu objeto de pesquisa não foi propriamente esta instituição, mas as Academias dos Esquecidos e dos Renascidos, fundadas na América Portuguesa entre 1724 e 1759. É importante citar ainda, no que se refere à preocupação com questões como a ritualidade do poder no período de D. João V, os trabalhos de Ana Cristina Araújo. Em um artigo, a historiadora destaca que “o jogo metafórico da linguagem política, derramado na visão hiperbólica da vivência cotidiana do príncipe, é fixado pelas festividades típicas da sociabilidade cortesã e, de modo especial, pelas comemorações de aniversários, casamentos e funerais de membros da família real”. A imagem do rei era elaborada para os seus súditos nas festas oferecidas nos palácios, casamentos, aniversários e em diversas outras ocasiões. Eventos que deveriam ser grandiosos assim como o príncipe era grandioso. A citação do trabalho de Ana Cristina Araújo é interessante, pois os responsáveis por trabalhos como decoração, representação, configurações de imagens eram acadêmicos-historiadores. Longe de ser um trabalho de escrita solitária, ser historiador, naquele momento significava trabalhar em equipe, para elaborar uma imagem do rei. KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos. Historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/ UFBA, 2004; ARAÚJO, Ana Cristina. Ritualidade e Poder na Corte de D. João V. A gênese simbólica do regalismo político. *Revista de História das Idéias*, Coimbra, v. 22, 2001, p. 175-208.

⁹³ MOTA, Isabel Ferreira da. *Op. Cit.* p. 100

cada súdito, mas de produzir e confirmar esta mesma ordem nos discursos, gestos e atitudes.

De acordo com Isabel Mota:

A Academia Real da História é uma instituição fundamental para a implementação e dominação de um valor e uma crença que é a da soberania régia e, através de seus membros, instituição fundamental para a construção do Estado Moderno centralizado, como instituição formadora e difusora de funcionários competentes e leais à Coroa. (...) [A Academia Real] delinea imagens, valores e modelos culturais que se vão interiorizando, das quais destaca-se a imagem do rei e o valor da história.⁹⁴

Isabel Mota ressalta, portanto, as contribuições da Real Academia para a construção das representações sociais no reinado de D. João V. Aquela instituição projetou uma imagem poderosa, sagrada e absoluta do rei, impondo aí, segundo a autora, uma tradição que veio eclodir no chamado “despotismo pombalino”. O rei preocupava-se com a sua imagem frente aos súditos. Mais do que isso, preocupava-se com que imagem ele e seus antepassados poderiam legar para o futuro. Neste sentido, a tarefa de resolver estas questões coube à recém fundada academia. Era sua função pensar, por exemplo, o modo como príncipes e monarcas deveriam ser representados nas gravuras. O retrato da família real tornava-se uma questão de Estado, pois projetava uma imagem de um determinado reinado não só para os vassallos do presente, mas do futuro. Se quisermos ir além do reino, essa imagem era construída ainda para os súditos de outras regiões do império – muitos dos quais só teriam a chance de visualizar o rei por meio dos retratos – e para os demais reinos europeus, principalmente se considerarmos o intercâmbio de imagens e documentos entre os eruditos de uma *República das letras européia*.⁹⁵

⁹⁴ Ibid. p. 282.

⁹⁵ Ana Paula Megiani, em seus trabalhos recentes, tem se dedicado a pensar os círculos letrados portugueses e suas conexões por todo o império. Sobre o assunto ver MEGIANI, Ana Paula. Política e letras no tempo dos Filipes: o Império português e as conexões de Manoel Severim de Faria e Luís Mendes de Vasconcelos. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Lúcia Amaral (Org.). *Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no Império português. Séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 239-56.

No referente ao projeto de escrita da história da Academia Real, a exaltação da monarquia e das glórias da monarquia portuguesa também era a tônica da instituição. Um dos objetivos principais ao se escrever a história eclesiástica e secular do reino, era tirar do esquecimento aqueles vassallos que contribuíram para a grandeza da monarquia, e ainda juntar e organizar notícias espalhadas a respeito de Portugal e suas possessões. Seus acadêmicos numerários e supranumerários ficaram responsáveis por recolher materiais que contribuiriam na tarefa de escrever as memórias históricas das várias regiões do Império. A preocupação com a história do Império português significava que o projeto acadêmico se interessava pelos feitos dos portugueses em todas as partes do mundo e não propriamente no reino, daí a necessidade de se recolher notícias das várias regiões.

Essas notícias, no entanto, pareciam um pouco nebulosas. Dessa forma, também competia aos acadêmicos esclarecer determinadas dúvidas que pudessem surgir a partir da coleta de materiais e informações. O lugar de nascimento de alguns personagens considerados importantes para a história portuguesa, por exemplo, não era conhecido ou bem definido. Era preciso pesquisar sobre a origem de certos homens e mulheres para saber se eles eram ou não, de fato, portugueses. O objetivo era evitar correr o risco de exaltar santos, prelados e varões pertencentes a outro reino, talvez até rival a Portugal. Um exemplo destes personagens é São Frutuoso, arcebispo de Braga, confundido com o abade de Constantim, de mesmo nome. Outra santa cuja vida trazia alguns pontos duvidosos era Wilgeforte. Os acadêmicos perguntavam-se em que região teria nascido aquela mártir e se ela e a Santa Liberata de Sigüenza, eram a mesma pessoa.⁹⁶ A contenda talvez não tenha se resolvido, pois embora tenha sido incorporada à coleção de Barbosa Machado no tomo dos retratos relativo aos

⁹⁶ SYLVA, Manoel Telles da. *Op. Cit.* p. 116.

varões insignes em virtudes e dignidades, os dois nomes, Liberata e Wilgeforte, aparecem nas gravuras.⁹⁷

Ao escrever sobre a Academia Real, Manuel Teles da Silva afirmava que aquela instituição aparecia para produzir uma história “completa e verdadeira”, tentando marcar aí uma escrita diferente daquela caracterizada como “tosca e antiquada” elaborada pelos cronistas, que até então tinham a função de narrar os acontecimentos do passado. Isabel Mota ressalta que, com a fundação da Real Academia, há um declínio dos cronicados, muito embora tal cargo tenha sido preservado.⁹⁸ A título de exemplo, convém destacar que José Barbosa, irmão de Diogo, exerceu tal função como cronista da Casa de Bragança. No entanto, os próprios acadêmicos reais diferenciavam o seu trabalho daquele pelo fato da sua proposta de escrita da história se pautar, principalmente, em *documentos*. Os arquivos, cartórios, cabidos das catedrais, conventos, câmaras e comarcas do reino, deveriam fornecer aos eruditos da Real Academia notícias que esclarecessem dúvidas como: quando e por quem foram fundadas as paróquias, capelas e dioceses? Havia, naquela região, santuários de relíquias insignes ou imagens milagrosas? Que procissões eram feitas na cidade? Que varões insignes em virtudes ou letras eram naturais daquela cidade? Quem foram os prelados da diocese? Que memórias há de suas virtudes? Recomendava-se ainda o inventário dos documentos, como bulas, privilégios, doações e testamentos, e também se esperava que os párocos copiassem os letreiros das sepulturas, capelas e armas.⁹⁹ O objetivo de todo este trabalho era tirar a menor sombra de falsidade das narrações dos acontecimentos da história secular e eclesiástica de Portugal. Para isso, era preciso ir aos documentos, organizá-los, verificar os verdadeiros e falsos para, então, montar as memórias do reino.

⁹⁷ MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Retratos de Varões Portugueses insignes em Virtudes e Dignidades*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional. p. 30.

⁹⁸ MOTA, Isabel Ferreira da. *Op. Cit.*

⁹⁹ SYLVA, Manoel Telles da. Prólogo. In: *Op. Cit.*

Para desenvolver suas memórias e seu trabalho, os eruditos precisavam de documentação e, neste sentido, puderam contar com a iniciativa de D. João V. Sobre este assunto, Manuel Teles da Silva afirmou, exaltando, é claro, o mecenas da Academia: “não poderia certamente melhorar a nossa historia sem o socorro do braço real”.¹⁰⁰ O monarca tomou duas medidas importantes para que os eruditos pudessem levar a cabo o projeto historiográfico pretendido. Em primeiro lugar, conferiu aos acadêmicos o direito de livre acesso a qualquer arquivo do reino, nomeando, inclusive, alguns daqueles eruditos para cuidar da sua organização. E, em segundo lugar, favoreceu, a partir do decreto promulgado em 13 de agosto de 1721, a preservação de monumentos e restos arqueológicos que permitissem o conhecimento do passado português.

O objetivo do Decreto de 1721 era preservar monumentos, estátuas, moedas e todos os outros vestígios, mesmo ruínas, de um passado lusitano. Esse passado ao qual o decreto se referia foi também claramente estabelecido, uma vez que compreendia os seguintes povos que habitaram outrora Portugal: fenícios, gregos, persas, romanos, godos e arábios. Vejamos o que diz o decreto:

Por me representarem o director, e censores da Academia Real da Historia Portugueza, eclesiástica, e secular, que procurando examinar por si, e pelos acadêmicos os monumentos antigos que havia, se podiam descobrir no reyno, dos tempos em que nelle dominarão os Fenices, Gregos, Persas, Romanos, Godos e Arabios, se achava que muitos que poderão existir nos edificios, estátuas, mármores, cippos, laminas, chapas, medalhas, moedas e outros artefactos, por incúria e ignorância do vulgo se tinham consumido, perdendo-se por este modo um meyo muy próprio, e adquado, para verificar muitas noticias da venerável antiguidade, assim sagrada como política; e que seria muy conveniente à luz da verdade e conhecimento dos séculos passados (...)¹⁰¹

O argumento que justificava esta lei residia no desaparecimento e destruição dos sinais de um tempo pretérito “pela incúria e ignorância do vulgo”. Cabe destacar que, em uma das reuniões dos membros da Academia, fora iniciada uma discussão em que os acadêmicos

¹⁰⁰ Ibid.

¹⁰¹ Decreto de D. João V de 13 de agosto de 1721. In: *Academia Real da História Portuguesa e a sua Lei de Proteção a Monumentos Arqueológicos*. Lisboa: *sle*, 1958.

perguntavam-se se os monumentos encontrados nas diversas regiões do reino deveriam permanecer em seu ambiente de origem ou, antes, serem transportados para lugares mais seguros, longe das pessoas incultas, que não conseguiam reconhecer aqueles materiais como vestígios de um passado glorioso português.¹⁰² É interessante observar como começava a se constituir um olhar que separava o vulgo do acadêmico. O acadêmico conservava e entendia o monumento como forma de conhecer o passado, ao contrário do vulgo que, ao invés de preservar, conferia utilidade a uma coluna grega ou a uma panela dos tempos romanos. Estas tarefas de recolher e resguardar não são naturais. Transformar os vestígios do passado em materiais a partir dos quais se poderia conhecer algo é, antes de tudo, o trabalho de um olhar construído em um dado momento por um grupo de eruditos, grupo este que estava à frente da Real Academia e do qual fazia parte Diogo Barbosa Machado. O passado era percebido como passível de conhecimento se fosse estudado a partir daquilo que dele ficou. A partir da recolha dos restos era possível, na visão daqueles eruditos do setecentos, trazer os homens de volta à vida e conhecê-los.

Reconhecer e recolher documentos pressupunha também saber como tratá-los. De acordo com Íris Kantor, a partir do final do século XVII, a diplomática moderna trouxe inovações importantes no que se refere à autenticação documental.¹⁰³ As novas técnicas foram debatidas e, sobretudo, incorporadas ao trabalho dos acadêmicos reais portugueses, que passaram a se preocupar em coletar documentação e organizar arquivos. As ações generosas e heróicas dos vassalos em prol da “glória do reino” só seriam destacadas depois de comprovadas pelo trabalho erudito de procura e reconhecimento dos testemunhos.¹⁰⁴ Dessa forma, era função dos acadêmicos não só compilar os documentos necessários para escrever a

¹⁰² Ver SYLVA, Manoel Telles da. *Op. Cit.*

¹⁰³ KANTOR, Íris. *Op. Cit.* p. 205.

¹⁰⁴ Raphael Bluteau, em seu dicionário, define documentos como “provas, testemunhos, papéis”. Ele não usa a palavra “fonte”, tampouco encontramos esta expressão nos documentos da Real Academia ou nos textos de seus acadêmicos. BLUTEAU, Raphael. *História. In: Vocabulário Português e Latino, Áulico, Anatômico...* Coimbra: Colégio das Artes da Cia de Jesus, 1712, v.3

história do reino, mas também lançar mão das técnicas modernas de autenticação documental com o objetivo de separar os autores e documentos confiáveis dos duvidosos. Como destaca Kantor, cabia aos membros daquela instituição classificar as fontes, distinguir os relatos literários dos verídicos e excluir os milagres e tradições que não tivessem comprovação documental.¹⁰⁵

Havia interesses políticos muito claros naquele empreendimento. Ainda de acordo com Kantor, a Academia Real possuía feições geopolíticas e relacionava-se a uma conjuntura posterior à chamada paz de Vestfália (1648). Nas suas palavras,

A concorrência entre as diversas potências européias teria levado Portugal a munir-se com documentação comprobatória, investindo numa política oficial de construção da memória histórica dos seus domínios ultramarinos.¹⁰⁶

Com Vestfália, a diplomacia portuguesa foi obrigada a reformular a fundamentação teológica da expansão marítima, uma vez que as justificativas religiosas pautadas nas concessões papais (isto é, o Tratado de Tordesilhas e a Bula *Inter Coetera*) não mais surtiam efeito frente às novas demandas de um cenário internacional. A história – em seus diversos gêneros – passava a ser fundamental como uma justificativa para os interesses políticos dos reinos europeus. Porém, não se tratava de qualquer história ou narrativa. Importava, agora, que ela fosse pautada em documentos que confirmassem a legítima ocupação ou domínio, por exemplo, de um território. Naquele momento, “configura-se um discurso – mais secularizante – de justificação do Império”.¹⁰⁷

Essa preocupação historiográfica não se restringiu apenas à Coroa portuguesa. Na Espanha também podemos observar um movimento de interesse pela história, concretizado na fundação, em 1738, da *Real Academia de la Historia*, interessada no estabelecimento rigoroso

¹⁰⁵ KANTOR, Íris. *Op. Cit.* p. 205

¹⁰⁶ *Ibid.* p. 19.

¹⁰⁷ *Ibid.* p. 45-6.

dos fatos, na unificação das datas, na limpeza e crítica das fontes, na redação de memórias eruditas, no empreendimento de coleções, entre outros objetivos que também podiam ser encontrados entre os acadêmicos portugueses quase duas décadas antes.¹⁰⁸ No entanto, havia pelos menos duas diferenças muito fortes entre as instituições ibéricas. Em primeiro lugar, a Academia Portuguesa foi uma iniciativa da Coroa e era custodiada por ela, enquanto a espanhola, de caráter cortesão, tinha apenas a proteção dos monarcas. Em segundo lugar, aquela era uma instituição *exclusivamente* de história, enquanto esta se dedicava também às ciências, às línguas e à poesia.¹⁰⁹

Vale ressaltar que essa especialização era bastante inovadora para os padrões europeus da época, uma vez que esta matéria ainda não se constituía como um campo muito claro e separado. As demais academias, como a espanhola, acabavam estudando não apenas história, mas também poesia, física, política, entre outros assuntos. Isso é particularmente interessante se pensarmos no esforço dos próprios acadêmicos portugueses em definir um espaço seu, diferenciando, por exemplo, o que faziam do ofício dos poetas. O próprio Diogo Barbosa Machado, em sua obra *Memórias para a História de Portugal, que comprehendem o governo delRey D. Sebastião*, marcou esta distinção ao enfatizar a necessidade de documentos para que uma história não saísse “defeituosa”. Para ele, havia um elemento fundamental que distinguia o poeta do historiador: aquele fingia dentro dos limites do verossímil. Este último, por sua vez, “é um fiel relator das ações passadas, das quais o mundo foi teatro”.¹¹⁰ O elemento de distinção entre o poeta e o historiador, segundo nosso antiquário, era o compromisso deste último não com a imaginação, mas com a verdade. Aliás, a distinção feita pelo Abade de Sever, sugere que ela se pautava menos na forma do texto produzido (prosa/poesia) e mais no objetivo de cada um, historiador ou poeta. A “verdade” do historiador, por

¹⁰⁸ Sobre a Academia espanhola, ver: MOYA, António Morales. La historiografía española del siglo XVIII. *Revista de Historia das Idéias*, Coimbra, vol 18, p. 7-43, 1996.

¹⁰⁹ KANTOR, Íris. *Op. Cit.* p.41

¹¹⁰ MACHADO, Diogo Barbosa. Prólogo. *Memórias para a História de Portugal, que comprehendem o governo delRey D. Sebastião*. V. 1. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1736.

seu turno, estava ligada a algo fundamental para os eruditos daquele momento: o uso de *documentos*. Não cabia ao historiador inventar ou fingir para o deleite de seu leitor. Ele deveria ter o compromisso de contar fielmente o que aconteceu. Para isso, possuía um método: a crítica dos testemunhos. Toda a sua narrativa deveria se embasar em vestígios, e este pré-requisito era, em várias oportunidades, ressaltado pelos membros da Real Academia.

Para o conde da Ericeira, membro ativo da instituição, o uso de documentos não só diferenciava o poeta dos historiadores, mas também historiadores antigos dos coevos. Dessa forma, na famosa Querela entre Antigos e Modernos, para aquele nobre, os últimos saíam vencedores, pois a pesquisa com documentos fazia-os ficar mais próximos de uma verdade.¹¹¹ Nas *Notícias da Conferência que a Academia Real da Historia Portugueza fez em 12 de fevereiro de 1722*, a crítica documental é mencionada como “uma tocha acesa que ilustra e guia pelos escuros caminhos da Antiguidade, discernindo o verdadeiro do falso, a história da fábula e o que é antigo do moderno”.¹¹²

É importante ressaltar que os cinquenta membros da Real Academia não constituíam um corpo homogêneo em matéria de concepção historiográfica. Havia um projeto de escrita expresso nos estatutos, e se pretendia que ele fosse seguido pelo corpo de eruditos que compunham a instituição. Mas isso não significava que fosse fechado ou que não existisse espaço para o embate ou discussão em torno do conhecimento histórico entre seus membros. De acordo com Norberto Cunha, parece claro que, com a Academia Real da História Portuguesa, o argumento da tradição e da autoridade em matéria historiográfica foi perdendo peso. Mas, dentro daquela instituição, havia diversas tendências. Entre os acadêmicos, ele

¹¹¹ MENESES, Francisco Xavier de. Introdução panegyrica na conferência pública da Academia Real da Historia Portugueza, que se celebrou no Paço em presença de suas magestades, e altezas em 7 de setembro de 1721. Dia dos annos da rainha nossa senhora, recitada pelo conde da Ericeyra, que era director. [Lisboa: s/e, 1721]. In: MACHADO, Diogo Barbosa. (Org.) *Op. Cit.*

¹¹² Notícias da Conferência que a Academia Real da Historia Portugueza fez em 12 de fevereiro de 1722. In: *Collecção dos Documentos, estatutos, e memórias da Academia Real da Historia Portugueza que neste anno de 1722 a compuzerão, e se imprimirão por ordem dos seus censores. Dedicada a ElRey nosso senhor, seu augustissimo protector e ordenada pelo conde de Villarmayor secretario da mesma academia*. Lisboa Occidental: Officina de Pascoal da Sylva, 1722.

destaca José da Cunha Brochado, cujo pensamento era muito moderno, se pensarmos a maneira como nós hoje entendemos a história como conhecimento do passado. Para ele, simplesmente não era possível ou viável usar o critério de verdade para a história: incertezas, lacunas, paixões e sentimentos estavam presentes não só no trabalho do historiador, mas também nos autores que escreviam os livros e os documentos sobre os quais este último se debruçava. A parcialidade era, portanto, uma marca da história, algo que não permitia ter a verdade como fim último do trabalho do historiador. Por outro lado, para o fim último destinado ao conhecimento histórico por Cunha Brochado – a educação moral – esse critério de verdade não era o mais importante.¹¹³

Mesmo com divergências dentro da Academia se era possível usar ou não o critério de verdade para assuntos historiográficos, alguns de seus procedimentos parecem claros: 1) a pesquisa descolava-se da autoridade da tradição para os documentos; 2) esses documentos deveriam ser verificados, confrontados e mostrados pelos historiadores para os seus leitores; 3) a pesquisa com documentos era importante para a elaboração de uma história de cunho moralizante.

Os documentos eram utilizados dentro de uma concepção de *historia magistra*, certamente presente na Academia Real, e que pretendia exaltar os atos dignos de memória e de sobrevivência ao tempo. De acordo com esta concepção, as ações exemplares, comprovadas pelos documentos, seriam capazes de fazer crescer nos demais súditos o desejo de apoiar e de lutar pela glória de seu reino. No entanto, estes atos valorosos não necessariamente precisavam de documentos para serem encontrados, narrados e, assim, servirem de inspiração. O que importa é o fato de, mesmo essa história magistra, não poder prescindir de uma prova documental. Não havia problema nenhum para os historiadores daquele momento em produzir uma história elogiosa e exultante. Pelo contrário, este era um

¹¹³ CUNHA, Norberto. *Elites e Acadêmicos na Cultura Portuguesa Setecentista*. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 2000.

de seus papéis: tirar um personagem digno de lembrança do esquecimento e exaltar todas as suas virtudes. No entanto, tornava-se fundamental que essas virtudes e vitórias fossem procuradas não na tradição ou no “ouvir dizer”, mas nos vestígios e papéis deixados pelo passado. Como lembra Norberto da Cunha,

a história desejável nos estatutos da Academia era a narrativa de heróis, santos, de suas ações maravilhosas e exemplares. Um espelho moral. Embora tendo por condição e fundamento a verdade dos fatos, sufragada por documentos autênticos.¹¹⁴

É importante pensar como este interesse pelos documentos não estava dissociado de um certo uso político da história, já sugerido por Íris Kantor.¹¹⁵ A partir dos vestígios um reino poderia comprovar seus direitos políticos, sua soberania em relação a outro reino (fundamental para o reino português, principalmente depois de ter passado pela experiência da União das Coroas entre 1580 e 1640) e suas pretensões de posse de um território. Realçar o valor dos vassallos portugueses e suas vitórias significava também provar que suas conquistas do passado legitimavam no presente o domínio e a permanência lusitana em um lugar, ou ainda a própria independência de Portugal em relação à Castela. Não foi por acaso, portanto, o interesse da monarquia em relação ao seu passado e na exaltação de seus vassallos.

Blandine Kriegel também relaciona a Diplomática aos interesses políticos das monarquias modernas, bem como da Igreja. A Diplomática como método capaz de discriminar as fontes autênticas era, segundo a autora, uma ciência religiosa e do Estado. Diante dos conflitos entre protestantes e católicos que marcaram a Idade Moderna, os reformadores utilizaram bastante a erudição humanística e a pesquisa histórica para sustentar a sua tese de perversão da Igreja Católica. Para defender-se, a Igreja Romana também se

¹¹⁴ Ibid. p. 14-5.

¹¹⁵ KANTOR, Íris. *Op. Cit.* Ver também KANTOR, Íris. A Academia Real da História Portuguesa e a defesa do patrimônio ultramarino: da paz de Westfália ao Tratado de Madri (1648-1750). In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Lúcia Amaral (Org.). *Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no Império português. Séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 257-76.

engajou na polêmica e começou um trabalho de coleta e reunião de textos que respaldassem seus dogmas e sua supremacia.¹¹⁶

Lógica semelhante pode ser implementada para entender o interesse das modernas monarquias em relação ao seu passado. Segundo Blandine Kriegel, juristas, juriconsultos e genealogistas procuraram no arsenal dos arquivos os elementos jurídicos que confortassem as pretensões das Coroas e os direitos dos reis. Da mesma maneira, famílias nobres buscavam reencontrar provas de sua antiguidade e ilustrações da legitimidade de suas pretensões. No caso português, o reconhecimento das virtudes de um varão do passado podia render boas mercês aos membros de sua família no presente, o que explica o investimento da nobreza no conhecimento de suas origens. Obras importantes neste sentido são *História da Casa Real Portuguesa* e *Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes do Reino*, ambas de Manoel Caetano de Sousa.

Neste sentido, os interesses políticos da monarquia lusitana pareciam abrir espaço para um tipo de historiografia pautada não mais na tradição, mas nos testemunhos que tornavam-se, então, fundamentais para as pretensões políticas de Portugal. O projeto historiográfico da Real Academia deve ser entendido nesta chave interpretativa. No entanto, cremos que a questão pode ser complexificada. Tomemos o que dizem os estatutos da Academia Real sobre seus membros:

Se espera de hus, e outros historiadores, q ajustando quanto póde ser a ordem dos tempos, e as regras mais seguras da critica erudita, ne por preocupação, ou desejo de adquirir gloria à Pátria, nem por indiscreta piedade nem por adornar a historia com o que he raro, e plausível, defendão os successos inverossímeis, sigão os authores, ou documentos, que na melhor censura se tem por falsos; *nem passando a outro extremo* não menos vicioso, por impiedade, ou gênio difícil *se oppõem ao que se acha solidamente estabelecido em títulos originaes, e authenticos, em authores contemporâneos, e estimados, em tradições bem fundadas, em milagres approvados, e em rasoens demonstrativas.* (grifo nosso)¹¹⁷

¹¹⁶ KRIEGEL, Blandine. *L'Histoire à l'Age Classique. La défaite de l'erudition*. Paris: PUF, 1988, v.2. p. 59-72.

¹¹⁷ Estatutos da Academia Real da História. In: *Collecçam dos Documentos, estatutos, e memórias da Academia Real da Historia Portugueza que neste ano de 1721 a compuzerão, e se imprimirão por ordem dos seus*

O trabalho acadêmico pressupunha um compromisso com a verdade que jamais poderia se sobrepor ao desejo de elevar as glórias lusitanas. Isso implicava, como vimos, em uma crítica aos documentos, descartando-se, portanto, os relatos falsos ou duvidosos, por mais engrandecedores que fossem do passado do reino. Mas a citação abre espaço a um porém. Os acadêmicos deveriam ter o cuidado de não cair em extremismos e colocar em dúvida o solidamente estabelecido, isto é, uma certa tradição. Essa tradição estava expressa nos três temas canônicos da história portuguesa. Embora a Academia defendesse o uso de documentos e a crítica nos moldes da diplomática, havia temas que, para todos os acadêmicos, deveriam ser incontestáveis. Numa das reuniões periódicas dos letrados, foi estabelecido que “as Cortes de Lamego, o Juramento del rey Afonso Henriques e a Primazia de Braga se devião mandar tratar por todos os acadêmicos, como *factos verdadeiros, e indisputáveis* (grifo nosso).”¹¹⁸

Como lembra Íris Kantor, entre 1702 e 1713, a Europa assistiu à Guerra de Sucessão Espanhola e à possibilidade da união das coroas francesa e castelhana. Importava tornar a separação entre Portugal e Espanha um princípio geoestrategicamente sagrado.¹¹⁹ Afonso Henriques, Ourique e Lamego eram mitos fundadores da monarquia portuguesa. Sua aceitação tornava-se indispensável, pois legitimava a monarquia e a separava do trono espanhol.

Centremo-nos na história de Afonso Henriques e no episódio do milagre de Ourique, ao qual ela se liga. Trata-se de um mito bastante conhecido. A imagem do Cristo crucificado teria aparecido a D. Afonso e lhe dito “quero em ti e em teus descendentes fundar para mim um império”. Aquela passava a ser, portanto, a origem de um império fundado por Deus. No

censores. Dedicada a ElRey nosso senhor, seu augustissimo protector e ordenada pelo conde de Villarmayor secretario da mesma academia. Lisboa Occidental: Officina de Pascoal da Sylva, 1721.

¹¹⁸ SYLVA, Manoel Telles da. *Op. Cit.* p. 93.

¹¹⁹ KANTOR, Íris. *Op. Cit.* p. 50

entanto, para se constituir como um mito das origens, essa história foi contada e recontada em conjunturas políticas diferenciadas. De acordo com Luís Filipe Silvério Lima, as primeiras versões em torno do milagre de Ourique foram elaboradas em fins do século XIV, perto do momento da Revolução de Avis. Fundar o reino português como desígnio divino legitimava, naquele contexto, a autonomia portuguesa frente à possibilidade de união com a coroa de Castela. Afonso Henriques fora caracterizado, então, como um herói épico, à moda das novelas de cavalaria, versão muito divulgada por escritores como Pedro de Mariz e Duarte Galvão.¹²⁰

Em 1596, no entanto, foi encontrado no Cartório Real do Mosteiro de Alcobaça o Juramento de Afonso Henriques, documento pretensamente redigido em 1152 que comprovava a fundação miraculosa do reino português. Em um primeiro momento, poderíamos pensar que a descoberta daquele testemunho – bem como sua tradução e divulgação para todo o império – poderia ter servido como elemento de contestação ao domínio castelhano, afinal, desde 1580, Portugal era governado por um rei estrangeiro, Felipe II de Espanha. Mas não foi bem assim. Quando Portugal se preparava para receber seu monarca, imagens e edifícios foram construídos e alguns deles contavam a história da lenda de Ourique. Embora fosse um rei castelhano, Felipe II era tido ali por portador legítimo das armas lusitanas dadas por Cristo a D. Afonso.¹²¹

O documento encontrado no mosteiro de Alcobaça possibilitou uma outra versão da história de Afonso Henriques. Se até então ele era tido como um herói épico, a partir daquela narrativa, fora transformado em um homem piedoso e o milagre de Ourique em sinal de sua piedade. Esta versão mais religiosa e providencialista de D. Afonso foi desenvolvida pela historiografia alcobacence e tornou-se fundamental para a leitura feita de outros dois

¹²⁰ Sobre a lenda de Afonso Henriques e a construção de seu mito, ver LIMA, Luís Filipe Silvério. *O Império dos Sonhos. Narrativas proféticas, sebastianismo e messianismo brigantino*. São Paulo: USP, 2005. Tese defendida pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Capítulo 3.

¹²¹ Ibid. p. 108.

momentos importantes da história portuguesa: a Revolução de Avis e a Restauração.¹²² O episódio de Ourique, tomado, então, como profecia, propunha, como destaca Luís Filipe Silvério Lima, “uma temporalidade divinamente instruída e inspirada que direcionava todos os sucessos do reino. A história era, assim, narrativa da profecia e continha todos os eventos futuros”.¹²³ Os “dois monarcas”, isto é, o épico e o piedoso, só se juntaram como as duas faces de um mesmo personagem no século XVII, na *Chronica de Cister*, de Frei Bernardo de Brito.¹²⁴

No século XVIII, a memória de Afonso Henriques continuava viva. D. João V e D. José, seu sucessor, retomaram o processo de canonização daquele rei e mandaram coligir *provas* do Milagre de Ourique,¹²⁵ afinal, aquele episódio poderia se transformar em uma tradição ainda mais forte e indiscutível se devidamente comprovado. Mesmo uma questão “sobrenatural” poderia ser comprovada documentalmente. Além disso, em 1727 foi publicada a crônica de Duarte Galvão sobre D. Afonso, tendo sido censurados alguns capítulos que não condiziam com a imagem que se pretendia divulgar sobre o rei fundador.

Dessa forma, consideramos difícil compreender o projeto acadêmico como “científico”, como pretendeu Isabel Mota. Pelo menos não científico da maneira como poderíamos conceber hoje. Pautado em documentos e na crítica, o trabalho daqueles acadêmicos não excluía os milagres e o sobrenatural. Cremos que podemos falar em uma apropriação dos procedimentos críticos da Diplomática em Portugal, apropriação esta que não rejeitou necessariamente as tradições, nem tirou da história todo o seu lastro sagrado.¹²⁶ O maravilhoso, presente na base de algumas tradições, além de compor o universo daqueles homens, poderia servir a uma escrita historiográfica que não era desinteressada, e que, por sua

¹²² Ibid. p. 95.

¹²³ Ibid. p. 131.

¹²⁴ Ibid. p. 99.

¹²⁵ ARAÚJO, Ana Cristina. Morte, memória e piedade barroca. *Revista de História das Idéias*, Coimbra, v. 11, 1989, p. 145-6.

¹²⁶ CUNHA, Norberto Ferreira da. *Op. Cit.*

vez, ligava-se à monarquia. Era possível para os acadêmicos portugueses do Setecentos aceitar sem muitos problemas o “maravilhoso” na história, desde que fosse estabelecido como uma história comprovada. Ainda era possível a sua aceitação naquela historiografia, principalmente em relação aos três mitos fundadores da Coroa. Não se tratavam, portanto, apenas de uma questão de fé, mas também, de um tema político.

Milagres, religião, política, história. Elementos que se confundiam a partir dos interesses e critérios da época em um plano historiográfico fluido. Parece-nos clara a impossibilidade de pensar em um projeto racionalmente fechado para a Academia Real. A história passava a ser pautada no critério da prova documental. No entanto, se para nós hoje isso poderia levar a excluir o sagrado e as tradições, parece que, antes, este trabalho de autenticação poderia levar a confirmar e legitimar tais tradições, pois havia relações muito claras entre essa escrita historiográfica e a política real. Era importante que certas histórias e rituais fossem comprovados. Ana Cristina Araújo nos fornece um exemplo interessante sobre a unção de D. João V. Este ritual foi sustentado por meio de documentos considerados irrefutáveis, confirmando que o Papa Martinho V, em 1428, permitiu aos monarcas de Avis adotarem as solenidades do Pontifical Romano no ato da coroação sob a condição de prestarem fidelidade à Santa Sé. Comprovada a autorização papal por meio de documentos, o ritual foi retomado por D. João.¹²⁷

A questão do uso de documentos para se escrever a história de Portugal é, portanto, fundamental para entender o projeto historiográfico da Real Academia e, inclusive, para pensar como os pressupostos da Diplomática entraram em Portugal. Já ressaltamos a oração proferida pelo conde da Ericeira na qual estabelecia uma diferença fundamental entre historiadores antigos e modernos, o uso das fontes. Em outra oração, o mesmo acadêmico propunha a seus pares que as memórias compostas por eles fossem feitas com documentos

¹²⁷ ARAÚJO, Ana Cristina. Ritualidade e Poder na Corte de D. João V. A gênese simbólica do regalismo político. *Revista de História das Idéias*, Coimbra, v. 22, 2001, p. 180-1.

impressos e manuscritos. Ademais, os autores das histórias e memórias deveriam colocar ao final de cada volume os documentos e o título dos arquivos em que se basearam.¹²⁸

Para seguir esta recomendação, foram de grande serventia o Decreto de 1721 e a autorização real de livre entrada em qualquer arquivo do reino. Mas era comum lermos algumas reclamações vindas dos acadêmicos, justamente porque os supranumerários e os órgãos das diversas regiões do reino não cumpriam a sua parte. No entanto, o que chegava às mãos dos acadêmicos era selecionado, organizado, agrupado, selecionado para seus estudos e passava, assim, a constituir um arquivo. Mesmo a Academia Real tinha um arquivo próprio, que serviu para montar a sua *Collecção de Documentos da Academia Real da Historia*. Havia, portanto, uma relação forte entre a escrita de memórias e histórias e a prática do colecionismo, desenvolvida por vários membros da Academia Real, sobretudo Diogo Barbosa Machado. As coleções deste momento possuíam um viés documental. Seus materiais passavam pelo crivo de um confiável erudito, conhecedor dos procedimentos modernos de autenticação documental.

A constituição de um ambiente erudito em Portugal e a busca por testemunhos do passado

Raphael Bluteau, em seu dicionário, definiu a palavra coleção como “ajuntamento de cousas”. Na verdade, se quisermos completar, um “ajuntamento” de papéis, medalhas, imagens e outros tipos de objetos. A prática de “juntar coisas” foi ocupação de vários eruditos da Real Academia. Como vimos, assim como Barbosa Machado, o conde da Ericeira, o duque de Cadaval, o marquês de Abrantes e o próprio rei D. João V, dedicaram-se a juntar materiais os mais diversos, fossem eles minerais, medalhas, moedas ou outras antiguidades. O enfoque,

¹²⁸ SYLVA, Manoel Telles da. *Op. Cit.* p. 33-45.

contudo, eram objetos materiais, enquanto o abade de Sever preferiu textos escritos, imagens e representações cartográficas. É preciso, no entanto, entender as práticas desses homens de forma articulada. Em primeiro lugar, consideramos que o trabalho dentro da Academia Real não pode ser desvinculado de outras atividades eruditas às quais os acadêmicos se dedicavam, como a troca de correspondência ou mesmo a constituição de coleções pessoais. Elas devem ser entendidas em conjunto, pois eram práticas de um ambiente letrado do século XVIII português – muito embora não tenham sido criadas naquele momento. Em segundo lugar, os próprios eruditos eram relacionados, na medida em que formavam uma comunidade, colecionavam e produziam textos não somente para si, mas para mostrar aos seus pares, conseguir proteção, formar redes clientelares, enfim, realizar alguns de seus interesses intelectuais e pessoais.

A constituição de um ambiente letrado em Portugal não data do século XVIII, tampouco da formação da Academia Real da História Portuguesa. A partir de estudos como de Diogo Ramada Curto e, sobretudo, das pesquisas recentes de Ana Paula Megiani, percebemos que uma rede de conexões e informações, bem como a constituição de bibliotecas e coleções, já existiam no século XVII e, de acordo com Curto, desde a segunda metade do XVI as bibliotecas portuguesas conheceram várias formas de regulamentação. Mas é de fato no Seiscentos que a “moda das livrarias” se difundiu em Portugal. “De Montaigne a Justo Lípsio, de Gabriel Naudé a Vicente Nogueira as reflexões sobre a organização e catalogação dos livros sucedem-se”.¹²⁹ Essas bibliotecas não se ligavam apenas às ordens religiosas, como os jesuítas, ou a alguns colégios, mas também a particulares.

Não só as livrarias já faziam sucesso neste ambiente letrado do século XVII – o qual, para Curto, era fechado em torno de uma elite – mas a própria troca de correspondência era uma prática importante que articulava diversas partes do Império. Ana Paula Megiani enfatiza

¹²⁹ CURTO, Diogo Ramada. *Op. Cit.* p. 110.

como este grupo letrado, espalhado pelas diversas regiões, através da troca de informações por correspondência, construiu uma “memória que passaria a incorporar os novos espaços e humanidades ao antigo mundo europeu”.¹³⁰ O conhecimento sobre uma terra, os costumes de sua população, as riquezas a serem exploradas, entre outras informações, circulavam nas cartas manuscritas dos eruditos e alimentavam determinadas imagens e representações sobre o Novo Mundo. Um exemplo deste esforço intelectual é o erudito Manoel Severim de Faria (1583-1655), Chantre de Évora e, segundo Megiani, responsável por uma rede de conexões e informações com sede naquela cidade.

Severim de Faria figura na obra *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, a partir da qual é possível conhecer alguns dados sobre a vida do erudito seiscentista. Ele teria freqüentado a Universidade de Évora e alcançado ali o grau de teólogo. Acabou seguindo os passos de seu tio, que também fora chantre da catedral eborense. Sobre as atividades de Severim de Faria, Barbosa Machado nos informa que:

A nobre ambição de adquirir novas notícias, assim sagradas, como profanas o impellia a continua lição da sagrada Escritura, e Theologia Mystica, como tambem de Historia antiga, e moderna extendendo-se a sua applicação a examinar as maximas da Politica, os pontos da Geografia, as dificuldades da Chronologia, e as origens da Genealogia. Com igual dispendio, que eleição juntou huma livraria mais estimavel pela qualidade que pelo numero constando de livros rarissimos entre os quais se distinguiam as obras do Infante D. Pedro, filho delRey D. João I impressas seis anos depois de inventada a impressão em Basilea, a Chronica de D. Affonso Henriques da letra original do grande André de Resende mais copiosa que a de Duarte Galvão, as obras do insigne Fr. Luiz de Granada na lingua japoneza, hum volume escrito no antigo papyro do Egypto, outro em folhas de palma, e abertos com estylo de ferro os caracteres; muitos volumes na lingua Chinese com preciosas encadernaçoens de varias sedas, e brochas de admiravel artificio. Esta singular livraria (...) estava patente a todos os eruditos que querião aproveitarse da sua lição (...).¹³¹

¹³⁰ MEGIANI, Ana Paula. Política e letras no tempo dos Filipes: o Império português e as conexões de Manoel Severim de Faria e Luís Mendes de Vasconcelos. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Lúcia (Org.). *Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no Império português. Séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 237.

¹³¹ MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana*. Lisboa Occidental: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741-1759, 3v.

Severim de Faria era admirado por Barbosa Machado como o “mais célebre antiquário de seu tempo”,¹³² justamente pelo trabalho documental feito em arquivos e cartórios, pela sua erudição histórica e pela crítica que usava, “não se deixando preocupar do amor da pátria para lhe adoptar glorias fabulosas”.¹³³ Podemos supor que Barbosa Machado tenha tirado dali sua inspiração, pois ele próprio destaca que Severim possuía bustos e efígies de personagens que também constam na sua compilação pessoal, como o rei Wamba. Talvez a Coleção de Babosa Machado tenha mais pontos comuns com a de Severim de Faria, feita um século antes, também preocupada com a palavra escrita, do que com as de seus pares coevos.¹³⁴ São apenas hipóteses, pois a comparação em Portugal se torna complicada quando muitas dessas coleção já se perderam em virtude do terremoto de 1755. Haveria a necessidade também de analisar de forma mais detida a coleção de Manuel Severim, o que não constitui nosso objetivo. No entanto, sabemos que ele ainda compôs várias obras de história, centradas nos reinados de D. João II, D. Sebastião (que também foi objeto de estudo de Barbosa Machado), D. Henrique, dos reis Felipes de Habsburgo e de D. João IV – alguns dos quais também receberam a atenção do nosso colecionador. Além dos monarcas, ocupou-se também em formar catálogos dos prelados de Évora, dos bispos de algumas cidades, dedicando-se ainda a estabelecer a árvore genealógica da Casa de Bragança.

Entre esses dois colecionadores existe ainda um ponto comum, além do desejo de organização: o pertencimento à Igreja. Diogo Barbosa Machado exerceu funções na hierarquia eclesiástica. Antes de ter sido nomeado presbítero e abade, ele pertenceu a uma importante congregação, a do Oratório, dedicada aos estudos das letras e caracterizada pelo incentivo às matérias filosóficas e às ciências físico-naturais. Esta congregação e a dos

¹³² Ibid.

¹³³ Ibid.

¹³⁴ Os materiais pertencentes à livraria de Severim de Faria não se resumem a documentos escritos. Segundo Ana Paula Megiani, havia também raridades, medalhas, gravuras, peças, conchas, animais empalhados, couro, peles de bicho e outros materiais, semelhante a um gabinete de curiosidades. MEGIANI, Ana Paula. Conexões e informantes entre Portugal e as partes do Império no tempo dos Filipes: o circuito do chantre Manuel Severim de Faria. *Congresso Internacional O Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades*. Lisboa, 2 a 5 de novembro de 2005.

religiosos beneditinos foram responsáveis por vários projetos enciclopédicos de reunião de documentos, atas e notícias de dinastias, cidades, reinos e antiguidades.¹³⁵ Tratava-se de um momento, como lembra Blandine Kriegel, em que a história estava intimamente ligada à ciência religiosa. Nesse ambiente religioso das ordens a moderna crítica documental nascia e se desenvolvia. Mabillon, tido como o pai da Diplomática, foi um beneditino da famosa abadia de Saint-Germain-des-Prés, interessada em estudar seu próprio passado, os manuscritos da ordem, as vidas de seus santos, entre outros assuntos. Entre 1655 e 1677, foram compilados naquela abadia treze volumes in-quarto de documentos, incluindo cânones, concílios, crônicas, histórias, hagiografias, correspondência, entre outros. Tratava-se de um programa interessado em celebrar a ordem e defender a Igreja Católica dos ataques dos quais era objeto na época.¹³⁶ Para isso, era necessário investigar, pesquisar, compilar provas e documentos. Foi exatamente neste sentido que congregações como a dos beneditinos, dos cistercienses e dos oratorianos agiram.

Barbosa Machado e Severim de Faria, embora separados por algumas décadas, tinham alguns elementos em comum e uma formação religiosa que lhes garantia erudição e interesse pelos assuntos referentes à história. Mais do que isso, essa formação lhes forneceu um método de organização documental. Se confiarmos na descrição da biblioteca de Severim feita por Diogo Barbosa, percebemos que o primeiro tinha interesse por vários assuntos históricos, mas dedicou-se também ao passado português, tratando de temas e reinados que, mais tarde, seriam objeto de estudo da Real Academia. Além disso, assim como Barbosa Machado, a relação de Severim de Faria com a história passava pelos sentidos, pelo contato com os restos do passado, pelo ato de guardar e ter por perto algo que fizesse recordar um tempo que passou. Em outras palavras, ambos eram colecionadores, relacionavam-se com o passado e lhe davam algum sentido a partir do contato visual e sensitivo com os testemunhos. Dezenas

¹³⁵ DOMINGUES, Francisco Contente. *Ilustração e Catolicismo*. Teodoro de Almeida. Lisboa: Colibri, 1994 .p. 53; KRIEDEL, Blandine. *Jean Mabillon*. Paris: PUF, 1988, v.1.

¹³⁶ *Ibid.*, p. 32-33

de anos antes da Academia Real, Severim já fazia sua coleta de documentação, sua catalogação, isto é, seu arquivo e coleção. Não foi à toa que ele despertou tanta admiração em Barbosa Machado. Podemos pensar então que a proposta da Real Academia se inseria em um ambiente erudito já existente em Portugal entre os letrados e antiquários do século XVII. Uma instituição historiográfica ligada à monarquia e com um projeto de escrita estabelecido, de fato, só nasce em 1720. Contudo, antes disso, a história já havia se “instalado” entre os eruditos portugueses, se quisermos tomar emprestado uma expressão de Blandine Kriegel.¹³⁷

Em primeiro lugar, havia se instalado nos meios religiosos. Não podemos esquecer o trabalho dos religiosos do Mosteiro de Alcobaça, sobretudo o de Frei Antonio Brandão, na elaboração de uma obra magna, a *Monarchia Lusitana*, redigida em português. A figura de Severim de Faria é um bom exemplo de uma tradição de homens ligados à hierarquia eclesiástica e também interessados no passado luso. Mesmo dentro da Real Academia de História a presença de religiosos era marcante. Dos seus cinquenta membros, pelos menos vinte e quatro ligavam-se ao clero. Entre eles José Barbosa, Manuel Caetano de Sousa, Antonio Caetano de Sousa e o próprio Diogo Barbosa Machado.¹³⁸ Na formação religiosa destes homens era evidente o interesse pela história e uma espécie de “saber lidar” com os vestígios passados.

Em segundo lugar, a história se instalou não apenas entre os religiosos, mas também entre juristas e homens ligados ao governo. Ainda dentro da Academia temos os exemplos de Diogo de Mendonça Corte-Real, Fernando Mascarenhas e Rodrigo Annes de Sá e Almeida.¹³⁹

¹³⁷ KRIEDEL, Blandine. *L'Histoire à l'Age Classique. La défaite de l'erudition*. Paris: PUF, 1988, v.2. p. 130

¹³⁸ Antonio Caetano de Sousa tornou-se clérigo regular da Divina Providência, tendo feito a sua profissão em 1671, aos 17 anos. José Barbosa aprendeu gramática, poesia e retórica no Colégio de Santo Antão, dos padres jesuítas. Quando tinha apenas 14 anos, decidiu-se tornar clérigo regular teatino. Já Manuel Caetano de Sousa, embora tenha aprendido as primeiras letras em casa, com o auxílio de sua avó, seguiu os estudos filosóficos no mesmo colégio de Santo Antão. Seu pai insistiu para que continuasse a sua formação em Lisboa, mas o acadêmico decidiu largar o século e abraçar a religião dos regulares teatinos em 1675, com apenas 17 anos. (MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana*. Lisboa Occidental: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741-1759. v. 1, p. 230; v. 2, p. 825-9 e v. 3, p. 200-211, respectivamente).

¹³⁹ Diogo de Mendonça Corte-Real estudou direito pontifício na Universidade de Coimbra, foi enviado extraordinário à Holanda, provedor da Casa da Índia e conselheiro da Real Fazenda. Fernando Mascarenhas, 2º

Assim como os religiosos, eles também viam a importância dos papéis e documentos. Neste caso, não exatamente por conta de debates em torno de questões de fé, mas em questões políticas, territoriais e assuntos de interesse monárquicos. Além disso, a posição social deste grupo, como a do anterior, lhe dava acesso a papéis de vários tipos, seja a partir da sua própria aquisição, seja através de contatos que poderiam estabelecer a fim de conseguir os documentos de que necessitavam. No capítulo anterior, já destacamos como o próprio Diogo Barbosa conseguiu algumas de suas gravuras graças a conhecimentos que mantinha fora do reino e a cartas que enviou a alguns de seus amigos, que lhe mandavam os retratos e informações pedidas.

Eruditos ligados ao governo e à Igreja – eram eles que compunham os quadros da Real Academia. Muitos ligados à alta nobreza, outros, como o próprio Barbosa Machado, tentando angariar alguma posição e reconhecimento. A partir de seus estudos e contatos, eles obtinham documentos e, mais do que isso, sabiam organizá-los e criticá-los. Trata-se de um projeto pautado na idéia de exaustividade. Era necessário recolher tudo que se pudesse, de todas as partes do reino, catalogar tudo, todos os nomes, abadias, dioceses e prelados. Era fundamental definir os documentos, redigir dicionários, organizar, catalogar, colecionar. O que hoje consideramos como o início da prática do historiador, isto é, a tarefa de procurar e selecionar documentos, era, no século XVIII, a finalidade deste mesmo ofício. Ser historiador significava repertoriar os papéis e restos materiais, verificar sua autenticidade, agrupar as peças em unidades maiores e, em alguns casos, publicar os documentos. Tratava-se, portanto, de um trabalho de composição de coleções que envolvia um grande número de eruditos espalhados em diversas cidades. Este labor em equipe era, em alguns casos, feito nas abadias. Em outros, em academias, como a portuguesa. Dentro delas, desenvolvia-se um trabalho de

marquês de Fronteira, foi governador de várias províncias, entre elas Beira e Alentejo, e conselheiro de Estado e Guerra. Por fim, Rodrigo Annes de Sá Almeida, 1º marquês de Abrantes e 3º marquês de Fontes, foi embaixador em Roma, vedor da fazenda e embaixador extraordinário em Madri. (Ibid. vols 1 (p. 677), 2 (p. 36-7) e 3 (p. 637-9), respectivamente).

erudição, de constituição de uma escrita da história associada ao trabalho colecionista. Como lembra Kriegel, falamos de um momento em que as tarefas de antiquário e historiador andavam de mãos dadas e a história era um conhecimento *savant*, um saber erudito cuja função era recolher pacientemente os restos.¹⁴⁰

A existência de experiências passadas e de seus resquícios arqueológicos ou escritos, não garante uma escrita da história.¹⁴¹ Papéis, vasos, edifícios, colunas romanas, moedas, nada disso tinha um valor documental intrínseco, mas lhes foram atribuídos este valor. O ato de olhar estes resquícios e considerá-los testemunhos, objetos que nos permitem conhecer algo (o passado), não era natural, mas datado, construído em dado momento. Quando o Decreto de 1721 referiu-se à “incúria e ignorância do povo” e quando Martinho de Mendonça perguntou o que fazer com as inscrições romanas gravadas em pedras encontradas em uma região de Portugal, foi estabelecida uma divisão entre dois olhares sobre os resquícios do passado: um dos “ignorantes” (no sentido de aqueles que ignoravam alguma coisa), não letrados que viam esses materiais como objetos comuns; e outro, dos eruditos, que percebiam os mesmos materiais como testemunhos de um passado invisível. Essa percepção não era generalizada, mas pertencente a um grupo erudito e que pretendia se destacar como tal, cujos membros tinham suas relações intelectuais estabelecidas ali mesmo. O que escreviam, produziam e adquiriam ficava restrito a um público composto por eles mesmos.

Ao construir sua coleção, Barbosa Machado soube reconhecer um documento. Ele selecionou as versões interessantes, os homens que deviam ser lembrados e o território que delimitava aquela história, juntando e organizando tudo o que era encontrado em sua coleção. Provavelmente apenas ele e seus pares deveriam ter acesso a ela. Por outro lado, somente quem partilhasse de um mesmo universo de significações poderia dar àquele conjunto o seu

¹⁴⁰ KRIEGEL, Blandine. *Op. Cit.* p. 208.

¹⁴¹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Reinventando a Tradição: sobre antiquariado e escrita da história. *Humanas*, Porto Alegre, v. 23, n. 1/2, p. 111-143, 2000. p.115.

devido valor documental. Apenas seus pares poderiam reconhecer aqueles testemunhos como autoridades. Era, portanto, um arquivo feito por um letrado para outros letrados.

A autoridade do documento: o arquivo de Barbosa Machado

É muito difícil precisar quando começou efetivamente o interesse de Barbosa Machado em colecionar documentos sobre o passado português. Talvez tivesse início na década de vinte, quando foi nomeado para a Academia Real. Certo, no entanto, é o fato de ter se dedicado a este trabalho até o fim de sua vida. Pelo volume da coleção, podemos supor que tenha sido uma tarefa constante e diária, de recolhimento, trocas, seleção, organização e *reorganização* dos textos, mapas e retratos. Em meio ao trabalho, critérios devem ter mudado, novos interesses aparecidos. E assim Barbosa Machado montava sua obra.

Hoje, ao nos depararmos com estes materiais, sempre fica a interrogação: para que? Por que Barbosa se dedicou a isso? Que *utilidade* esse trabalho tinha? Qual o sentido em fazer coleções? Estranhamento de um tempo moderno, cuja velocidade cotidiana não abre a possibilidade para a compreensão de um trabalho lento, cuidadoso, cotidianamente agradável e concebido não apenas para ser feito, mas também refeito a cada descoberta de uma imagem primorosa ou documento revelador e verdadeiro. Um certo rigor certamente estava presente no trabalho dos historiadores-antiquários da Academia Real, mas o prazer também motivava aqueles homens a montar e ampliar suas coleções.

Na sua própria casa, Barbosa Machado guardava o passado. Percorria séculos de história portuguesa dentro de sua biblioteca, folheando seus álbuns de retratos e seus tomos de folhetos. Não só viajava pelas violentas batalhas, suntuosos casamentos e desejados nascimentos, mas visualizava, pelas imagens, o rosto dos homens e mulheres protagonistas e coadjuvantes das histórias que seus papéis contavam. Mais ainda: os materiais colecionados

possibilitavam sair do reino, saber o que acontecia em terras que Diogo nunca havia pisado. Os documentos eram, assim, o seu caminho para um mundo invisível.

Tempos invisíveis, mas também espaços invisíveis. Toda coleção, quaisquer que sejam seus materiais ou o momento em que foi montada, teria a capacidade, segundo Krzysztof Pomian, de ligar o visível ao invisível. Expostos ao olhar, os objetos de uma coleção permitiriam a comunicação entre dois mundos distantes, seja no espaço (outros países, “terras exóticas”), seja no tempo (presente, passado e futuro):

Todos estes objetos são portanto intermediários entre os espectadores e o invisível: as estátuas representam os deuses e os antepassados; os quadros, as cenas da vida dos imortais ou os acontecimentos históricos; as pedras, a potência e a beleza da natureza, etc.¹⁴²

Essa mediação entre dois mundos não é específica das compilações históricas. Conjunto de objetos do mundo natural, tais como conchas, plantas e animais exóticos, teriam o poder de transportar os homens para o invisível da criação divina, por exemplo, ou ainda para “terras exóticas”, representadas no microcosmo das coleções. Mas as antiguidades, por sua vez, possibilitavam uma viagem no tempo e um caminhar por momentos passados, já perdidos (ou invisíveis), mas ao mesmo tempo presentes em seus vestígios. No caso da coleção de Barbosa Machado, o invisível começava ainda na Idade Média, chegando até o tempo do abade. Afinal, um dia o presente visível tornar-se-ia passado invisível. Por isso era conveniente guardá-lo em sua compilação.

O tempo pretérito era algo terminado, invisível. A única maneira de ter acesso a ele era a partir daquilo que ficou. Os mapas, imagens e folhetos, que anteriormente eram distribuídos de forma separada e esporádica, ao serem tocados e escolhidos por Barbosa Machado, mudavam o seu estatuto, tornavam-se *testemunhos*. A partir da sua posição de acadêmico real,

¹⁴² POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi. Memória-História*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984, v. 1. p.65.

esses papéis, não apenas constituíam-se documentos, mas também provas confiáveis, pois já haviam passado por uma crítica documental. Caso contrário, sequer figurariam na coleção.

Neste ponto, história e colecionismo se relacionavam. Ao perceber folhetos, mapas e retratos como testemunhos de um passado, Barbosa Machado os recolhia, deixava-os perto de si e mudava os seus usos. Os vários jornais que compunham a sua coleção de folhetos – como o conhecido *Mercúrio Portuguez* – perdiam sua razão de ser como periódicos efêmeros, e tornavam-se portadores de notícias importantes, que deviam ser lembradas para figurar na história portuguesa.¹⁴³ Assim como outros colecionadores poderiam tocar nas plantas e minerais que guardavam, como se, através do toque, se aproximassem da natureza ou do mundo do qual eles foram retirados, ao conviver em sua casa com aqueles vários papéis, o Abade de Sever se configurava como testemunha, se não do evento propriamente dito, pelo menos do testemunho que indicava que algo outrora aconteceu. Ele tinha em mãos documentos, tratados, sermões lidos em um acontecimento, e retratos que representavam pessoas. O passado estava ali com ele – séculos da história portuguesa guardados em sua biblioteca. O historiador colecionista sentia a história e tinha o poder de tocá-la. Tempos depois, o passado seria conquistado para o mundo da razão, mas, naquele momento, ele pertencia aos sentidos e à memória.

É preciso adentrar na coleção para entendermos, então, que arquivo aquele abade possuía e como ele organizou os seus testemunhos do invisível. Discriminamos no capítulo anterior os títulos dos tomos dos retratos, mapas e opúsculos, bem como a divisão que Diogo Barbosa Machado deu à sua própria coleção no catálogo manuscrito que produziu. Partindo da organização que o abade conferiu aos seus álbuns de gravuras e papéis, é possível perceber

¹⁴³ Esse periódico, presente especificamente nos tomos dedicados às notícias militares, traz descrições de batalhas, ressaltando sempre as vitórias portuguesas, além de outras notícias, como a entrada de navios nos portos portugueses e prognósticos e informações sobre as possessões do reino.

alguns critérios de organização seguidos pelo colecionador, critérios estes importantes para pensar como aquela coleção se constituiu como um arquivo.¹⁴⁴

O primeiro critério de divisão utilizado por Barbosa Machado separava o espaço de atuação de cada personagem. Sua primeira organização é, portanto, social. Nos retratos, por exemplo, as funções são bem repartidas nos seis primeiros volumes da coleção. Os dois primeiros são exclusivamente de reis, rainhas e príncipes, enquanto os demais se dividem entre os vassallos, respeitando também os seus papéis naquela sociedade: um volume dedicado aos santos e religiosos portugueses, outro aos letrados, e os dois seguintes aos homens ligados à guerra e à administração.¹⁴⁵ Nos folhetos, por sua vez, uma divisão social semelhante se mantém, havendo uma separação entre monarcas, nobres (fidalgos, duques, marqueses e condes) e eclesiásticos (cardeais, bispos e arcebispos), ordem repetida também na arrumação dos sermões.¹⁴⁶ Se folhetos e retratos diferenciavam reis de seus súditos, parece que nas imagens, o lugar de atuação dos vassallos – letras, guerra e governo – é mais bem definido em um primeiro momento. No caso dos folhetos, essa divisão se estrutura ao longo da narrativa. Na leitura do opúsculo, o leitor vai descobrindo quem é que está sendo lembrado no texto e qual seu lugar de atuação. No entanto, é possível perceber que tanto nas imagens quanto nos

¹⁴⁴ Ampliamos aqui algumas reflexões que desenvolvi, em parceria com Rodrigo Bentes Monteiro, no artigo *A Ordem de um Tempo: Folhetos na Coleção Barbosa Machado*. *Topoi* (Revista do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ), no prelo.

¹⁴⁵ MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Coleção de Retratos Colligidos pelo Abade Diogo Barbosa Machado*. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. 8v.

¹⁴⁶ Os sermões coligidos por Barbosa Machado foram divididos da seguinte maneira, de acordo com uma ordem social que iniciava do monarca, passava pela nobreza e terminava com os representantes da Igreja: Sermões de aclamação Del rey D. João IV – 2 tomos; Sermões do Nascimento de reys, e príncipes de Portugal – 4 tomos; Sermões de desposorios de príncipes de Portugal – 1 tomo; Sermões gratulatros pella vida, e saúde dos reys de Portugal – 5 tomos; Sermões de exéquias dos reys de Portugal – 7 tomos; Sermões de exéquias de raynhas de Portugal – 3 tomos; Sermões de exéquias de príncipes e infantes de Portugal – 3 tomos; Sermões de exéquias de duques de Portugal – 1 tomo; Sermões de exéquias de marqueses e condes de Portugal – 2 tomos; Sermões de exéquias de duquesas, marquesas e condessas de Portugal – 1 tomo; Sermões de exéquias de senhoras de Portugal; Sermões de exéquias de varoeñs portugueses; Sermões de exéquias de cardeais e arcebispos portugueses – 2 tomos; Sermões de exéquias de bispos portugueses – 3 tomos; Sermões de exéquias de eclesiásticos portugueses – 1 tomo; Sermões de exéquias de fidalgos portugueses – 1 tomo; Sermões pregados nos autos de fee celebrados em Lisboa, Coimbra, Évora e Goa – 6 tomos. Somam-se a estes, dois volumes de sermões pronunciados por José Barbosa, irmão de nosso abade. O erudito, como mostramos no capítulo 1, não os relacionou junto aos demais em seu catálogo manuscrito, mas hoje eles são considerados, na seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional, parte da Coleção Diogo Barbosa Machado.

folhetos, há uma separação entre os vassallos que atuaram no campo da fé e os que se destacaram nas letras ou armas.

Na organização de suas gravuras a partir de um critério social, Barbosa Machado conferiu um *rostro* à história portuguesa. Fixou em imagens os homens e mulheres responsáveis, junto com os monarcas, pela grandeza não só do reino, mas do império português. Depois de ter destacado os rostos, o abade, nos opúsculos, contou, de diversas formas, o que cada um deles fez. Em outras palavras, configurou uma *narrativa*,¹⁴⁷ que só poderia começar, é claro, pelo nascimento daqueles que estavam no topo da hierarquia social: os reis e sua família.¹⁴⁸ Aqui entra uma segunda divisão sugerida pela coleção de Barbosa Machado, especialmente para os opúsculos: a separação dos folhetos pelo gênero literário e natureza do evento. Os monarcas nascem, fazem aniversário, visitam cidades, casam-se, adoecem e morrem.¹⁴⁹ Ciclo semelhante se dá entre a nobreza, próximo grupo social que aparece em sua coleção.¹⁵⁰ Cada momento era descrito em textos: genitílicos, aplausos, entradas, epitalâmios, exéquias, entre outros. Embora possuíssem regras próprias, uma valia para todos: elogiar – engrandecer cada uma das etapas pelas quais os homens passavam, mas poucos tinham o privilégio de tê-las imortalizadas pela escrita. Primeiramente, Barbosa Machado separou os personagens pelo grupo ao qual pertencia. A partir desta divisão, iniciou

¹⁴⁷ Em relação à narrativa composta pelo abade e à sua coleção como uma forma de escrita da história, nos deteremos no próximo capítulo.

¹⁴⁸ MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Genethiliacos de Reis, Rainhas e Príncipes de Portugal*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 5v.

¹⁴⁹ MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Aplausos Oratórios e Poéticos no Complemento de Anos dos Sereníssimos Reis, Rainhas e Príncipes de Portugal*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 2v; _____. *Entradas em Lisboa de Reis e Rainhas*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 2v; _____. *Epithalâmios de Reis e Rainhas de Portugal*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 5v; _____. *Aplausos Oratórios e Poéticos pela Restituição da Saúde dos Sereníssimos Reis de Portugal*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1v; _____. *Elogios Fúnebres Oratórios e poéticos dos Sereníssimos Reis, Rainhas e Príncipes de Portugal*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 4v; _____. *Notícias das Últimas Ações e Exéquias dos Sereníssimos Reis, Rainhas e Infantes de Portugal*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 3v.

¹⁵⁰ Os *Aplausos Genethiliacos de Fidalgos Portugueses* abrem os volumes referentes à nobreza na Coleção Barbosa Machado. Os demais são os seguintes: *Epithalâmios de Duques, Marqueses e Condes de Portugal* (2 volumes), *Elogios de Duques, Marqueses de Condes de Portugal* (2 tomos), *Elogios Fúnebres de Duques, Marqueses de Condes de Portugal* (2 tomos), *Elogios Fúnebres de Duquesas e Marquesas de Portugal* (1 tomo).

a organização das unidades textuais em corpos maiores.¹⁵¹ Neste sentido, as duas divisões – social e por gêneros literários – caminhavam juntas na coleção.

Entre os ciclos de vida dos reis e da nobreza, um conjunto de 20 tomos de *Notícias Militares* destacavam os conflitos bélicos em que guerreiros valorosos mostraram sua fidelidade ao rei.¹⁵² Esse gênero intermediava, na compilação de opúsculos do abade, a passagem da realeza para a aristocracia, além de justificar, naquela narrativa, a importância dos nobres varões, cujas vidas seriam contadas nos tomos seguintes.

Após a nobreza, o próximo grupo a ser representado na coleção é o clero. Aqueles homens não nasceram religiosos, mas morreram como tal. Dessa forma, foram justamente em cinco tomos de elogios fúnebres que cardeais, bispos e arcebispos tiveram suas trajetórias contadas.¹⁵³ A morte como momento que clareia e glorifica uma vida dedicada à religião e aos pobres de Cristo. O número de folhetos sobre a vida de clérigos de forma alguma chama atenção pela quantidade. No entanto, a presença religiosa reside em outro conjunto de textos de destaque na coleção: os 46 tomos de sermões. É ali que a voz da autoridade religiosa e a principal função deste grupo na sociedade apareciam. Nos vários discursos proferidos nas aclamações de reis, nos seus nascimentos e casamentos, nas suas mortes, bem como no ciclo de vida da nobreza, lá estavam eles, presentes em corpo e em oratória.¹⁵⁴ Se nos retratos, Barbosa Machado, preferiu representar os santos e mártires, nos folhetos, o clero é representado pela autoridade da sua palavra.

¹⁵¹ KRIEGER, Blandine. *L'Histoire à l'Age Classique. La défaite de l'erudition*. Paris: PUF, 1988, v.2, p.205.

¹⁵² MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias Militares de D. João IV*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 2v; _____. *Notícias Militares de D. Afonso VI*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 3v; _____. *Notícias Militares de D. Pedro II*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 2v; _____. *Notícias Militares de D. João V*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 2v; _____. *Notícias Militares de D. José I*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1v; _____. *Notícias das Proezas Militares Obradas pelos Portugueses em a Índia Oriental*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 3v; _____. *Notícias Históricas e Militares da América*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1v; _____. *Notícias Históricas e Militares da África*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1v.

¹⁵³ MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Elogios Fúnebres de Cardeais e Arcebispos de Portugal*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1v. _____. *Elogios Fúnebres de Eclesiásticos Portugueses*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 4v.

¹⁵⁴ Ver nota 142.

A coleção do abade de Sever é uma compilação sobre a elite portuguesa – secular e eclesiástica – e buscou contemplar as várias dimensões da vida daqueles personagens. Os documentos estavam todos ali, testemunhos da grandeza e da importância de cada grupo social, representados pelos seus mais valorosos homens e mulheres. De acordo com Pomian, as coleções antiquárias tendiam a se preocupar com o evento, aquilo que era raro e único na história. Daí a importância dos retratos e das narrativas sobre grandes varões e seus feitos. Postos em série, os testemunhos permitiam ver não só as cenas do passado diante dos olhos, mas também visualizar aqueles que atuaram nelas.¹⁵⁵

Uma memória dos homens do passado era construída nas imagens e textos escolhidos. Em seu trabalho de lembrança/ esquecimento, Barbosa Machado não só lidava com a hierarquia social, possibilitando ou não que seus membros alcançassem posições, mas, como historiador-antiquário, por meio de sua coleção, também conferia à história de Portugal um *cânone de personagens*, em que uns se destacavam em relação a outros.

Tomemos o exemplo somente da coleção de retratos do abade. Em um levantamento feito, percebemos que os reis que mais aparecem ali são D. Afonso Henriques (26 imagens), D. Sebastião (22), D. João IV (31) e D. João V (37).¹⁵⁶ Três reis marcantes no relacionamento entre Portugal e Castela e um monarca, o *Fidelíssimo*, patrocinador da Real Academia. Em relação aos varões insígnies em artes, letras e ciências, alguns dos personagens que mais se destacam numericamente neste volume foram Manuel de Faria e Souza, Padre António Vieira, Padre Bartolomeu de Quental e o médico João Curvo Semmedo.¹⁵⁷ No entanto, a figura de maior destaque é Luiz de Camões. Presente em 11 imagens, ele é o grande referencial da grandeza literária de Portugal. Barbosa Machado ainda inseriu alguns de seus

¹⁵⁵ POMIAN, Krzysztof. *Collectionneurs, Amateurs et Curieux. Paris, Venice: XVIe-XVIIIe siècle*. Paris: Gallimard, 1987. p.64.

¹⁵⁶ MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Retratos de Reis, Rainhas e Príncipes de Portugal*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 2v.

¹⁵⁷ MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Retratos de Varões Portugueses Insígnies em Artes e Ciências*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.

pares na Academia Real da História, como Manuel Telles da Silva. Mas, ao contrário do que poderíamos esperar, poucos deles são contemplados.¹⁵⁸ O primeiro tomo de retratos dos varões insignes em Campanha e Gabinete traz os duques de Bragança, alguns mestres da Ordem de São João de Jerusalém, navegadores e embaixadores. No entanto, o destaque está na família Sousa, representada por 31 de seus membros.¹⁵⁹ O livro seguinte, também referente aos homens de campanha e gabinete, é exclusivamente dedicado a governadores e vice-reis da Índia. É possível, no entanto, perceber a ausência de alguns governantes das possessões portuguesas naquela região. É interessante observar estas ausências ou esquecimentos, bem como a importância conferida, no século XVIII, por Barbosa Machado à Índia, momento em que o Brasil já tinha reconhecida importância econômica no império português.¹⁶⁰

Não foi apenas um cânone de personagens – de *rostos* – que Barbosa Machado confirmou com seu trabalho de memória. Ele ainda estabeleceu para história portuguesa uma cronologia, pois o critério temporal também foi utilizado pelo abade para organizar seus materiais. A cronologia muitas vezes é tida como algo natural e é pouco problematizada como objeto de disputa e construção. Anos, séculos e reinados se sucedem, constituindo-se como a matéria-prima do historiador. No entanto, o estabelecimento da história cronológica de Portugal ocupou parte do tempo de alguns acadêmicos reais, que se dedicaram a fazer uma tábua cronológica que *todos* deveriam seguir.¹⁶¹ Nesta elaboração, surgiam dúvidas. O Padre Manoel do Tojal da Silva, por exemplo, ao elaborar uma cronologia dos reis de Portugal, sentiu a necessidade de perguntar aos censores da academia se os três reis de Castela que

¹⁵⁸ Ibid.

¹⁵⁹ MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Retratos de Varões Portugueses Insignes na Campanha e Gabinete*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional. v.1.

¹⁶⁰ MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Retratos Colligidos de Varões Portugueses Insignes em Campanha e Gabinete*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional. v. 2.

¹⁶¹ Sistema da historia ecclesiástica e secular de Portugal, que há de escrever a Academia Real da Historia Portugueza. In: *Colleccam dos Documentos, estatutos, e memórias da Academia Real da Historia Portugueza que neste ano de 1721 a compuzerão, e se imprimirão por ordem dos seus censores. Dedicada a ElRey nosso senhor, seu augustissimo protector e ordenada pelo conde de Villarmayor secretario da mesma academia*. Lisboa Occidental: Officina de Pascoal da Sylva, 1721.

governaram o reino durante a união das coroas, deveriam ou não figurar nela.¹⁶² Além de um problema de lembrança e esquecimento – a lembrança de que outrora Portugal foi governado por reis “estrangeiros” –, a dúvida do acadêmico nos leva a problematizar a própria cronologia, percebendo, em primeiro lugar, que ainda no século XVIII ela não era bem definida, tampouco naturalizada, e, em segundo lugar, que havia um interesse, dentro da Academia, em uniformizar um método e um tempo para a história portuguesa.

Barbosa Machado estabeleceu uma ordem cronológica para a história lusitana com a sua coleção. Seus volumes foram divididos por grupos sociais, mas os documentos estão dispostos na ordem temporal de cada reinado. Nos retratos, o marco inicial foi o rei visigodo Wamba, primeiro rei ungido.¹⁶³ Em seguida, cada rei abre uma série de imagens em que é representado sozinho e também junto com suas mulheres e filhos, com exceção do primogênito, que, como herdeiro da coroa, abre uma nova série de imagens. Independente da resolução tomada pela Academia Real, os reis castelhanos também foram contemplados dentro desta lógica.¹⁶⁴ Como parte o passado luso, eles também deveriam ser lembrados e figurar entre os monarcas lusitanos.

Já nos folhetos, Barbosa Machado dispôs os documentos obedecendo o ano em que aconteceu um dado evento. Os *Elogios Fúnebres de Varões Insignes em Letras e Armas*, por exemplo, traz dois tomos. O primeiro, sobre personagens que morreram entre 1579 e 1738. Inicia com Camões e, em seguida, trata de outras figuras, como Manoel de Faria e Souza, o acadêmico José do Couto Pestana ou ainda Diogo de Mendonça Corte-Real, procurando

¹⁶² Notícias da conferência que a Academia Real da Historia Portugueza fez em 19 de janeiro de 1721. In: *Colleccam dos Documentos, estatutos, e memórias da Academia Real da Historia Portugueza que neste ano de 1721 a compuzerão, e se imprimirão por ordem dos seus censores. Dedicada a ElRey nosso senhor, seu augustissimo protector e ordenada pelo conde de Villarmayor secretario da mesma academia*. Lisboa Occidental: Officina de Pascoal da Sylva, 1721. Este mesmo documento afirma que os acadêmicos acabaram não tomando nenhuma decisão a respeito daquela matéria no encontro.

¹⁶³ MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Retratos de Reis, Rainhas e Príncipes de Portugal*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v.1.

¹⁶⁴ Os reis Habsburgo abrem o segundo volume dos *Retratos Colligidos de Reis, Rainhas e Príncipes de Portugal*. Felipe I de Portugal é representado em 23 imagens, Felipe II em 18 e Felipe III em 30 gravuras. (MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Retratos de Reis, Rainhas e Príncipes de Portugal*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v. 2)

seguir sempre uma cronologia. O volume seguinte, aborda o período compreendido ente 1739 e 1757, em que morreram homens como Francisco Xavier Leitão e Alexandre de Gusmão.¹⁶⁵

Nos opúsculos, a história portuguesa era ordenada não apenas no sentido de localizar no tempo os nascimentos, casamentos e mortes, mas de estabelecer também os marcos e os principais eventos e personagens sob cada um dos governos. Um exemplo são as notícias militares, divididas pela cronologia dos reinados: Notícias Militares de D. João IV, D. Afonso VI, D. Pedro II etc. O rei servia como definidor do tempo e, sob cada um deles, batalhas, eventos, homens e mulheres eram localizados temporalmente.

Se a cronologia era um dos olhos da história, o outro era a geografia. Tempo e espaço eram as duas coordenadas fundamentais para a narrativa do passado.¹⁶⁶ Também o local foi um critério de ordenação dos documentos coletados por Barbosa Machado. Além do reino português – certamente o espaço privilegiado pela coleção –, há volumes inteiramente dedicados à Índia, América, África e ainda três tomos relativos aos *cercos que se sustentaram os portugueses nas quatro partes do mundo*.¹⁶⁷ São notícias de batalhas em que os valorosos guerreiros lusos, sempre inferiores em número, conseguem combater os infiéis e expandir a fé cristã.¹⁶⁸ Mas não só as guerras constituem o assunto desses opúsculos. Eles também trazem relações, geralmente escritas por missionários, daquelas terras exóticas, distantes e invisíveis, bem como dos hábitos e costumes de seus nativos. O volume referente às terras africanas é um dos mais interessantes em termos visuais, trazendo imagens sobre a natureza e a população local.¹⁶⁹ A história de Portugal e de seu império deveria ser escrita levando em

¹⁶⁵ MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Elogios Fúnebres de Varões Insignes em Letras e Armas*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 2v.

¹⁶⁶ CUNHA, Norberto da. *Op. Cit.* p. 41.

¹⁶⁷ MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias das Proezas Militares Obradas pelos Portugueses e a Índia Oriental*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 3v; _____. *Notícias Históricas Militares da América*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1v; _____. *Notícias Históricas Militares da África*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1v; _____. *História dos Cercos que Sustentaram os Portugueses nas Quatro Partes do Mundo*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 5v.

¹⁶⁸ Falaremos de maneira mais específica desses folhetos no capítulo 3.

¹⁶⁹ MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias Históricas Militares da África*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1v.

consideração não só o tempo, mas também um *solo* – terras, natureza e habitantes conhecidos por meio de textos e imagens formadores de uma memória daquelas regiões do território imperial.

As divisões utilizadas por Barbosa Machado acabaram construindo, por meio dos documentos selecionados, um cânone de fatos e personagens que deveriam figurar na história de Portugal em um momento em que, como destaca Blandine Kriegel, as distinções cronológicas entre as épocas não eram tão claras, os arquivos tão estáveis e as bibliotecas ainda não tinham sido organizadas e as fontes repertoriadas.¹⁷⁰ Tratava-se, no caso da compilação de Barbosa Machado, de um arquivo ordenado, cujos documentos são separado pela função social, tipos de textos, datas e espaços. Para Pomian, a história das coleções na Europa é também uma história das relações dos europeus com o passado (invisível), cada vez mais preso a uma reconstrução por intermédio dos vestígios deixados.¹⁷¹ Se durante alguns séculos a referência eram os *auctores* antigos, o trabalho dos antiquários dos séculos XVII e XVIII de coletar e reunir textos históricos e jurídicos em grandes fólios, teria ajudado a fixar a autoridade no testemunho, já constituído como um arquivo. De acordo com Anthony Grafton, a difusão das notas de rodapé no século XVIII evidencia uma demanda sobre o historiador. A ele não cabia apenas contar histórias, mas também citar suas provas. O documento ganhava o direito de falar sobre o passado. Recebia, aos poucos, o estatuto de autor da história.¹⁷²

Os testemunhos são peças fundamentais para Barbosa Machado. Referimo-nos não apenas a sua coleção, composta propriamente por eles, mas às suas obras como um todo. Nas *Memórias para a História DelRey D. Sebastião*, por exemplo, a escrita do abade de Sever, bem como a divisão de seus capítulos, podiam, num primeiro olhar, não se diferenciar muito da narrativa de cronistas anteriores a ele, como Diogo do Couto. Deste autor, tomemos como

¹⁷⁰ KRIEGEL, Blandine. *Jean Mabillon*. Paris: PUF, 1988, v.1.

¹⁷¹ POMIAN, Krzysztof. *Des Saintes Reliques à l'art Moderne. Venise-Chicago XIIIe-XXe siècle*. Paris: Gallimard, 2003. p.353.

¹⁷² GRAFTON, Anthony. *As Origens Trágicas da Erudição. Pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Campinas, Papirus, 1998.

exemplo a *Crônica dos feitos de Vasco da Gama*, terminada em 1599. Assim como Barbosa Machado fez com D. Sebastião, Diogo do Couto narrou os feitos de Vasco da Gama e seus filhos de maneira a exaltar a gloriosa ação dos portugueses no Oriente.¹⁷³ A estrutura narrativa e a disposição das matérias nos capítulos também são pontos em comum entre o cronista e o acadêmico real. No entanto, apesar da semelhança, há distinções no que se refere à técnica historiográfica, mais precisamente ao uso dos testemunhos. Diogo do Couto, como outros cronistas, se amparava em documentos escritos, mas não com o valor que será conferido a eles posteriormente, sobretudo com a Academia Real. A cada capítulo, Barbosa Machado não só citava uma pilha de documentos, como também o reproduzia.¹⁷⁴ Diogo do Couto não fazia o mesmo (embora consultasse textos e os citasse entremeados a sua narrativa), pois aquela não era uma demanda de seu tempo. Barbosa Machado, como antiquário, os destacava, conferindo a eles o estatuto de prova que legitimava a narrativa sobre D. Sebastião. Em sua coleção particular, o erudito recolhera outras provas que possibilitavam novas narrativas. Os testemunhos escolhidos, passavam a constituir uma autoridade.¹⁷⁵

Por outro lado, para Barbosa Machado, a autoridade do testemunho ligava-se também àquele que o escrevia: a autoridade do missionário que descreve uma região distante, dos clérigos em seus sermões, dos acadêmicos em seus panegíricos. Textos confiáveis, porque escritos por pessoas confiáveis e jamais contrárias a fé cristã. Essa autoridade do nome

¹⁷³ COUTO, Diogo do. *Tratado dos Feitos de Vasco da Gama e seus filhos na Índia*. Lisboa: Cosmos, 1998.

¹⁷⁴ Barbosa Machado citou vários tipos de documentos ao longo da sua narrativa, como cartas, elogios, cópias de bulas papais, alvarás etc. No capítulo 3, por exemplo, onde trata da morte de D. João III, nosso abade informa que, por conta da morte do monarca, a administração do reino ficou nas mãos de D. Catarina. Logo em seguida, ele citou o “instrumento da tutela, e regência da rainha D. Catarina” e ainda indicou que tal documento poderia ser encontrado na “Torre do Tombo, na gaveta 13, massa 9”. É interessante observar que o erudito, para escrever esta obra, parece ter utilizado alguns documentos que juntou em sua coleção. Nela, existem papéis, por exemplo, sobre a morte de missionários no Japão à época do reinado de D. Sebastião, assunto ao qual ele se referiu nas *Memórias*.

¹⁷⁵ Um cronista que recebeu a estima dos acadêmicos reais foi Duarte Nunes Leão. Nas *Crônicas dos Reis de Portugal*, este autor reformulou crônicas antigas, corrigindo seus erros e procurando, por meio de documentos, demonstrar a verdade, nem que para isso tivesse de contestar tradições invioláveis. Ele discutiu, por exemplo, quem foi o pai de D. Henrique, discordando de uma versão que dizia ser ele filho de um rei da Hungria e outras que afirmavam ser ele grego ou alemão. Por fim, contestou Damião de Góes, que teria afirmado que o conde D. Henrique era da casa de Lorreine. Para refutar as autoridades, Nunes Leão citou documentos, tais como escrituras e testamentos, pois só o testemunho poderia desmentir as fábulas em torno daquele monarca. (LEÃO, Duarte Nunes. *Crônicas dos Reis de Portugal*. Porto: Lello-Irmãos Editores, 1975).

recebeu destaque, sobretudo, em outra obra de Barbosa Machado, a *Bibliotheca Lusitana*, preocupada em organizar e novamente trazer à lembrança os escritores portugueses.

Organização e memória parecem perpassar todos os trabalhos do erudito Diogo Barbosa Machado. Memória do rei Desejado, memória dos autores portugueses e organização de sua produção e, por fim, memória dos fatos e dos personagens da história portuguesa acompanhada da seleção e ordenação dos vestígios do passado, principalmente escritos.

Ao nos depararmos hoje com os materiais de Diogo Barbosa, divididos nas seções da Biblioteca Nacional, nem sempre nos damos conta de que eles constituem uma coleção ordenada e selecionada pelo seu compilador. O que sobreviveu foi aquilo que ele escolheu para vencer a finitude. Como lembra Bouza Álvarez na epígrafe deste capítulo, arquivos “são depósitos que forjam uma memória e, ao mesmo tempo, apagam outra. (...) No fundo, encontramos apenas no arquivo o que está nos esperando, o que há séculos está disposto com todo o cuidado para que encontremos”. O que nos espera é uma seleção de personagens ilustres e eventos tidos por um antiquário como memoráveis, dispostos não só no tempo e espaço, mas também pela atuação de seus personagens, representada nos retratos e narrada por textos confiáveis. Se hoje a coleção de nosso abade é consultada como um arquivo para a pesquisa, ela, na verdade, foi concebida como um arquivo de memória de eventos e personagens – da memória das elites portuguesas. Aqueles documentos serviriam para escrever uma história de Portugal, mas trata-se de uma escrita que não dissociava memória e história.

CAPÍTULO 3:

A COLEÇÃO COMO ESCRITA DA HISTÓRIA

De fato, a escrita histórica – ou historiadora – permanece controlada pelas práticas das quais resulta; bem mais do que isto, ela própria é uma prática social que confere ao seu leitor um lugar bem determinado, redistribuindo os espaços das referências simbólicas e impondo, assim, uma “lição”; ela é didática e magisterial. Mas ao mesmo tempo funciona como imagem invertida; dá lugar à falta e a esconde; cria esses relatos do passado que são o equivalente dos cemitérios nas cidades; exorciza e reconhece uma presença da morte no meio dos vivos. (...) ela tem o estatuto ambivalente de “fazer a história” (...) e, não obstante, de “contar histórias”. (CERTEAU, Michel de. *A Operação historiográfica*. In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 95).

(...) percebe-se pela maneira como Raimundo Silva está a sorrir neste momento, com uma expressão que não esperaríamos dele, de pura malignidade, desapareceram-lhe do rosto todos os traços de Dr. Jekyll, é evidente que acabou de tomar uma decisão, e que má ela foi, com a mão firme segura a esferográfica e acrescenta uma palavra à página, uma palavra que o historiador não escreveu, que em nome da verdade histórica não poderia ter escrito nunca, a palavra Não, agora o que o livro passou a dizer é que os cruzados Não auxiliaram os portugueses a conquistar Lisboa, assim está escrito e portanto passou a ser verdade sobre o que chamamos verdadeiro, tomou o seu lugar, alguém teria de vir contar a história nova, e como. (SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 49-50).

Nos capítulos anteriores pretendemos, em primeiro lugar, detalhar a coleção Barbosa Machado, descrevendo seus materiais e a maneira como foram dispostos dentro da biblioteca pessoal do abade. Montada em Portugal no século XVIII, a coleção acabou vindo parar no Rio de Janeiro e hoje fornece documentos para as pesquisas de historiadores, que muitas vezes manuseiam seus folhetos e retratos sem se interrogarem como eles foram parar ali. Buscamos, então, mostrar a trajetória desta coleção, da sua montagem, em Lisboa, até a sua constituição como fonte e acervo da Biblioteca Nacional. Em seguida, demos um primeiro sentido àqueles materiais, entendendo-os como um arquivo, que, além de trazer à lembrança alguns eventos e personagens, poderia servir ao propósito de escrever a história de Portugal não mais se pautando na tradição, mas em documentos. Neste capítulo, buscaremos dar uma segunda interpretação à coleção de Barbosa Machado, entendendo-a como uma escrita da história, isto é, uma maneira própria de escrever e dar sentido ao passado português.

O século XIX criou uma certa forma de contar os eventos pretéritos: a história como ciência. Não apenas contá-los, mas narrá-los *verdadeiramente*, por meio de um trabalho pautado em vestígios analisados de forma metódica. Para esta tradição historiográfica, a história era concebida como algo “em si”, uma linha reta onde acontecimentos tinham um encadeamento próprio e independente do trabalho do historiador. A este último, bastava ter um método eficaz não só para desvelar o que os fatos e a realidade queriam dizer por eles mesmos, mas, inclusive, para entender um certo caminhar da história da humanidade.

No entanto, quando pensamos Barbosa Machado como historiador e a sua coleção como uma maneira de dar *sentido* ao passado, estamos lidando com uma concepção de história diferente desta. Procuramos, antes, entender este conceito da maneira sugerida por Michel de Certeau, isto é, como uma operação historiográfica que precisa necessariamente de um sujeito para realizá-la: o historiador.¹⁷⁶ É ele que, segundo o filósofo alemão Friedrich Nietzsche, “a partir da suprema força do presente, [tem] o direito de interpretar o passado”, doando-lhe sentido.¹⁷⁷ Temos, portanto, como pressuposto do nosso trabalho que uma suposta realidade histórica não existe em estado bruto, esperando ser desvelada. Dessa forma, se o passado não é algo dado a priori, antes, é constituído a partir de um certo esforço do historiador, que se realiza no exercício da escrita, atividade capaz de produzir um significado a uma experiência.¹⁷⁸

A própria noção de escrita que tomamos aqui não se resume a um texto escrito propriamente dito, mas compreende também qualquer maneira de tornar o passado inteligível para o presente, o que pode ser feito por meio de um filme, uma pintura, a organização de um museu ou mesmo uma coleção. Concebidas por sociedades e momentos históricos distintos,

¹⁷⁶ CERTEAU, Michel de. A Operação historiográfica. In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 65-119.

¹⁷⁷ NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda Consideração Intempestiva – Da Utilidade e Desvantagem da História para a Vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. p. 56.

¹⁷⁸ CERTEAU, Michel de. *Op. Cit*; HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre a tarefa do historiador. Rio de Janeiro. *Anima* 1(2):79-89. 2001.

essas formas de escrita não têm o poder de trazer até nós o tempo pretérito tal como ele foi, mas, ao contrário, são capazes de, a partir de seus limites, dar sentido a uma experiência de maneiras diferentes. Não se trata de tentar ultrapassar esses limites, mas de entender que eles são a condição de possibilidade para a reescrita constante do passado.¹⁷⁹

Como vimos anteriormente, o trabalho de Diogo Barbosa Machado foi criterioso na organização dos documentos e dos rostos que mereciam chegar a um futuro para ele desconhecido e invisível. Tempos mais tarde, aqueles testemunhos poderiam servir para construir a história do reino e das possessões portuguesas. No entanto, como coleção, ela, por si mesma, conferia inteligibilidade ao passado. Sendo ou não a intenção de nosso colecionador, até que ponto não poderíamos ler o seu conjunto de materiais como lemos um livro onde o passado é dotado de sentido pelo “sujeito” Barbosa Machado? Até que ponto a seleção, a arrumação e a ordenação dos folhetos, mapas e retratos não nos contam, no seu modo próprio de escrita, uma certa história de Portugal na perspectiva do erudito? O que essa história comporta? Se no capítulo anterior destacamos como Diogo Barbosa Machado organizou sua coleção, cabe agora abrir seus tomos e entendermos as histórias que aquele abade foi capaz de contar.

Temos um objetivo principal neste capítulo: refletir sobre um tipo de escrita peculiar que é a coleção. Para isso, partimos de suas próprias histórias, narradas pelos documentos que Barbosa Machado coletou. Dentre as imagens e os opúsculos compilados, os exemplos e os aspectos ressaltados poderiam ser muitos. Optamos, então, por fazer um recorte, que certamente traz consigo um certo grau de subjetividade, afinal, as narrativas ressaltadas neste capítulo foram aquelas que saltaram aos *nossos* olhos enquanto trabalhávamos com o grande volume de materiais coletados por Barbosa Machado. Antes de considerar esta subjetividade como um limite a ser transposto, entendemos que o contato diário com aqueles documentos

¹⁷⁹ CERTEAU, Michel de. *Op. Cit.*; GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Reinventando a Tradição: sobre antiquariado e escrita da história. *Humanas*, Porto Alegre, v. 23, n. 1/2, p. 111-143, 2000.

tenha nos dado uma certa sensibilidade para interpretar esta coleção e mostrar ao nosso leitor aquilo que, para nós, é mais significativo se quisermos compreendê-la como uma forma de escrita. Sendo assim, escolhemos trabalhar aqui especificamente com os folhetos, onde a narrativa se estabelece de forma mais clara.¹⁸⁰ Dentre eles, privilegiaremos os tomos que tratam da monarquia, das notícias militares e de acontecimentos e descrições de outras regiões do império. Cremos que os livros referentes aos elogios de reis, rainhas e príncipes, bem como as batalhas militares, além de constituírem uma parte significativa da coleção e tratarem do grupo social privilegiado dentro dela, são capazes de nos fazer entender o tipo de história que aqueles materiais pretendem contar. Dessa forma, primeiramente, vamos nos deter na narrativa desses volumes, destacando, a partir do conjunto de opúsculos e da arrumação que o abade deu a eles, que a sua história é feita de muitos elogios, mas também de momentos de tensão e conflito. Esta narrativa ainda será importante para pensarmos as singularidades de um tipo de escrita que é a coleção. Já os volumes referentes a outras regiões do império serão importantes para o segundo item deste capítulo, onde veremos que as histórias de Barbosa Machado não se resumem ao reino português, mas aconteceram em vários lugares, ajudando a constituir, assim, por meio da escrita, uma certa noção de territorialidade da monarquia lusitana.

A escrita de Diogo Barbosa Machado: os elogios

No capítulo anterior, a partir dos critérios utilizados por Diogo Barbosa Machado, caracterizamos a sua coleção como um arquivo que se ligava a uma preocupação da época em escrever a história pautada em vestígios verdadeiros e irrefutáveis. Destacamos alguns critérios utilizados pelo abade de Sever para organizar tanto os opúsculos quanto os retratos que amealhou: a separação social, por gênero literário, cronológica e espacial. Gostaríamos

¹⁸⁰ Baseamo-nos aqui nos resumos dos folhetos feitos por mim e também pelos outros membros da equipe do projeto *Recortes de Memória*: Pedro Fonseca de Araujo, Gustavo Kelly de Almeida, Jerônimo Duque Estrada de Barros, Jorge Miranda Leite e Guido Fabiano Pinheiro Queiróz.

de retomar esta discussão e alguns destes critérios para irmos um pouco mais adiante e pensarmos aquela coleção como uma escrita. Cremos que a lógica de organização dos materiais numa determinada ordem acabava conduzindo o seu leitor a lê-la de certa maneira. Em outras palavras: os dois sentidos que propomos dar à coleção – como arquivo e como escrita – acabam se imbricando quando percebemos que, ao dividir seus materiais, Barbosa Machado, paralelamente, domesticava o passado, atribuía um certo encadeamento e coerência aos eventos pretéritos, e indicava também um percurso a ser seguido pelo seu leitor. A história vai se escrevendo na forma de coleção, na forma daquele arquivo, tal qual um quebra-cabeças: os documentos localizados em tomos diferentes, quando juntos, parecem constituir uma narrativa na qual histórias se cruzam e momentos de suspense, tensão, paz, casamentos e religiosidade se alternam em meio a muitos elogios.

Os elogios constituem o ponto importante da coleção e são eles que abrem a história que Barbosa Machado parece querer contar. Mesmo numericamente, esses livros ocupam uma parte considerável da compilação de opúsculos. Dos 146 volumes que compõem a coleção de folhetos, 25 ganham o título de *Elogios*, o que representaria 18% da coleção.¹⁸¹ Por outro lado, se considerarmos outros volumes, como os *Genetífacos* e os *Aplausos*, que também possuem um viés de exaltação, esse número alcança os 25%.¹⁸² Isso significa que, grosso modo, um quarto da coleção seria dedicado exclusivamente a elogiar e engrandecer os reis e os grandes varões portugueses.

¹⁸¹ Os tomos referentes aos elogios são os seguintes: *Elogios de Reis, Rainhas e Príncipes de Portugal* (4 tomos), *Elogios Fúnebres Oratórios e Poéticos dos Sereníssimos Reis, Rainhas e Príncipes de Portugal* (4 tomos), *Elogios de Duques, Marqueses e Condes de Portugal* (2 tomos), *Elogios Fúnebres de Duques, Marqueses e Condes de Portugal* (4 tomos), *Elogios Fúnebres de Duquesas e Marquesas de Portugal* (1 tomo), *Elogios Oratórios e Poéticos de Cardeais e Bispos* (2 tomos), *Elogios fúnebres de Cardeais e Arcebispos de Portugal* (1 tomo), *Elogios Fúnebres de Eclesiásticos Portugueses* (4 tomos), *Elogios Fúnebres de Diversos Portugueses* (2 tomos), *Elogios Históricos e Poéticos de Diversos Portugueses* (2 tomos), *Elogios Históricos e Poéticos de Eclesiásticos e Seculares* (1 tomo).

¹⁸² Os *Genethliacos de Reis, Rainhas e Príncipes de Portugal* são compostos por 5 tomos. Os *Aplausos Oratórios e Poéticos no Complemento de Anos dos Sereníssimos Reis, Rainhas e Príncipes de Portugal* por 2, os *Aplausos Oratórios e Poéticos pela Restituição da Saúde dos Sereníssimos Reis de Portugal* por 1, e os *Aplausos Genethliacos de Fidalgos Portugueses* também por 1 volume.

Engrandecer, primeiramente os reis, desde o seu nascimento. Barbosa Machado abre a sua coleção com a monarquia e no momento em que ela se assegura: nos nascimentos de seus herdeiros. O primeiro volume desta matéria traz os nascimentos que ocorreram entre 1601 e 1648, isto é dos filhos de Felipe III, Felipe IV e D. João IV. O segundo tomo, que compreende os anos de 1669-1699, refere-se aos filhos de Pedro II.¹⁸³ O terceiro, com folhetos datados de 1711 a 1746, é dedicado à prole de D. João V e também à D. Maria, filha de D. José, portanto neta do *Fidelíssimo*. O quarto, com opúsculos somente do ano de 1761, é inteiramente sobre o nascimento do neto de D. José, herdeiro da coroa. Por fim, o quinto entre 1761 e 1765, mostra o nascimento dos demais infantes filhos de D. Maria.¹⁸⁴

Nos genetilíacos, cada nascimento de um infante português era considerado uma glória para todo o reino. Para aquelas ocasiões, o Paço era ricamente ornado, as ruas enchiam-se de enfeites e luzes, festas aconteciam em vários lugares, pois um pilar da monarquia portuguesa tinha sido erguido no nascimento de mais um príncipe.

O clima de suspense e apreensão que envolvia alguns nascimentos tornava o evento ainda mais aguardado e a história de Barbosa Machado ainda mais interessante. A coleção conta o episódio do nascimento do neto de D. José. Narram os folhetos que, não havendo até então um herdeiro para o trono, Portugal passava por um período de grande apreensão e medo de ver-se cair novamente em mãos alheias. Mas Deus sempre esteve ao lado dos portugueses e não faria falhar a promessa que fez a Afonso Henriques no campo de Ourique: em 1761, nasceu o tão esperado filho de D. Maria e D. Pedro. Um dos opúsculos diz que “nem o ministro Pombal conteve a sua emoção e chorou ao receber as boas novas” do nascimento do

¹⁸³ Lembremos que D. Afonso VI, que governou antes de seu irmão, D. Pedro II, não deixou herdeiro para o trono.

¹⁸⁴ MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Genetilíacos de Reis, Rainhas e Príncipes de Portugal*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 5v.

príncipe-herdeiro.¹⁸⁵ A alegria foi imensa em Portugal e as celebrações proporcionais ao tempo de espera, chegando algumas solenidades a durar por toda semana. Alguns documentos recolhidos por Barbosa Machado comentam de maneira engraçada o acontecido, narrando situações inusitadas que mostram a vontade dos súditos em comemorar o episódio. Um deles, que saiu anônimo, descrevia os festejos que se fizeram em Belém, Portugal, pelo nascimento do primogênito de D. Maria e afirma que as celebrações atraíram toda a plebe: o aprendiz desafiou o mestre, o criado desatinou seu amo, os filhos perturbaram os pais, enfim, todos queriam participar de tal festa, gastando tudo o que possuíam para chegar até o local. Era tanta gente por terra e por mar, afirma o opúsculo, que mais parecia que a corte se mudava. Houve notícias até mesmo de pancadaria, tudo para celebrar o nascimento do tão esperado infante.¹⁸⁶

A cada ano a data do evento inaugural, o nascimento, era comemorada nos aniversários. Naquele momento, os súditos corriam a escrever folhetos exaltando as qualidades dos monarcas, sobretudo de D. João V, rei mais contemplado nesses volumes. Aqui, os textos que Barbosa Machado mais se empenhou em amealhar foram os de seus pares acadêmicos, que, além de exaltarem o monarca, mostravam também os projetos daquela instituição a qual pertenciam. É interessante perceber como a escolha desses folhetos não foi aleatória: o elogio do rei vem daquela que, aos olhos de um erudito como Barbosa Machado, seria a sua obra mais importante, a Real Academia.¹⁸⁷

Em seguida, mais uma etapa da vida real era escrita e narrada nos tomos que tratam dos casamentos dos monarcas portugueses com princesas de toda a Europa. Barbosa

¹⁸⁵ VERISSIMO PORTUGUÊS. Romance Genetífaco no Nascimento do Real Príncipe da Beira. Coimbra: Oficina da Universidade, 1761. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Genethiliacos de Reis, Rainhas e Príncipes de Portugal*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v 5. p. 62-5.

¹⁸⁶ Histórica relação da alegria da Corte, e contentamento do povo, pelas grandiosas, e admiráveis festas de Touro, que em três dias se celebrarão na magnífica Praça de Belém, pelo feliz nascimento do sereníssimo senhor D. Jozé Francisco Xavier de Paula Domingos Antonio Agostinho Anastásio, Príncipe da Beira Nosso Senhor. Lisboa: Oficina de Ignácio Nogueira Xisto, 1761. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Genethiliacos de Reis, Rainhas e Príncipes de Portugal*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v 4. p.119-22.

¹⁸⁷ MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Aplausos dos Annos dos Reis, Rainhas e Príncipes de Portugal*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 2v.

Machado reuniu 113 folhetos sobre este evento, divididos cronologicamente em 5 tomos. O primeiro sobre os matrimônios que se realizaram entre 1537 e 1682, entre eles os desposórios de duas infantas portuguesas. A primeira é D. Catarina, que se casou com Carlos II, de Inglaterra. A segunda, por sua vez, é D. Elisabeth Maria Francisca, em núpcias com Vitor III. Constam ainda alguns folhetos sobre o casamento do rei D. João III com D. Joana. O segundo, referente aos matrimônios de D. Afonso VI e D. Maria Francisca de Sabóia e o de D. Pedro II com D. Maria Sofia. Note-se que aqui nosso abade suprime qualquer notícia sobre o fato de D. Pedro ter desposado a mulher de seu irmão, Afonso VI, que não chegou a consumir seu casamento. O livro seguinte, além de continuar relatando a segunda boda de D. Pedro, prossegue tratando do casamento de D. João V e D. Mariana de Áustria. Em seguida, no próximo livro, nosso abade narra um duplo matrimônio, dos filhos do *Fidelíssimo*, D. José e D. Maria Bárbara, com os filhos do rei espanhol Felipe V, D. Fernando e D. Mariana Victória. Por fim, os últimos desposórios são os de D. Maria, filha de D. José, com D. Pedro, seu tio.

O matrimônio era um evento importante na coleção de nosso abade, pois não só era condição de possibilidade para que a coroa conquistasse herdeiros legítimos, mas também uma maneira de selar alianças e trazer a paz para o reino. Nos epitalâmios, o casamento duplo entre os filhos de João V e Felipe V é emblemático neste sentido, pois tornava-se o símbolo do fim de qualquer ressentimento entre os dois reinos, que vivenciaram, em lados opostos, a Guerra de Sucessão de Espanha, conflito que terá lugar na história de Barbosa Machado e ao qual nos remeteremos mais adiante. Se o evento era importante, lá estava o nosso abade recolhendo textos em que os autores narravam em detalhes a boda, a cerimônia, além de comentarem a negociação, a nomeação dos plenipotenciários, os contratos de casamento e o

encontro emocionado dos dois monarcas nas fronteiras de suas terras para, enfim, trocarem as suas filhas.¹⁸⁸

Este casamento, em especial, se deu por procuração. Mas quando a noiva chegou em Lisboa, logo os consortes corriam para entrarem juntos na cidade. As entradas de D. José com sua esposa, D. Mariana Victória, foram narradas nos tomos das *Notícias Históricas e Poéticas das Entradas de Reis e Rainhas de Portugal em Lisboa*. O futuro monarca, que à época de seu casamento era ainda príncipe da Beira, fez exatamente como seu pai, D. João V: logo que recebeu D. Mariana de Áustria, levou-a para que toda Lisboa pudesse contemplá-la gloriosamente. Mas esses volumes trazem também outras notícias, referentes a entradas de monarcas como D. Sebastião, os Felipes I e II, além de D. João IV em cidades como Évora ou ainda Lisboa.

Nos folhetos sobre a entrada em Portugal feita por Felipe II, os folhetos enfatizam o argumento religioso, segundo o qual o reinado Habsburgo seria fruto da vontade divina, mas destacam também a total independência portuguesa frente ao reino espanhol. Mas quando chegamos aos opúsculos sobre D. João IV, o episódio da Restauração é abertamente tratado, e aquele monarca é tido como o restituidor da liberdade lusitana.¹⁸⁹ É interessante observarmos que, embora Barbosa Machado tenha se silenciado em relação a Felipe IV, não esqueceu de adicionar ali opúsculos tratando das entradas triunfais dos outros dois Habsburgos. Segundo os testemunhos, tanto eles quanto os reis da dinastia de Bragança foram recebidos com muita festa pelos seus súditos, sempre fiéis servidores de seus monarcas.

Mas nem só de festas e alegria era a vida dos reis. Havia também momentos de grande tristeza e apreensão, sobretudo quando envolvia a sua saúde. Essas ocasiões são relatadas nos

¹⁸⁸ MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Epithalâmios de Reis, e Rainhas de Portugal*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 5v.

¹⁸⁹ MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias Históricas e Poéticas das Entradas de Reis e Rainhas de Portugal em Lisboa*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 2v.

tomos que vêm logo em seguida na coleção. O único volume de *Aplausos Oratórios pela Saúde dos Reis*, trata apenas de dois monarcas, cuja fragilidade de suas vidas gerou apreensão em Portugal. Um deles é D. João V, que sofreu uma doença grave durante seis longos anos, o que, segundo os folhetos, foi motivo de extrema comoção por parte de todos os vassalos portugueses, que acompanhavam de maneira apreensiva as variações no estado de saúde do monarca, que ora melhorava, ora recaía. Os folhetos elogiavam o rei pela sua força e salientavam o papel da fé dos súditos.

Quando o rei melhorava, mais eventos eram feitos para comemorar tal acontecimento, e Barbosa Machado os recolhia como testemunho para sua coleção. Um episódio particularmente interessante ressaltado nesse volume foi o certame organizado pelos eruditos da Academia dos Escolhidos por ocasião da melhora do rei. As obras apresentadas naquele concurso literário travavam discussões a respeito da solidariedade do povo perante a moléstia do monarca, a inspiração divina do certame e a dúvida se foi maior o sofrimento de todos perante a doença do rei ou alegria diante da notícia da sua melhora.

Outro evento que ocupou as páginas desse volume foi o atentado contra D. José em 3 de setembro de 1758. Os folhetos evitam comentar os aspectos políticos da tentativa de regicídio, mostrando apenas que o acontecido foi motivo de comoção e prece por parte de todos, assim como uma oportunidade de lembrar que a providência divina sempre esteve a favor dos monarcas lusitanos. A justiça tinha sido feita: os conspiradores foram descobertos e levados à fogueira e o rei continuava governando o seu reino.¹⁹⁰

Por fim, chegava o momento do qual ninguém, nem mesmo o rei, poderia escapar: a morte. Se nos tomos sobre a saúde dos monarcas o sofrimento e a doença acabavam humanizando suas figuras, mostrando que eram capazes de padecer como qualquer outro homem, na morte, eles deviam merecer as glórias que lhes cabiam, com direito a festejos,

¹⁹⁰ MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Aplausos Oratórios e Poéticos pela Restituição da Saúde dos Sereníssimos Reis de Portugal*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1v.

cerimônias de luto, missas, procissões, todas fielmente relatadas pelos opúsculos que Barbosa Machado selecionou. Mesmo os últimos desejos do morto, que costumava fazer boas ações em seu leito de morte (como, por exemplo, dar esmolas), estão explícitos naqueles documentos, mostrando que até o último minuto, foi o monarca liberal para com seus súditos, cumprindo seu pacto com o povo. Mais uma vez, o abade destacou folhetos que falavam das cerimônias mandadas realizar, mausoléus erguidos em sua memória, além de poesias escritas para louvar os reis que se foram. O Convento de Nossa Senhora e Santo Antônio, por exemplo, fundado por Mariana de Áustria, não perdeu a oportunidade de celebrar exéquias em homenagem àquela rainha.

O momento da morte tornava-se fundamental não apenas para preservar, mas formar uma memória do personagem que se foi. Dessa forma, seguem-se às exéquias quatro volumes dos *Elogios Fúnebres dos Reis, Rainhas e Príncipes de Portugal*, que reúnem 161 folhetos divididos em quatro tomos, exaltando as qualidades e virtudes dos monarcas mortos, sempre comparados aos grandes homens da Antiguidade, como Carlos Magno ou um imperador romano. A associação entre memória e escrita torna-se muito clara nos panegíricos e elogios reunidos aqui, que, a todo momento, mostram a preocupação não só em homenagear, mas também imortalizar pelas palavras. Os reis, na coleção de Barbosa Machado, nasciam gloriosos e morriam gloriosos; vinham ao mundo amados e comemorados pelos seus vassalos e padeciam da mesma maneira. Dos genetífacos aos elogios fúnebres, um ciclo de vida se fechava e se iniciava a cada momento naqueles textos.

Já destacamos anteriormente que tanto o projeto da Academia Real da História quanto a própria coleção de Barbosa Machado estavam preocupados com os exemplos e com a necessidade de retirar do esquecimento e trazer à memória aqueles que ajudaram a engrandecer o reino português.¹⁹¹ Numa concepção de história como mestra da vida, os

¹⁹¹ No capítulo 1, trabalhamos como as questões da exemplaridade e da finitude marcavam os interesses de Barbosa Machado e de seus pares acadêmicos pelo passado.

grandes atos do passado, seja dos reis, dos nobres ou dos clérigos, poderiam inspirar e ensinar os súditos do presente. Sendo assim, à história cabia aconselhar, acusar, defender, elogiar, censurar, ensinar o que era virtuoso e propagar determinados valores. Esse papel pedagógico da história, perdido diante da sua cientifização no Oitocentos e com a ruptura entre passado e presente, era perfeitamente comum e aceitável. De acordo com Luiz Cristiano Oliveira de Andrade, os gêneros históricos fortaleciam a ligação entre o exercício político e a moral católica. Neste sentido, os procedimentos retóricos daqueles textos, ao mesmo tempo que deleitavam os seus ouvintes leitores, narrando-lhes a vida e as ações de uma dada pessoa, ensinavam-lhes as virtudes de um bom rei e de um fiel súdito católico.¹⁹²

Os atos dos grandes varões insignes e reis de outrora inspiravam a fidelidade dos portugueses do século XVIII para com o seu reino e sua monarquia. Esta concepção de história amarrava presente, passado e futuro. Era preciso tirar os homens valorosos do esquecimento, primeiramente porque eles mereciam ser eternos e vencer a finitude e, posteriormente, porque as ações do passado serviam como espelho e estímulo para os homens coevos e das futuras gerações.

Por outro lado, em se tratando de uma sociedade de corte, ser lembrado ou esquecido em uma coleção como a de Barbosa Machado tinha um importante significado não apenas no que se refere ao exemplo para a posteridade. Certamente ter o seu nome ou a história de um antepassado contada em algum dos folhetos, conferia um certo prestígio, ao mesmo tempo que configurava um ideal de virtude e uma imagem dos reis frente aos seus súditos. Mas, devemos destacar que algumas pessoas, grupos e lugares eram lembrados ali de maneira mais indireta, isto é, pela composição de uma descrição, de uma poesia ou ainda pela celebração de uma exéquias ou festa que mandaram fazer em memória de um rei ou nobre. A lembrança não era uma questão apenas de conquistar imortalidade, mas, sobretudo, de ser reconhecido e

¹⁹² ANDRADE, Luiz Cristiano Oliveira de. *A Narrativa da Vontade de Deus: A História do Brasil de frei Vicente do Salvador (c. 1630)*. (Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em História Social). Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2004). p. 44.

existir socialmente. Mais ainda: significava a possibilidade de participar da lógica de uma economia política de privilégios, sobretudo em uma sociedade em que o indivíduo era relacionado diretamente à casa em que nasceu.¹⁹³ D. João V e D. José, monarcas liberais como seus antepassados, saberiam reconhecer, premiando com mercês, o esforço de seus varões em prol do império, seja por meio das letras, das armas ou da fé. Rei e súditos partilhavam de um ideal de virtude, de saber dar e receber, e do desejo de, assim como os antepassados, terem também seu lugar no edifício da memória.

Barbosa Machado, ao montar a sua coleção, não estava alheio a esta lógica. Cabe aqui lembrar a própria trajetória social do nosso abade. Ele não vinha de família nobre ou importante do reino. Mas tanto ele quanto seus irmãos – José e Inácio – ascenderam socialmente por meio de sua erudição. Barbosa Machado, como historiador-antiquário, conseguiu visibilidade junto ao rei a ponto de, após o terremoto de 1755, o monarca se interessar em adquirir seus materiais. O erudito conseguiu não só uma boa pensão, mas também prestígio. Nosso abade teve seu trabalho reconhecido e sua trajetória como erudito coroada: a coleção que montou passou a fazer parte da Biblioteca Real. Nela estava seu retrato, justamente entre os varões insígnies em artes e ciências. Estavam também folhetos seus, afinal, ninguém tinha dúvidas de que ele era um homem das letras. Por meio delas tornou famosas as glórias da monarquia, ganhou distinção e foi reconhecido. Em sua própria coleção, ele fora imortalizado como os personagens que ele trouxe à lembrança.¹⁹⁴ Dessa forma, convém perceber que a preocupação com o passado, a coleta de documentos e a constituição de uma história elogiosa e exultante não estavam dissociadas da cultura política do Antigo Regime. Tratava-se de uma preocupação presente tanto na Academia Real da História quanto na coleção montada pelo abade de Sever.

¹⁹³ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O Crepúsculo dos Grandes. A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

¹⁹⁴ MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Reis, príncipes e varões insígnies na coleção Barbosa Machado, in *Anais de História de Além-Mar*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2005, v. VI, p. 215-51.

A dimensão do conflito: combates nos campos de batalha e embates de testemunhos

Considerar apenas os elogios pode nos deixar a falsa impressão de que os folhetos aos quais Barbosa Machado deu voz nos contam uma história puramente exultante e sem momentos de conflito. De acordo com Kantor, as genealogias, exéquias e panegíricos – textos largamente presentes nesta primeira parte da coleção de nosso erudito – compunham um gênero mais epidítico, ligado à chamada arte da memória.¹⁹⁵ Seguindo-se aos elogios, havia naquela coleção outros relatos, como os de batalhas, que não só informavam, mas comprovavam os serviços prestados pelos vassallos portugueses nos momentos de tensão pelos quais a monarquia passou. Dessa forma, o abade, além de elogiar, mostrava também, a partir de seus textos, os conflitos que constituíram a história de Portugal. Vinte dos volumes existentes na coleção de folhetos de Barbosa Machado são dedicados à guerra, isto é, às notícias militares e aos cercos que os portugueses sustentaram na Europa, África, América e Ásia.¹⁹⁶ Nestes volumes, vários textos descrevem e narram batalhas nas quais os portugueses lutaram valorosamente. Em meio a estas narrativas, poderíamos ressaltar alguns conflitos que ocupam um lugar importante na história contada pelo erudito. Um deles foi a separação entre Portugal e Espanha em 1640 e as lutas que se seguiram pela Restauração portuguesa.

Este tema aparece tanto nas notícias militares referentes aos reinados de D. João IV e D. Afonso VI, mas também em alguns genitílicos, que comemoravam o nascimento do primogênito do duque de Bragança, o que garantia um sucessor para a coroa portuguesa, livrando-a, portanto, da sujeição e do jugo castelhano.¹⁹⁷ Mas é nas descrições de batalhas

¹⁹⁵ KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos. Historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hicitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/ UFBA, 2004, p. 244.

¹⁹⁶ Os tomos dedicados aos conflitos bélicos são os seguintes: *Notícias Militares de D. João IV* (2 tomos), *Notícias Militares de D. Afonso VI* (3 tomos), *Notícias Militares de D. Pedro II* (2 tomos), *Notícias Militares de D. João V* (2 tomos), *Notícias Militares de D. José I* (1 tomo), *Notícias das Proezas Militares obradas pelos Portugueses em a Índia Oriental* (3 tomos), *Notícias Históricas e Militares da América* (1 tomo), *Notícias Históricas e Militares da África* (1 tomo) e *História dos Cercos que Sustentaram os Portugueses nas Quatro Partes do Mundo* (5 tomos).

¹⁹⁷ MACEDO, João Campello de. Disposição e ordem pela qual se mostra como se celebrou o baptismo do senhor infante Dõ Afonso, filho Del Rey D. João o IV nosso senhor, na sua Capella Real de Lisboa. De mando

que a guerra se mostra propriamente. Os 55 folhetos presentes no primeiro tomo das *Notícias Militares de D. João IV* exaltam os combates nas regiões fronteiriças e as vitórias portuguesas sobre os castelhanos, apesar da grande desvantagem numérica dos primeiros. Num dos folhetos relatando a batalha na cidade de Elvas, o autor enfatiza a desigualdade entre os exércitos castelhano e português, destacando que, enquanto este tinha apenas oitenta homens, aquele chegava a quatrocentos.¹⁹⁸ Outro opúsculo chega a falar de “sinquo mil homes de infantaria, e outocentos cavallos” na frente espanhola.¹⁹⁹

A voz dominante nos folhetos que Barbosa Machado juntou sobre o conflito da Restauração é, sem dúvida, portuguesa. No entanto, é curioso perceber que, no volume um das *Notícias Militares de D. Afonso VI*, logo entre os primeiros folhetos, temos um manifesto, escrito em língua portuguesa, no qual Felipe IV, rei de Espanha, conclamava seus vassallos à obediência em meio à guerra que se desenrolava:

Por quanto (como he notório) o Reyno de Portugal faltou à obediencia, que me devia, no anno de mil e seiscentos e quarenta, por haverlo tumultuado alguns sediciosos (...) em companhia de Dom Ioão Duque de Bragança, vassallo que por sua casa, e por sua pessoa, a mi, e a meus gloriosos progenitores se recõhecia pussuidor de mayores benefìcios, que outro algum de aquella coroa.²⁰⁰

Nesta versão de Felipe IV sobre o conflito, o monarca destacou que nem todos do reino concordavam com a separação das coroas. Na verdade, os sediciosos publicavam “diferentes manifestos para persuadir o mundo”, no entanto, segundo o *Rei Católico*, não faltavam vassallos afeitos a sua obediência, “pois muytos intentarão libertar sua pátria

do illustrissimo, e reverendissimo senhor Dom Manoel da Cunha, Bispo capelão mor de sua magestade, ordinário da capella, Casa Real e toda a corte. Lisboa: Officina de Pedro Craesbeck, 1644. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Genethiácos de Reis, Rainhas e Príncipes de Portugal*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v.1. p. 210.

¹⁹⁸ Relaçam do felice successo e milagrosa vitória que ouve o capitão Luis Mendes de Vasconcellos, contra o inimigo castellano, no termo da cidade de Elvas em 30 de julho de 1641. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias Militares de D. João IV*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v. 1. p. 13.

¹⁹⁹ Relaçam verdadeira da milagrosa Victoria que alcançarão os portugueses que assistem na Fronteira de Olivença a 17 de setembro de 1641. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Op. Cit.* p. 58.

²⁰⁰ FELIPE IV. (Sem título). In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias Militares de D. Afonso VI*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v. 1. p. 30v.

daquella tirania, e outros com louvável exemplo a deixarão, com sumo risco de suas pessoas, passando-se à minha obediência, por não consentir naquella traição”.²⁰¹

O manifesto de Felipe IV que Barbosa Machado escolheu salvar, acentua ainda a cordialidade e a clemência do rei, disposto a perdoar os portugueses pelos “tantos e tão graves delitos”, afinal, prossegue o rei Habsburgo, todos aqueles vassallos (que amou como filhos) não podiam pagar pela “culpa de tão poucos”. O monarca enfatizou a pouca inclinação ao conflito por parte da Espanha, destacando, inclusive, que chegou a suspender as suas armas, mas o exército português, passando por cima da clemência do rei, entrou em Castela e se atreveu a sitiá Badajoz, praça de armas de Estremadura.²⁰²

Os folhetos que se seguem ao manifesto, por sua vez, parecem colocar em xeque alguns dos elementos que Felipe IV evidenciou em seu escrito. Um fator acentuado não é exatamente a cordialidade ou a clemência do monarca castelhano, mas, pelo contrário, a fúria e o barbarismo de seus soldados. De acordo com um dos folhetos, o exército inimigo:

Trazia este poder e gente muito preparada, e em boa ordem, com a qual vindo marchando entrou pella Arraya em Portugal, e com seu exercito chegou à vista dos muros da villa, deixando abrazados três lugares nossos, que distava meia legoa della o mais chegado, e os outros dous fiquavão também perto, aonde excitarão crueldades tão horrendas, q excedem a todas as que se uzarão entre gentios, e mouros, e parecem [ilegível], porquem não bastanto o desapiadado incêndio, co que entregarão ao fogo, e chamas, o que naquellas piquenas aldeãs havia, à vista dos próprios naturaes, e não perdoando ao sagrado e Igrejas, nem aos santos e imagens, a que algumas vezes os mouros guardarão mais respeito, matavão co desusadas cruezas os mininos e molheres, que acharão não lhe valendo a aquelles a tenra idade, e simplez innocencia, nem a estas a qualidade de algumas, nem o estarem prenes deixando algumas nuas e despidas vergonhosamente, e escalandoas. Aos homens, que por feridos, e já cansados não podere usar de seu valor natural; se rendião, e entregavão aos ímpios soldados castellanos entre vários gêneros de mortes, q lhes davão, estudou o ódio endurecido, e pertinaz alentado da malicia cruel hum tão exquesito, que até o presente não temos nas vitórias, q os bárbaros mais deshumanos alcançarão, qual era encheremlhe por força as bocas de pólvora, e dandolhe fogo rebentavão aquellas animadas minas saltandolhe os olhos, e miolos fora. A outros

²⁰¹ Ibid. p.30.

²⁰² Ibid.

cortavão as partes vergonhosas, e lhas metião por bocas, cõ torpe crueldade.²⁰³

A passagem, embora extensa, mostra uma outra atitude do exército de Felipe IV muito menos amistosa do que aquela que o monarca espanhol parecia ressaltar. As barbaridades castelhanas, na narrativa dos portugueses, são sem precedentes: nem pagãos, tampouco os mouros, foram capazes de ir tão longe, incendiando igrejas, saqueando lugares sagrados e desrespeitando mulheres e crianças. Além disso, nas narrativas selecionadas, a sublevação não parece ter sido restrita a poucos, como dizia Felipe IV, mas, pelo contrário, ganhou um extremo apoio popular. Homens e mulheres comuns apoiavam a causa da Restauração e chegavam a pegar em armas para lutar:

Para notar foi neste primeiro rebate, primeira mostra dos ânimos dos vassallos, q se acharão nelle todos sem exceção de pessoa, velhos e moços, e ecclesiasticos e alguas molheres, co tal esforço q dizião as puzessem no maior perigo huas com fouces, outras com paos, significavão q na alma trazião desejo de morrer na defensão de V. Magestade.²⁰⁴

Barbosa Machado, embora tenha ressaltado as vitórias portuguesas e o apoio popular ao exército lusitano em meio à temática das guerras de Restauração, não deixou de compilar também um folheto que seria a voz do inimigo. Um olhar mais generalista, preocupado apenas com as disposições dos materiais da coleção acabaria não percebendo *quais* testemunhos o erudito colecionou. Não se trata de pensar qual a versão correta – se a

²⁰³ Relaçãm de hua carta do Doutor Ignasio Ferreira, do Dezembargo Del rey Nosso Senhor e outra de hum religioso do Mosteiro de Bouro, em q se referem alguas entradas, q se fizerão no Reyno de Galiza. Lisboa: Officina de Jorge Rodrigues, 1641. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias Militares de D. João IV*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v. 1. p. 86-87.

²⁰⁴ SOUSA, Pedro Vas Cirne de. Relaçãm do que se fez a Villa de Guimarães do tempo da felice aclamação de sua magestade, até o mês de outubro de 1641. Lisboa: Jorge Rodrigues, 1641. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Op. Cit.* p. 93. A presença popular é a tônica dos folhetos cuja temática é a Restauração. No entanto, é interessante observar que, entre os moradores das diversas vilas e cidades que lutaram contra os espanhóis, os autores destacam a marcante presença feminina. Um dos opúsculos ressalta os feitos de uma mulher que matou com uma cachaporra sete castelhanos. No entanto, ela não conseguiu sair da batalha com vida, pois a acertaram de cima de um telhado. O surpreendente foi que, “depois de morta foy achada cõ hua criança de peito mamandolhe nos seus” (Facções venturosas que tiverão na fronteira de Almeida o general Fernão Telles de Menezes, e o mestre de campo D. Sancho Manoel, contra o inimigo castelhano, em 2 e 4 deste mês de novembro do anno presente 1642. Lisboa: Officina de Domingos Lopes Rosa, 1642. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Op. Cit.* p. 352).

castelhana, se a portuguesa – nem de enveredar pelos estudos sobre Restauração, mas de atentarmos para a importância da temática castelhana na coleção de Barbosa Machado, para os documentos que foram coletados e como o abade montou-os em meio ao seu quebra-cabeça.

O conflito que aparece logo após o tema da Restauração nos opúsculos colecionados por Barbosa Machado também envolve o reino vizinho a Portugal. Em 1700, morreu o rei de Espanha, Carlos II, o último Habsburgo. Começava, então, uma disputa pelo trono espanhol entre o duque de Anjou (que chegou a ser coroado Felipe V de Espanha), apoiado pela França, e o arquiduque Carlos de Áustria, apoiado pela Inglaterra e Países Baixos. Em meio à possibilidade de união das monarquias francesa e castelhana, Portugal deixou de dar seu apoio ao duque e à França, e acabou por se aliar aos britânicos no conflito que seria conhecido como Guerra de Sucessão Espanhola, tema das *Notícias Militares de D. Pedro II* e das *Notícias Militares de D. João V*.

Os dois tomos das notícias militares de D. Pedro II trazem ao todo 121 folhetos, todos eles sobre ao conflito sucessório na Espanha. O tomo se inicia com textos relacionados ao posicionamento de Portugal naquela guerra. A mudança de posição portuguesa e o apoio que D. Pedro deu à Inglaterra suscitaram uma série de discussões presentes nos opúsculos. Um dos folhetos apresenta um discurso do estado Eclesiástico, alertando o rei dos riscos de entrar em um conflito ao lado dos infiéis britânicos.²⁰⁵ A monarquia portuguesa, no entanto, justifica o seu posicionamento argumentando que a união das coroas francesa e espanhola seria um perigo e que cabia a Portugal libertar os seus vizinhos daquela servidão.²⁰⁶ Logo a seguir ao texto que justifica a entrada de Portugal na guerra, Barbosa Machado adicionou um

²⁰⁵ Zelo Christiano, y Política desinteressada, que apresenta a la magestad del muy alto, y poderoso señor Don Pedro II, Rey de Portugal nuestro señor (que Dios guarde) el Estado Eclesiástico del mismo reyno. Lisboa, 1703. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias Militares de D. Pedro II*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v. 1. p. 26-31.

²⁰⁶ Justificación de Portugal en la resolución de ayudar a la inclita nacion Espanhola a sacudir el yugo francés, y poner em el trono real de su monarquia al Rey Catholico Carlos III. Lisboa: Valentin de Acosta Deslandes, 1704. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Op. Cit.* p. 43-48.

outro folheto, escrito por Jerônimo Juliano, em que ele rebate o manifesto de D. Pedro II. Colocando-se claramente contra a posição do monarca, o autor insinua que “alguna sediciosa pluma” estava influenciando na escrita do documento de D. Pedro. Diz ainda que o rei português estava “abriendo la puerta à los auxiliares enemigos de el norte”, os heréticos britânicos.²⁰⁷

Apesar das contendas relatadas nos folhetos iniciais, Portugal entrou na guerra. Seguem-se, então, descrições e mais descrições sobre os sucessos dos portugueses no conflito. Uma relação narra a vitória que o batalhão liderado pelo marquês das Minas, Antonio Luís de Sousa, alcançou na província do Alentejo:

Mas sabendo o Marquez [das Minas] por alguns desertores, e pelos avisos de nossas guardas, e batedores, que a cavallaria inimiga se avistava ainda, e se não tinha recolhido todas para o bosque, lhe mandou investir a retaguarda o que se fez com tal vigor, que se achou obrigado o Duque [de Bervvick, que lutava pelo exército inimigo] a passar da vanguarda à retaguarda com todos os clavineiros, onde se travou um furioso conflictto, e chegou o Duque a perder o cavallo, e se vio obrigado a tirar a pluma do chapeo que trazia para diviza, que foy causa de correr a voz de ser morto ou mal ferido; e assim cedendo o campo ao valor dos nossos, se poz em fuga (...). O número certo de mortos do inimigo se não averigou, mas consta que forão muitos, e a maior quantidade de feridos, e entre elles o Márquez de S. Vicente. Aprizionarãose muitos officiaes, e soldados com o Conde de Canillejas.²⁰⁸

Mas a guerra se alongava, adentrando o reinado de D. João V, e as derrotas começavam a aparecer em folhetos que defendiam a causa espanhola. Um opúsculo relatava os sucessos espanhóis nos Campos de Almansa:

Aunque no se sabe com certeza el numero de los muertos enemigos, se supone sean de seis a ocho mil hombres, com um gran numero de prisioneros, que llegarán hasta cinco mil. Veinte coroneles prisioneros, dos

²⁰⁷ JULIANO, Jerônimo. Respuesta breve al manifiesto em que el rey Don Pedro Segundo de Portugal, pretexto los motivos que tuvo para romper la guerra a las coronas. Escriviola el español professor de Minerva. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Op. Cit.* p. 60v e 61.

²⁰⁸ Segunda Relaçam verdadeyra da marcha, e operaçoens do exercito da Província de Alentejo governado pelo Márquez das Minas D. Antonio Luis de Sousa, dos Conselhos de Estado, e Guerra delRey nosso Senhor, e Governador das Armas da dita província; rendimento da Praça de Alcântara, e diversão intentada pelo inimigo na Praça de Elvas. Lisboa: Antonio Pedrozo Galram, 1706. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias Militares de D. Pedro II*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v. 2. p. 116.

mariscales de campo, diez batallones portugueses, enteramente aruynados”.²⁰⁹

Outra notícia contava ainda que foram confiscadas cartas que o rei de Portugal teria mandado ao Marquês das Minas. Por elas, ficava-se sabendo que o batalhão do dito nobre sofreu um grande susto na província do Alentejo. O monarca, então, teria enviado “estrechos ordenes al de las Minas para que luego luego se embarque com todas las tropas portuguesas, que tiene, e se venga a Portugal defender su propria casa”.²¹⁰

Em meio às derrotas, um folheto intitulado ironicamente “El despertador de los portugueses, o el general desembobado”, traz um suposto diálogo entre o Marquês das Minas e o Conde de Atalaya em que o primeiro defendia que Portugal não deveria permanecer na guerra, pois ela não lhe traria nenhum benefício. O conflito é visto como um engano e, mais do que isso, uma luta entre católicos e infiéis protestantes em que Portugal estaria apoiando o lado errado.²¹¹

Haveria, portanto, uma crítica ao rei, figura sempre tão elogiada na coleção de Barbosa Machado? Estaria o erudito coletando documentos que criticavam D. Pedro II por ter entrado na guerra e D. João V por ter permanecido nela? A resposta pode ser encontrada em outro opúsculo, presente no segundo volume das *Notícias Militares de D. João V*. Nele, o autor conta que, enquanto dormia, sonhou que estava caminhando. Foi então que entrou em um buraco e chegou ao inferno. Acabou caindo em uma sala onde demônios terríveis estavam reunidos discutindo a sucessão do trono espanhol. O objetivo deles era dar início a uma

²⁰⁹ Relacion breve de la feliz Victoria que han conseguido las armas de su magestade mandadas por el señor mariscal Duque de Bervvik, contra el exercito de los aliados em los campos de Almansa, el dia veinte y cinco de abril de este presente año de mil setecientos y siete. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias Militares de D. Pedro II*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v. 1. p. 115-115v.

²¹⁰ Prosiguen las noticias diária, de Espana, Valencia, Aragon, Itália, el Norte, lo del Rin, y el estado de las armas de nuestro católico monarca Don Felipe Quinto (que Dios guarde). In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Op. Cit.* p. 127.

²¹¹ El despertador de los portugueses, o el general desembobado, dialogo político, y entretenido, entre el Marques de las Minas, y el Duque de Cadaval, sobre las conseqeencias de la guerra presente. Lisboa: Pedro Enganado, em la calle de los Embustes, 1707. MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias Militares de D. João V*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v. 1. p. 54-81.

guerra que contaminasse toda a Europa. Para isso, embaixadores do inferno foram enviados a vários reinos a fim de suscitar desentendimentos e inclinar alguns monarcas a favorecer ao arquiduque e, outros, a Felipe V. Esses pequenos demônios (talvez a “sediciosa pluma” a qual se referia Jerônimo Juliano) manipulariam os reis, que acabariam por tomar decisões equivocadas sem a sua vontade.²¹² Dessa forma, se D. Pedro II e D. João V cometeram algum erro, eles eram atribuídos a seus conselheiros, e não exatamente aos monarcas.

A narrativa que propomos acima, dos elogios aos conflitos, e os dois exemplos trabalhados – das guerras de Restauração e de Sucessão Espanhola – podem nos ajudar a pensar elementos importantes referentes às singularidades de um tipo de escrita da história como esta coleção. Michel de Certeau, na passagem que usamos como epígrafe deste capítulo, afirma que a escrita, ao mesmo tempo que *conta*, é capaz de *fazer* a história. A partir desta idéia, bem como da coleção de Barbosa Machado retornamos à questão da construção do passado por meio da escrita.

Ao escrever um livro, um historiador escolhe cuidadosamente palavras e frases para poder “fazer” a sua história. No entanto, quando nos deparamos com a coleção montada pelo abade de Sever, parece-nos que a sua escrita é de outra ordem, o que lhe confere uma primeira peculiaridade. Os opúsculos presentes em sua coleção, com algumas poucas exceções, não são dele. Não foi Barbosa Machado que escreveu sobre o nascimento do primogênito de D. Maria, não foi ele que exaltou D. Pedro II no momento de sua morte, assim como o nosso abade não esteve presente ou narrou as batalhas entre portugueses e castelhanos. Na verdade, a sua narrativa se dá pelas vozes de outros, isto é, daqueles que compuseram os opúsculos, cabendo a ele “apenas” coletar.

Vimos também que esses opúsculos são de diversas ordens e tipos: panegíricos, cartas, elogios, descrições, poesias, diálogos, histórias, memórias, várias escritas que compunham a

²¹² Junta de Diablos, y anamblea en el infierno. Nuevos tratados para la futura campana. Compuesto por el Lic. Sotana estando soñando. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias Militares de D. João V*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v. 2, p. 140-7.

narrativa do nosso erudito. Ao longo do século XIX, quando a história se constituiu como disciplina, os diversos gêneros históricos que existiam anteriormente se unificaram. As histórias, no plural, (de Portugal, do Algarve, de um dado personagem) tornaram-se *a* História, com “h” maiúsculo e no singular. A partir de então, tudo seria entendido dentro de um movimento único, uma espécie de força que levava a humanidade a atingir seu fim. No século XVIII, por outro lado, várias formas historiográficas falavam sobre o passado, embora mantivessem diferenças entre si. Os panegíricos, por exemplo, eram utilizados como repertórios de virtudes, destacando a qualidade moral dos grandes homens, num tempo coevo ou pretérito. Estes textos distinguiram-se de outras formas de história por compor um louvor ao merecimento de uma dada pessoa. As crônicas, por sua vez, eram diferentes. O tempo de seu enunciado era o passado, referindo-se ao que se ouviu a respeito das ações de alguém.²¹³

Barbosa Machado não escolheu palavras, como tantos historiadores, mas opúsculos dos mais variados tipos. Coletando documentos e colocando-os sob os olhos de seus leitores, o abade fazia acontecimentos e testemunhos falarem por si mesmos, sem sua intervenção aparente. As diversas histórias contadas ali eram vistas pelos olhos de seus leitores quando percorriam os indícios do passado.

Chegamos, assim, a um segundo ponto de reflexão sobre a coleção e, portanto, uma segunda peculiaridade deste tipo de escrita, que comporta um certo conflito que não se restringe aos campos de batalha, mas que se faz presente também em seus testemunhos. Vimos que o erudito entremeou em seus volumes opúsculos que justificavam os interesses portugueses em um conflito pelo trono espanhol com outros, que refutavam todos aqueles argumentos e mostravam que era um erro Portugal se envolver naquela disputa. Ainda na narração deste evento, o abade não silenciou a notícia de derrotas portuguesas e o

²¹³ PÉCORA, Alcir. A história como colheita rústica de excelências. ____ e SCHWARTZ, Stuart (Org.). *As Excelências do Governador. O panegírico fúnebre e D. Afonso Furtado de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 48. Neste estudo sobre o panegírico de autoria de Juan Lopes Sierra, Alcir Pécora refere-se ao conjunto heteróclito das formas historiográficas, que admitiam, além das crônicas e histórias, tratados, cosmografias, corografias e panegíricos.

descontentamento expresso em alguns folhetos em relação à participação lusa no conflito. No entanto, nos relatos militares sobre a Guerra de Restauração, ele preferiu destacar as vitórias e as notícias favoráveis aos portugueses. Será que não houve derrotas neste conflito? Será que os espanhóis, assim como os portugueses, não produziram folhetos tratando do mesmo embate, mas numa perspectiva diferente? Certamente sim.

Jorge Miranda Leite e Rodrigo Bentes Monteiro, em um artigo conjunto, debruçaram-se sobre os três tomos intitulados *Manifestos de Portugal*, que também fazem parte da coleção Barbosa Machado. Neste estudo, os autores destacaram, por exemplo, que, no primeiro volume, no qual Barbosa Machado organizou os folhetos sobre a sucessão do trono luso em 1580, o abade dispôs ali textos favoráveis à candidatura de D. Antônio, prior do Crato e neto de D. Manuel I, ao trono português. Porém, também não esqueceu de adicionar àquela coleção um folheto de apoio à candidatura de Felipe II, rei de Espanha. Além disso, no segundo tomo dos Manifestos, nosso abade guardou também um opúsculo que afirmava ser Portugal, inicialmente, um feudo de Castela. No entanto, logo em seguida, não esqueceu de adicionar outro texto que, por sua vez, rebatia esta afirmação.²¹⁴

Concomitantemente a uma narrativa elogiosa, onde folhetos são selecionados para exaltar o passado português, é possível ver na coleção momentos de tensão, expressos não só nas guerras e batalhas propriamente ditas, mas também nos testemunhos. Cremos que esta seja também uma característica própria de uma escrita antiquária, em que os vestígios dialogam entre si, respondendo uns aos outros. Aquele tipo de escrita (a coleção) não exigia de Barbosa Machado que ele constituísse ali uma história de Portugal fechada e coerente, mas antes, que expusesse os testemunhos, as diversas opiniões, deixando os textos falarem e discutirem entre si. Dessa forma, ele conferia ao seu leitor a possibilidade de confrontar opiniões e, a partir dos indícios, ver um passado invisível na sua complexidade.

²¹⁴ MONTEIRO, Rodrigo Bentes e LEITE, Jorge Miranda. Os manifestos de Portugal: reflexões acerca de um Estado moderno, in ABREU, Martha; SOIHET, Rachel & GONTIJO, Rebeca (Org.). *Cultura Política, Historiografia e Ensino de História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.113-131.

Inicialmente poderia parecer uma atitude bastante neutra de Barbosa Machado, mas o interessante é perceber *como* ele organizou esta discussão entre os testemunhos. Colecionar documentos distintos poderia nos indicar um certo desejo de neutralidade de nosso abade, porém nem sempre parece ser assim. Lembremos que o Manifesto de Felipe IV é soterrado pelas dramáticas e minuciosas versões portuguesas da Guerra de Restauração, presentes nos volumes das *Notícias Militares de D. João IV e D. Afonso VI*. Nos *Manifestos de Portugal*, folhetos lusos figuram lado a lado com folhetos espanhóis, no sentido de respondê-los, e de induzir o leitor a perceber qual a versão mais verdadeira.²¹⁵

Apesar de todo um projeto da Academia Real preocupado com uma certa imparcialidade do historiador, que não deveria mentir para exaltar sua pátria, Barbosa Machado, ao selecionar e organizar os documentos, acabou ele mesmo por fazer escolhas e, portanto, fazer a sua própria história. Essas escolhas possibilitavam aos seus leitores uma certa narrativa do passado português, com silêncios e interdições que ocorriam quando um folheto ou autor era simplesmente silenciado, soterrado ou desacreditado por outras narrativas. A escrita de Barbosa Machado revela, portanto, duas importantes singularidades. Em primeiro lugar, ela é constituída a partir de outros tipos de escritas, das mais variadas formas, expressas naqueles folhetos. Em segundo lugar, essa escrita comporta o diálogo entre testemunhos, que muitas vezes complementam-se, conversam, mas também rebatem-se e lutam entre si. Barbosa Machado mostrava pelos seus materiais aquilo que as pessoas não viram, mas poderiam ver a partir dos testemunhos que selecionou. Percebiam, então, como os personagens portugueses foram grandiosos, as batalhas magníficas e a conquista no ultramar bem sucedida. Essa diversidade de narrativas e de testemunhos parece se juntar na coleção, como palavras e frases se juntam em um livro, configurando uma história elogiosa por si mesma, como se não precisasse de Barbosa Machado para ser percebida dessa forma. Seu

²¹⁵ Ibid.

trabalho tinha, portanto, um interesse. As histórias trazidas à lembrança tinham um objetivo, e a partir dele o colecionador selecionava e dispunha seus documentos, contando ao mesmo tempo em que fazia a sua história.²¹⁶

Os episódios que contamos até agora, dos nascimentos às batalhas, se passaram nas terras européias. Lá nasceram reis e rainhas, e lá estavam alguns dos inimigos, os “outros”, contra quem os portugueses lutaram com armas e palavras. Mas Portugal enfrentou outros percalços, muitos deles em lugares desconhecidos, onde batalhas pela cruz e pela espada também aconteceram e serviram para engrandecer os varões e a monarquia daquele reino. As histórias narradas e construídas a partir dos vestígios que aquele colecionador punha ao olhar de seu público não se restringiam ao reino, mas passavam-se também nas possessões portuguesas de Ásia, África e América.

Os lugares da história

Manoel Telles da Sylva, na *História da Academia Real da História Portuguesa*, conta que aquela instituição nasceu para melhorar a história eclesiástica e secular de Portugal *e de suas conquistas*. Dessa forma, seu projeto historiográfico parecia ir além das fronteiras do reino, alcançando também as possessões no além-mar.²¹⁷

De acordo com Íris Kantor, o discurso da Academia Real, associado às questões políticas da época, preocupava-se em glorificar o espaço imperial. A escrita projetada pelos acadêmicos deveria não só exaltar o rei e a monarquia, dar visibilidade aos vassallos, mas também constituir uma história do ultramar. A proposta da Real Academia, assumida pelos

²¹⁶ Sobre a questão da evidência, ver HARTOG, François. *Évidence de l'histoire. Ce que voient les historiens*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2005.

²¹⁷ SYLVA, Manoel Telles da. *Historia da Academia Real da Historia Portuguesa*. Lisboa: Oficina de Joseph Antonio da Sylva, 1727, v.1. Prólogo

seus acadêmicos, tinha uma temporalidade marcada pelos reinados dos monarcas portugueses:

Cada reinado deveria ser tratado em quatro partes: uma primeira dedicada às origens da monarquia e da nobreza; uma segunda, sobre o governo civil; uma terceira, sobre o governo militar; e a última referente aos descobrimentos e conquistas. Nessa última, a sugestão era de que se iniciasse pelo continente africano, seguindo o critério da contigüidade espacial, terminando com a descrição das conquistas asiáticas.²¹⁸

Como já nos referimos no capítulo dois, Kantor ressalta que, após a Paz de Westfália, os reinos europeus assumiram uma atitude mais secularizante em relação ao problema do domínio de uma certa região. Tratados como o de Madri, que estabeleciam o princípio da posse efetiva, chamado *uti possidetis*, aboliam definitivamente as doações pontificiais e o Tratado de Tordesilhas.²¹⁹ A partir de então, os reinos deveriam comprovar essa posse efetiva por meio de documentos. Neste sentido, a coroa portuguesa, que naquele momento ainda não tinha um domínio pleno dos territórios sob o seu poder, convocava seus historiadores e eruditos para constituir um certo conhecimento das regiões longínquas que pertenciam ao reino.²²⁰ Tornaram-se importantes para essas questões territoriais textos de viajantes, de eclesiásticos mandados para evangelizar os gentios, descrições de batalhas, além de outros que mostrassem a presença efetiva e a ocupação portuguesa de um território. Não só esses documentos deveriam ser recolhidos e criticados pelos historiadores, mas essas regiões e temas incorporados em seu trabalho e suas histórias.

Se no século seguinte teríamos duas disciplinas separadas – a história e a geografia, uma relacionada ao tempo, outra ao espaço – no século XVIII, questões envolvendo a descrição de lugares e regiões, costumes de seus nativos, topografia e riquezas naturais

²¹⁸ Ibid. p. 269.

²¹⁹ KANTOR, Íris. A Academia Real da História Portuguesa e a defesa do patrimônio ultramarino: da paz de Westfália ao Tratado de Madri (1648-1750). In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Lúcia Amaral (Org.). *Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no Império português. Séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 260 e 266.

²²⁰ KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos. Historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/ UFBA, 2004. p. 62.

diziam respeito ao trabalho dos historiadores.²²¹ Mesmo no século XIX, no Brasil, as fronteiras ainda eram muito ambíguas. O conhecimento das regiões e de suas características naturais já pertencia ao saber dos geógrafos, mas segundo Temístocles César, a história, no Oitocentos, ainda preocupava-se em estudar essas questões, tornando-as parte integrante da constituição de sua disciplina e importante para um projeto de afirmação do Estado-Nação no Brasil.²²²

Voltando ao século XVIII, mas saindo um pouco do âmbito da Academia Real Portuguesa, podemos citar um exemplo dessa ambigüidade neste lado do Atlântico. Em 1759, foi fundada, pela vontade das elites coloniais, uma academia na Bahia, a dos Renascidos, que, além de desejar escrever uma história da América, dedicava-se também a dar visibilidade aos súditos daquele território, fazendo com que o rei conhecesse melhor os seus vassalos e pudesse premiar os serviços que prestaram à coroa.²²³ Embora esta instituição não seja nosso objeto de estudo, convém destacar uma passagem interessante presente em seus estatutos. Ali é dito que os Renascidos vieram “para escrever a história eclesiástica, secular, geográfica, natural, militar, enfim uma *história universal* de toda a América Portuguesa” (grifo nosso).²²⁴ Este termo, “história universal”, que posteriormente foi utilizado no sentido de história da humanidade, tem neste caso um outro significado: o estudo de um território sob diversos aspectos. Aqui a expressão aparece como sinônimo de um saber enciclopédico que exigia do historiador da época um conhecimento vasto e horizontal, abarcando não só a cronologia histórica, mas exigindo também conhecimentos políticos, militares e geográficos. Todos esses elementos eram fundamentais para entender de forma ampla a história de um determinado reino ou região (no caso dos Renascidos, a América Portuguesa).

²²¹ CLEN, Adriana Mattos. *As Corografias e a Cultura Histórica Oitocentista*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. (Dissertação defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ).

²²² CEZAR, Temístocles. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o império. Escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista. *Agora*, Santa Cruz do Sul –RS, v.11, n.1, p. 79-99, 2005.

²²³ KANTOR, Íris. *Op. Cit.* p. 94.

²²⁴ *Estatutos da Academia Brasileira dos Acadêmicos Renascidos, estabelecida na cidade de Salvador B^a de Todos os Sanctos, capital de toda a América Portuguesa, da qual e a de escrever a história universal*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional. Sobre esta academia, ver KANTOR, Íris. *Op. Cit.*

À escrita tanto da Academia Real quanto da Academia dos Renascidos importava não apenas os eventos, os episódios, mas também os lugares onde eles se desenrolaram. Como era intenção da Academia Portuguesa exaltar as glórias lusitanas nas quatro partes do mundo, cabia, então, ir além das fronteiras do reino e procurar os testemunhos das grandes ações lusas em outras regiões. Assim, os lugares ou as paisagens serviam como cenários de grandes acontecimentos históricos e, portanto, como um testemunho do passado.²²⁵ De acordo com Arnaldo Momigliano, os antiquários, muitas vezes, retiravam da natureza um determinado objeto não apenas por suas propriedades naturais, mas porque, naquele lugar, ocorreu algum evento do qual plantas, rios, árvores e montanhas foram testemunhos.²²⁶ Seria difícil para Barbosa Machado ter consigo uma planta que tivesse “presenciado” a expulsão dos holandeses no nordeste brasileiro. Mas ele tinha uma outra maneira de trazer lugares como aquele para a sua história e para os olhos de seus leitores: a partir da escrita, isto é, por meio dos testemunhos e relatos que coletou produzidos por aqueles que vivenciaram ou assistiram um evento. Esses textos eram capazes de produzir imagens, de fazer o seu leitor visualizar um acontecimento e acreditar que ele aconteceu de uma determinada maneira.

É preciso nos deter por um momento na importância que tinham os lugares tanto para a Academia Real quanto para o nosso acadêmico-antiquário. A história contada pelo nosso erudito acontece em várias partes do chamado império português. Nas *Memórias para as histórias de Portugal que compreendem o governo Del Rey D. Sebastião*, cujo enredo está longe de se centrar apenas na vida e no reinado do *Desejado*, Barbosa Machado destacou a atuação dos vassallos daquele tempo em várias possessões portuguesas, aproveitando para mostrar ao seu leitor o exotismo e os perigos daqueles lugares, bem como os costumes de suas populações. Uma história que levasse em conta outras regiões além do reino já era algo contemplado nesta obra do acadêmico.

²²⁵ CLEN, Adriana Mattos. *Op. Cit.*

²²⁶ MOMIGLIANO, Arnaldo. *As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna*. São Paulo: EDUSC, 2004. p. 85-117.

Logo no início, o abade oferece ao seu leitor um panorama daquilo que acontecia nos quatro cantos do mundo nos tempos de D. Sebastião. A Europa vivia o Concílio de Trento, para o qual Portugal enviou embaixadores e teólogos. A África era palco de inúmeras batalhas e conquistas, como na Praça de Mazagão, sitiada pelos mouros. Na Ásia, os portugueses expandiam a fé católica. Por fim, na América, Mem de Sá e Estácio de Sá triunfavam não só sobre a rebeldia dos Tamoios, Tupis e Aimorés, mas também defendendo a região da cobiça francesa.²²⁷ Barbosa Machado ainda dedicou alguns capítulos exclusivamente a personagens que viveram suas façanhas fora do reino. Tratou de temas como a eleição e as primeiras medidas de D. Constantino de Bragança como vice-rei da Índia; o martírio do Pe. Afonso de Castro, da Cia de Jesus, quando tentava expandir a religião cristã no Oriente; as vitórias de Mem de Sá sobre os índios rebeldes da Bahia; a tentativa turca de conquistar a fortaleza de Bahaem, impedida por D. Álvaro da Silveira, que morreu valorosamente na batalha; e a conversão do imperador Monomotapa à fé católica, conseguida pelo missionário Pe. Gonçalo da Silveira, que, também heroicamente, padeceu ao martírio.²²⁸ Em outro momento, quando tratou da entrada de D. André de Oviedo na Etiópia, Barbosa Machado foi além, passando da narração dos sucessos à descrição da região africana e de seus habitantes.²²⁹ A narrativa heróica cedia espaço à constituição da imagem de um lugar que nosso abade certamente nunca viu, mas pode edificá-la em seu texto a partir dos documentos que consultou. Podia ainda mostrá-la ao seu leitor, que, pelas descrições, visualizava os distantes nativos etíopes e a região em que viviam.

Esta obra de Barbosa Machado foi desenvolvida dentro do projeto da Real Academia de História. A instituição lhe deu como tema este reinado e ele, então, compôs suas memórias históricas considerando nelas vários espaços que à época estavam sob o domínio português.

²²⁷ MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Memórias para a História de Portugal, que comprehendem o governo delRey D. Sebastião*. V. 1. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1736. p. 3.

²²⁸ Ibid. Caps: 10, 11, 13, 15, 21.

²²⁹ Ibid. Cap. 12.

Embora fosse uma preocupação daquela instituição incorporar o ultramar em seu projeto, nem sempre vemos esse assunto contemplado nas obras de seus acadêmicos. Pedro de Almeida Portugal, embora tenha atuado nas possessões portuguesas na Ásia, não chegou a escrever nenhuma obra do porte das Memórias de D. Sebastião. Limitou-se a proferir elogios e orações na Academia.²³⁰ O conde da Ericeira ficou incumbido de compor a história do arcebispado de Évora, tema que se limitava a uma região do reino.²³¹ Coube ainda a outro acadêmico, Antonio Caetano de Souza, fazer um catálogo dos bispos de Funchal, Baía, Goa, Cochim, Maliapor, China, Japão, Macau, Nankim, Malaca, S. Tomé, Angola e Angra.²³² Certamente, a obra, além de listar os prelados da região, poderia trazer informações relevantes sobre as mesmas, seja em relação aos eventos que lá aconteceram, seja sobre suas características geográficas. No entanto, este livro não pode ser concluído pelo erudito. Justamente por não receber notícias do ultramar necessárias para continuar a sua empresa, Caetano de Souza acabou se voltando para um outro espaço, o reino, desenvolvendo o projeto de composição da *História Genealógica da Real Casa de Portugal*, obra monumental que lhe rendeu muitos méritos e pensões.²³³

O projeto da Academia Real era extenso e vasto. Levantar documentos e personagens importantes não só do reino, mas de suas possessões e até mesmo que atuaram em outras partes da Europa não era trabalho que uma ou duas gerações pudessem desenvolver. E, de fato, não desenvolveram. Os acadêmicos reclamavam da falta de material, (como vimos fazer Caetano de Souza, que teve de desviar totalmente seu tema por conta disso). Outros talvez estivessem envolvidos mais com os assuntos administrativos que eruditos, não sobrando tempo para se dedicarem à escrita das memórias históricas. Certo é que uma história de

²³⁰ MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana*. Lisboa Occidental: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741-1759, v. 3. p.552-3.

²³¹ MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2003. p.152.

²³² Ibid. p. 157.

²³³ Ibid.

Portugal acabou não sendo produzida, menos ainda uma história das possessões portuguesas no ultramar. Isabel Mota atribui o declínio daquela instituição não a conflitos internos, mas ao alargamento de horizontes culturais que se nota, sobretudo, a partir de 1740, com a influência de novas formas de expressão mais vivas e mais populares, como na música, no teatro e na poesia.²³⁴ O tradicional ritual em que os acadêmicos proferiam orações no aniversário dos monarcas ainda durou muito tempo. No entanto, o teor de seus discursos mudou ao mesmo tempo em que a importância da Academia diminuía. É possível sentir essa mudança nos folhetos que Barbosa Machado reuniu nos tomos dos *Aplausos Oratórios e Poéticos no Complemento de Anos dos Sereníssimos Reis, rainhas e Príncipes de Portugal*. No primeiro volume, elas trazem discussões vigorosas sobre o projeto da instituição, a função do historiador, o uso de documentos, além de questões envolvendo memória/esquecimento.²³⁵ Seus eruditos aproveitavam aquele espaço não apenas para elogiar, mas para refletir sobre seu próprio trabalho. No segundo volume, que traz opúsculos publicados entre 1731 e 1769, quando já se passaram alguns anos da fundação da Real Academia e alguns de seus membros fundadores já tinham morrido, os textos mudam de tom. Eles deixam de falar propriamente de história e de seus trabalhos e se tornam meramente exultantes e elogiosos.

A Academia teve uma vida produtiva curta, mas um projeto promissor. Já a coleção de Barbosa Machado, como vimos no capítulo 1, foi montada pelo abade até bem perto de sua morte, isto é, até cerca de 1770, quando a Real Academia já não tinha influência e quando a história já havia perdido o seu reinado para a história natural. Sem dúvida, o abade carregou consigo muito daquele projeto. No entanto, ele parece ter inovado em alguma medida ao considerar, naquela coleção e na história de Portugal, outros lugares além do reino. Cabe perguntar de que maneira aqueles lugares apareciam em sua história e até que ponto a sua

²³⁴ Ibid. p. 118.

²³⁵ MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Aplausos Oratórios e Poéticos no Complemento de Anos dos Sereníssimos Reis, rainhas e Príncipes de Portugal*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v.1.

escrita, constituída a partir de várias outras escritas, não produzia também uma imagem e uma memória daqueles espaços. Não se trata de superestimar o critério espacial na coleção do abade de Sever, que, como vimos, não era o principal na sua ordenação dos folhetos, mas pensar como ele levou a cabo uma questão que, embora existisse no projeto historiográfico da Real Academia não conseguiu ser plenamente desenvolvida pela instituição.

Curiosamente, não foi na sua coleção de mapas que Barbosa Machado trouxe os lugares para a sua narrativa. As cartas geográficas ocupam um espaço muito tímido em sua biblioteca, se comparadas aos retratos e folhetos. Das 81 peças que compõem a sua coleção cartográfica, apenas 8 se referem a localidades do ultramar.²³⁶ Todas as outras representam províncias do reino, como Açores, Tejo, Algarve, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura e Entre Douro e Minho.²³⁷ Por algum motivo, Barbosa Machado acabou por se empenhar mais em coletar opúsculos que mapas, e foi justamente entre os folhetos que o colecionador deixou clara a presença e atuação portuguesa em vários lugares do mundo, bem como sua preocupação em abordar em sua história não só o reino português, mas também as suas possessões.

A presença lusitana nas quatro partes do mundo é narrada em alguns volumes da coleção de opúsculos, como nas *Notícias das Proezas Militares Obradas pelos Portugueses em a Índia Oriental*, *Notícias Históricas e Militares da África*, *Notícias Históricas e Militares da América*, *História dos Cercos Sustentados pelos Portugueses nas Quatro Partes do Mundo*, *Tratados de Pazas de Portugal Celebrados com os Soberanos da Europa*, *Notícias das Sagradas Missões Executadas por Varões apostólicos na China, Japão e Etiópia* e *Notícias das Embaixadas que os Reis de Portugal Mandarão aos Soberanos da*

²³⁶ São elas as seguintes: *Carte du Perou, de fleuves des Amazones e du Bresil*, de Guillaume de L'isle; *Brazil*, de Antonio Sanches; *Cuidad de Goa*, sem autoria; *Delineatio omnium oratum totius Australis partis Americae...*, de Jan Huygen van Linschoten; *Guiana sive Amazonum Régio e Accuratissima Brasiliae Tabula*, de Jan Jansson; *Delineatio orarum maritimarum terrae vulgo indigetatae terra do natal item sofalae mozambicae e melindae...*, de Robert Beckit; e *Insulae mollucae celeberrima sunt...*, sem indicação do cartógrafo.

²³⁷ MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Mapas do Reino de Portugal e suas Conquistas*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.

Europa. Seguindo a ordem que o próprio Barbosa Machado deu a estes volumes, vemos que a sua história partia das ações militares do reino para o ultramar e, quando chegava a essas novas terras, ele começava tratando das Índias, o que significa que o colecionador não seguiu um critério cronológico da expansão, pois, neste caso, ele teria começado pela África. Tampouco seguiu o critério de importância econômica, pois, no século XVIII, esta primazia cabia à América. Devemos lembrar que à Índia é reservado um lugar importante nesta coleção, a ponto de nosso abade ter dedicado um volume inteiro de seus retratos aos governadores e vice-reis da região.²³⁸ Também nos folhetos, a Ásia ganhou destaque numérico, pois às suas batalhas Barbosa Machado reservou três volumes de opúsculos, enquanto a África e a América tiveram apenas um cada.

Mesmo quando aos volumes dedicados ao ultramar lhe são reservados títulos de “Notícias Militares”, Barbosa Machado não se limitou a compilar ali apenas folhetos descritivos de batalhas. Ele foi além, preservando testemunhos sobre a atuação evangélica nas regiões, a natureza, os costumes locais e as fronteiras. Dessa forma, quando nos perguntamos sobre a importância dos lugares na história que Barbosa Machado contou por meio de seus folhetos, podemos ressaltar dois aspectos: o espaço constituía-se como palco das grandes aventuras portuguesas e também como objeto de conhecimento. Esses dois temas não estão separados entre si, tampouco são tratados em volumes diferentes, mas são duas questões recorrentes nos vários folhetos e tomos.

Um dos documentos recolhidos por Barbosa Machado, intitulado *Epanaphora Indica*, conta os feitos do conde de Assumar, que foi governador de Estado na Índia portuguesa no século XVIII. Inicialmente, o que gostaríamos de destacar aqui não é exatamente a narração do opúsculo, mas o motivo que o autor, José Freire de Monterroio Mascarenhas, encontrou para descrever as ações daquele homem naquela região. Ele afirma que:

²³⁸ MONTEIRO, Rodrigo Bentes e CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. A Ordem de um Tempo: Folhetos na Coleção Barbosa Machado. *Topoi* (Revista do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ), no prelo.

Para melhor se compreender a relação, que esperamos dar das novas gloriosas acções da nação portugueza, parece preciso expor também ao conhecimento dos que as lerem, o *theatro*, em que se representáram (grifo nosso).²³⁹

As magníficas ações dos varões portugueses em prol de sua monarquia se davam não apenas no reino, mas fora dele, em terras distantes que serviram como cenário onde se desenrolaram cenas memoráveis. Alguns dos personagens principais delas eram justamente os guerreiros portugueses, que combateram valorosamente nas terras desconhecidas. Na Índia, eles tiveram de lutar contra inimigos externos e internos. Os dois primeiros volumes dos Cercos, narram os acontecimentos na Fortaleza de Diu entre os anos de 1535 e 1549, destacando os combates que Nuno da Cunha e, posteriormente, João de Mascarenhas, travaram contra os turcos, que atacaram duas vezes a região. A relação amistosa com governos locais e as ações incansáveis daqueles varões pela defesa do território são mostradas em detalhe. Jerônimo Corte-Real, autor de um dos folhetos que narram o segundo cerco, diz que sua intenção era fazer como Virgílio e Homero fizeram, isto é, registrar por escrito as ações memoráveis dos portugueses.²⁴⁰

Dentre os personagens que receberam destaque pelas suas proezas na Ásia, um dos principais foi Pedro de Almeida Portugal. Ele recebeu um volume das *Notícias Militares da Índia* totalmente dedicado a ele e às medidas que tomou enquanto foi vice-rei da região. Um dos maiores desafios do conde foi enfrentar Zeiramo, rei Bonsulo que invadiu Goa durante o seu período de atuação. De acordo com os folhetos, o poder daquele monarca nativo era insuperável. No entanto, o conde de Assumar, disciplinando ele mesmo suas tropas, pôs em

²³⁹ MASCARENHAS, José Freire de Monterroio. Epanaphora Índica Parte II em que se referem os progressos, que tem feito no governo do estado da Índia Portuguesa, o illustrissimo e excellentissimo senhor Márquez de Castelo Novo. Lisboa, 1747. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias das proezas Militares Obradas pelos Portugueses em a Índia Oriental*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v. 2. p. 46.

²⁴⁰ CORTE REAL, Jerônimo. Sucesso do segundo cerco de Diu: estando Don Joham Mazcarenhas por Capitam da Fortaleza. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *História dos Cercos Sustentados pelos Portugueses nas Quatro Partes do Mundo*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v. 4. p. 97-346.

prática um plano para castigar Zeiramo e acabou obtendo vitória, preservando a região nas mãos dos portugueses.²⁴¹

Mas os inimigos enfrentados no além-mar não eram apenas locais. Portugal teve de defender suas possessões dos holandeses, que invadiram regiões como Macau e Ceilão, na Ásia, mas também Angola e Moçambique, no continente africano. O tomo referente aos sucessos históricos e militares na África também preserva folhetos que descrevem a atuação dos vassallos portugueses na defesa da região contra os inimigos externos, sobretudo o flamenco. É interessante observar que, em muitos casos, aquele que escreve sobre o evento geralmente também vivenciou a situação. Francisco Souto Maior, governador da Fortaleza de S. Jorge da Mina, interessou-se em colocar por escrito suas próprias ações e o êxito que alcançou sobre aqueles inimigos em 1625. D. Francisco tinha apenas cinquenta e sete soldados, sem muitas habilidades, além de “novecentos pretos”. Já o exército rival tinha cerca de dois mil homens. Quando os holandeses desembarcaram na região, os nativos com “valeroso animo, e numantino, os romperão por meyo de lanças, alabardas, partazanas, pistolas, e os poserão em disbarate e fugida”. A vitória, contada pelo personagem (que não só assistiu, mas lutou no conflito) foi, segundo ele, milagrosa e dada pela virgem e os mártires São Crispim e São Crispiniano, pois só houve treze baixas entre os portugueses.²⁴²

A fúria holandesa no continente africano não se restringiu à fortaleza de São Jorge. As *Notícias Históricas e Militares da África* contam também as batalhas que a Companhia Ocidental da Holanda travou com os portugueses de Angola, conflito que contou com a

²⁴¹ Esses feitos do conde de Assumar contra o rei Bonsulo são narrados por José Freire de Monterroio nas três partes das *Epanaphoras Indicas*. MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias das proezas Militares Obradas pelos Portugueses em a Índia Oriental*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v. 2. p. 14-125.

²⁴² SOUTO MAIOR, Francisco de. Relaçam da milagrosa vistoria que alcançou don Francisco Souto Mayor, governador da Fortaleza de S. Jorge da Mina contra os rebeldes, e inimigos olandeses, de dezenove naos, o anno de mil seiscentos e vintecinco, aos vintecinco de outubro, sabbado, dia dos gloriosos martyres S. Crispim e Crispiniano. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias Históricas e Militares da África*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional. p. 192v.

participação de Salvador Correa de Sá e Benevides.²⁴³ A querela com o reino estrangeiro também aparece nos Cercos, em um folheto que narra a invasão flamenca em Moçambique no ano de 1607.²⁴⁴

Os holandeses alcançaram também a América. Estes eventos, assim como os outros, foram mais uma vez contados em vários folhetos, pacientemente coletados por Diogo Barbosa Machado e dispostos nas *Notícias Históricas e Militares da América*. Neste volume, relatos descrevem as invasões holandesas na Bahia e no Recife. Aqui a força do inimigo é exaltada para transformar a vitória portuguesa naquele espaço em um evento ainda mais importante e dramático. O texto que narra a Restauração de Pernambuco, informa que, no dia 9 de fevereiro de 1630, a vila de Olinda viu chegar uma armada de 67 naus flamencas tendo à frente o general Henriques Cornelles Lont. Só uma dessas embarcações chegava a pesar oitocentas toneladas. No entanto, a agilidade e inteligência lusas foram superiores ao número dos inimigos: rapidamente Mathias de Albuquerque, superintendente de Guerra daquela capitania, preparou tudo para o embate. Quando os primeiros navios inimigos foram avistados em Pernambuco, Albuquerque já estava à espera, defendendo o forte. Os holandeses, por sua vez, não pouparam esforços e de longe era possível ouvir a fúria da artilharia. O general português, conta o folheto, correu por entre as balas que choviam da frente inimiga, metendo-se dentro do Forte do Recife, e lutou não só como general, mas como um soldado particular, “enchendo com suas próprias mãos os cartuxos de pólvora”. A batalha durou sete horas seguidas, que foram assistidas pelo mesmo religioso que escreveu esta

²⁴³ CRUZ, Luis Fellis. Manifesto das ostillidades, que a gente, que serve a Companhia Occidental de Olanda obrou contra os vassalos Del Rei de Portugal neste reyno de Angola, debaixo das tregas celebradas entre os príncipes; e dos motivos que obrigarão ao general Salvador Correa de Sá, e Benevides, a dezalojar esses soldados olandezes d'elle, sendo mandado a esta posta por sua megestade a diferente fim. Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1651. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Op. Cit.* p. 202-221.

²⁴⁴ DURÃO, Antonio. Cercos de Moçambique defendidos por Don Estevan de Atayde, capitan general, y governador de aquella plaça. Escritos por Antonio Duran soldado antiguo de la Índia. Al excellentissimo señor conde de Olivares, duque de Sanlucar la mayor, gran canceller de índias. Cavallerizo mayor de su magestade, y de sus consejos de Estado y guerra. Madri: Viuda de Alonso Martin, 1633. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *História dos Cercos Sustentados pelos Portugueses nas Quatro Partes do Mundo*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v. 4. p. 162-251.

relação e que serviu como testemunha ocular do evento e da grandeza portuguesa.²⁴⁵ Barbosa Machado escolheu guardar dois exemplares desse folheto, um foi inserido nas Notícias Militares de América, outro no quinto tomo dos Cercos, que traz ainda outros opúsculos sobre os sucessos portugueses contra os holandeses em Salvador, Bahia e Paraíba.²⁴⁶

Mas não apenas os guerreiros e os conflitos bélicos foram contemplados nas narrativas. Os cenários selvagens do ultramar também foram o teatro das ações de outros personagens, mais pacíficos, os missionários, cuja primeira tarefa era levar a verdadeira religião para aqueles povos gentios. Em alguns casos, eles eram extremamente bem recebidos e obtinham grandes êxitos em suas jornadas. Um dos folhetos coligidos no tomo das notícias das missões, narra, com muito gosto, a conversão e o batismo de toda a família real chinesa. O sucesso de evangelização daquele império asiático é comemorado, pois a China era tida como o maior reino de todo o mundo. O padre Matias Maia, que narrou e acompanhou o evento, afirmava que os monarcas chineses, sem saber o que fazer diante do avanço dos tártaros sobre seu território, apegaram-se de maneira muito forte à religião cristã, que entrara ali a partir do esforço dos jesuítas.²⁴⁷

No volume dedicado à América, o tema da evangelização não é uma questão que salte aos olhos, mas, quando chegamos à África, o êxito da religião cristã é narrado com muita alegria pelos testemunhos. O Congo foi o cenário privilegiado para descrever a entrada desses religiosos no continente e foi justamente um desses missionários que escreveu sobre a chegada de frades capuchinhos ao reino congolês. Diz o autor que aquela região tinha sido

²⁴⁵ Relaçam verdadeira, e breve da tomada da villa de Olinda e lugar do Recife na Costa do Brasil pellos rebeldes de Olanda, tirada de huma carta que escreveo hum religioso de muyta autoridade, e que foy testemunha de vista de quase todo o sucedido, e assi o afirma, e jura, e do mais que depois disso socedeo te os dezoito de abril deste prezente e fatal anno de 1630. Lisboa: Matias Rodrigues, 1630. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias Históricas e Militares da América*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional. p. 150-150v.

²⁴⁶ MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *História dos Cercos que Sustentaram os Portugueses nas Quatro Partes do Mundo*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v.5.

²⁴⁷ MAIA, Pe. Matias. Relaçam da Conversão da nossa Santa Fé da rainha, e príncipe da China, e de outras pessoas da casa real, que se baptizarão o anno de 1648. Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1650. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias das Sagradas Missões Executadas por Varões Apostólicos na China, Japão e Etiópia*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v.1. p. 268.

ignorada durante muito tempo. Precisou que D. João II, rei português, desse prosseguimento às descobertas iniciadas pelo infante D. Henrique para que Diogo o Cão chegasse com sua armada àquele território. Tempos depois, fixaram-se ali quatro religiosos e muitos portugueses que “fueron cultivando aquella christandad reciente, labrãdo templos, i altares”.²⁴⁸ O trabalho daqueles missionários foi árduo, pois era difícil estabelecer entre os nativos a temperança dos costumes, a castidade conjugal, o perdão das injúrias, o fim das superstições e o costume de não cobiçar a mulher do próximo, elementos tão importantes no cristianismo, porém estranhos àquela cultura. Mas a cristianização foi seguindo lentamente, a ponto de conseguir a conversão do rei congolês. A fé do monarca nativo foi tamanha que, de acordo com a relação, ele solicitou ao papa que mandasse para a região mais evangelizadores. Foi neste momento que seis religiosos capuchinhos saíram de Lisboa e se dirigiram para a África. Quando chegaram lá, foram recebidos com muitas festas pelo rei e a nobreza local, mas não perderam tempo com comemorações e logo construíram igrejas, fizeram pregações e trouxeram novos adeptos para a religião cristã.²⁴⁹ Pessoas saíam de diversas partes para encontrar os frades, implorando pelo batismo.²⁵⁰ Como se vê, a missão foi um grande sucesso a ponto do narrador do opúsculo, impressionado com tamanho êxito, conclamar mais e mais evangelizadores para desembarcar na região:

O quantos obreros evangélicos están ociosos em Europa, que en esta parte de África, que tanto los desea, i llama, pudieran hazer inmenso fruto, cultivando unos hombres troncós, que no spiran a mas que a beber el riego e rocío de la palabra divina.

As regiões do ultramar não aparecem nas narrativas selecionadas por Barbosa Machado apenas como o palco de grandes batalhas pela posse ou presença portuguesa em um

²⁴⁸ PELLICER DE OSSAU SALAS Y TOVAR, José. *Mission Evangélica al reyno de Congo por la Seráfica religion de los capuchinhos. Dedicada al rey nuestro señor: que Dios guarde. Don Joseph Pellicer de Tovar señor de la casa de Pellicer i de Ossau, cronista mayor de su magestad, i de su consejo.* Madrid: Domingos Garcia i Morras, 1649. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias Históricas e Militares da África.* Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional. p. 109.

²⁴⁹ *Ibid.* p. 131-2.

²⁵⁰ *Ibid.* p. 134.

território. Aquelas longínquas terras são também o lugar de um outro tipo de atuação dos varões portugueses a partir do nobre labor de tornar conhecida ali a verdadeira fé e, portanto, salvar as almas daqueles nativos. O poder da religião cristã se manifestava nas novas terras e abria espaço para narrativas de caráter maravilhoso e sobrenatural, como a de um folheto, escrito por André de Santa Maria, no qual conta a história de um homem de nação bengala que, após carregar nos braços São Francisco de Assis, nunca mais envelheceu. Em 1605, aos trezentos e oitenta anos, conservava a aparência de um homem entre trinta e quarenta anos de idade. Nos opúsculos, o autor explica ao seu leitor que ele ficou sabendo de tal história por meio de um escrito que lhe enviou o padre Melchor de Fonseca, afirmando ter visto, com seus próprios olhos, aquele nativo e confirmado que a história era, de fato, verdadeira.²⁵¹

Nem sempre os documentos dão testemunho das boas recepções do cristianismo nas terras do ultramar. Eles também mostravam momentos de perseguições que custaram a vida dos religiosos portugueses. Na Ásia, a região que mais se mostrou hostil aos missionários foi o Japão. Um dos opúsculos, produzido a partir de cartas de pessoas “dignas de crédito”, conta que no ano de 1619, foram oitenta e seis o número de mártires só naquela região. Na cidade de Miaco, o imperador mandou que cinquenta e nove cristãos fossem queimados vivos num espetáculo nunca visto na Roma de Nero e Dioclesiano.²⁵² Os nomes dos mártires eram postos em destaque nas narrativas e listados um a um, para lembrar aqueles que morreram no Oriente pela fé em Cristo.

²⁵¹ SANTA MARIA, André de. Verissima relacion embiada a don Fray Andrés de Sancta Maria obispo de cochim, laqual trata de como em lãs índias de Portugal ay um hombre casado que tiene trezientos y ochenta años, y assido ocho vezes casado, y se lê han cayado todos los dientes dos vezes y lê volvieron a razer. Este es el verdadero retrato Del hombre que paso em brazos al glorioso San Francisco em el Rio de Ganga, el qual fue sacado a instancia Del reverendo padre Don Andrés de Sancta Maria Obispo de cochim. Salamanca: Antonia Ramirez, 1609. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias das proezas Militares Obradas pelos Portugueses em a Índia Oriental*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v. 1. p. 70.

²⁵² Relação sumaria das novas que vierão do Japão, China, Cochinchina, Índia, e Etiópia este anno de 622 tiradas de alguas cartas de pessoas dignas de credito. Lisboa: Giraldo da Vinha, 1622. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias das Sagradas Missões Executadas por Varões Apostólicos na China, Japão e Etiópia*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v.1. p. 72-73.

Na África, os portugueses também encontraram momentos de tensão, sobretudo na Etiópia. O império Habassia, um dos primeiros a receber a doutrina evangélica, viu ascender ao seu trono o imperador Basílio, que se opôs não só aos católicos, mas mostrou-se também favorável à crença maometana. Percebendo o perigo que rondava a região, o papa Clemente XI mandou para lá, em 1704, alguns religiosos. Inicialmente, a população mostrava-se disposta a conhecer a nova doutrina, mas acabou manipulada pelo seu governante e, voltando-se contra os missionários, apedrejaram-nos até a morte.²⁵³

Os testemunhos que Barbosa Machado coletou em seus tomos, seja sobre as proezas militares, seja sobre a expansão da fé cristã nas novas terras não só fazem do lugar um elemento importante em sua narrativa, na medida em que a região torna-se palco das ações dos guerreiros e missionários portugueses, além de testemunhas de sua coragem e valentia em prol da monarquia e da cristandade, mas também novamente traz à tona a questão dos testemunhos para a sua história. Se a escrita da história proposta pela coleção de nosso abade se dá a partir de outras escritas, é interessante verificarmos que o colecionador compilou relatos de pessoas que presenciaram o evento ou, no máximo, que a partir de uma testemunha ocular digna de crédito, construíram uma narrativa. A escrita de Barbosa Machado se dá praticamente a partir de testemunhos de primeira mão, de textos deixados por aqueles que vivenciaram uma batalha, participaram de uma missão evangelizadora e escreveram suas memórias. Neste caso, a visão aparecia como um operador de crença: Barbosa Machado não estava no momento do evento, mas colecionou testemunhos de alguém que viu, que esteve presente ali. Dessa forma, ele estabeleceu com seu leitor uma relação de confiança. Para aqueles que manuseavam e liam os materiais da coleção, as narrativas não apenas faziam ver

²⁵³ MASCARENHAS, José Freire de Monterroio. Novo Triunfo da religiam seráfica, ou noticia summaria do martyrio, e morte que padeceram em ódio de nossa santa fé o venerável Padre Fr. Liberato de Weis com dous companheiros seus, todos religiosos da Ordem de S. Francisco, missionários e pregadores apostólicos no império de Habassia, no dia 3 de março do anno de 1716. Lisboa Ocidental: Officina de Pascoal da Sylva, 1718. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias das Sagradas Missões Executadas por Varões Apostólicos na China, Japão e Etiópia*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v.2. p. 28-31.

os atos dos portugueses, mas iam além, constituindo um conhecimento sobre aqueles povos e aquela natureza tão distantes dos europeus. Enquanto os portugueses guerreavam e evangelizavam, os narradores construía, a partir de seus textos, um certo conhecimento das regiões, importante para criar um saber sobre elas e também definir as fronteiras geográficas das possessões portuguesas.

No volume dedicado aos conflitos na Ásia, Barbosa Machado salvaguardou um folheto escrito por Manuel da Silva de Ataíde. Este homem fora capitão da fragata Nossa Senhora da Conceição, que levava para as ilhas de Timor e Solor o visitador geral Antônio de Mesquita Pimentel em 1695. Desta viagem, acabou resultando uma relação manuscrita, em que Manuel de Ataíde localizava aquelas terras espacialmente e também descrevia a natureza e as riquezas locais. Quando se referiu à ilha de Sólór, ele explicou a seu leitor que lá era possível encontrar

Cajus, mangostoins e muy doces e suaves annanazes, como os de Malaca (...). As couzas de preço, e riquezas q. tem são as seguintes: m^{ta} canella, q cultivandose, será melhor, q senão differença da de Ceilão, algum azougue, q já se achou muito salitre bom, de q os naturaes fazem pólvora p^a cassarem, [ilegível] e no mesmo sumo de salitre dizem haver muita prata.²⁵⁴

As desconhecidas regiões africanas também foram descritas pelos viajantes que por lá se aventuraram. Mais uma vez o reino do Congo foi privilegiado, pois sobre ele Barbosa Machado reuniu folhetos com informações minuciosas. O opúsculo que abre o tomo das notícias sobre a África, datado de 1591, encontra-se em italiano e foi escrito por Duarte Lopes com o objetivo de narrar a sua própria entrada naquela região. Mas o texto vai muito além, pois o viajante introduziu ali gravuras que pudessem explicar e mostrar ao seu leitor

²⁵⁴ ATAÍDE, Manuel da Silva de. *Relaçam das ilhas de Timor, e Solor e da viagem que fes Manoel da Sylva de Att^e Cavaleiro professo de Christo cappidão de mar e guerra da fragata Nossa Sra da Conceipção de Panguim e Cabo dos navios da China, aquellas ilhas depois de muitos annos estarem rebeladas, aleva o governador commissário, e vizitador geral para ellas Ant^o de Mesquita Pimentel no ano de 1695.* In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias das Proezas Militares Obradas pelos Portugueses em a Índia Oriental.* Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v. 1. p. 236-236v.

aquilo que viu por lá. São desenhos que tratam da natureza e da população da região. As imagens, gravadas em metal, mostram as roupas usadas pelos soldados daquele reino; as maneiras como os nobres da região eram transportados pelos seus serviçais; os diferentes tipos de trajés, que distinguiam os servos e a nobreza, bem como a paisagem local. Uma das ilustrações mostrava a diferença na maneira de se vestir entre uma serviçal, uma mulher do povo e uma “gentildonna”: a primeira andava com os seios nus, a segunda, vestia-se de forma simples e levava um pano na cabeça. Já a última, trazia um chapéu e um belo vestido enfeitado com franjas e um laçarote. Esses folhetos descrevendo terras desconhecidas, circulavam pela Europa e serviam como um importante veículo que dava significado a uma experiência nova, a uma outra natureza, a um outro espaço e a outras culturas. A própria maneira de descrever a fauna local partia de referenciais europeus. Este é o caso de uma das imagens, que retratava um animal desconhecido, uma zebra, como um cavalo com listras pelo corpo.²⁵⁵

Mas foi no tomo das *Notícias Históricas e Militares da América* que Barbosa Machado guardou o folheto mais interessante, não só pela detalhada descrição que fez sobre o Rio Amazonas, mas pela clara finalidade estratégica e política que o permeava. Trata-se de um estudo feito por Cristóvão de Acuña intitulado *Nuevo Descubrimiento del gran rio de las Amazonas*. O título não é por acaso. Conta o autor que Francisco Orellana descobriu aquele rio em 1540. No entanto, nesta descrição, produzida a partir de uma longa jornada em que o viajante pode ver com seus próprios olhos aquele cenário, Acuña coletou tantas informações que era como se ele tivesse descoberto novamente o Amazonas, definido por ele como um espaço de quase quatro mil léguas de contorno, onde encerrava-se mais de 150 nações de línguas diferentes, suficiente, cada uma delas, a fazer por si só um dilatado reino. O

²⁵⁵ LOPES, Duarte. *Relatione del reame di Congo et delle circonvicine contrade tratta dalli scriti e raggionamenti di Odoardo Lopes Portoghese. Per Filippo Pigafetta com dessegne vari di geografia, di plante, d’habiti, d’animali, e altro. Al monto Ill^{te} e R^{mo} Mons^{te} Antonio Migliore Vescovo di S. Marco, e commendatore di S. Spirito*. Roma: Bartolomeu Grassi, 1591. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias Históricas e Militares da África*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional. p. 1-55.

conhecimento adquirido na viagem que muitos tentaram fazer antes dele, mas ninguém havia conseguido, foi posto em um texto, que descrevia o curso do rio, sua latitude e longitude, fertilidade, os índios que habitavam as ilhas ao seu redor, a fauna e a flora, as entradas que alimentavam o rio e também suas fontes de riqueza. O autor deu informações preciosas, como as regiões em que metais preciosos poderiam ser encontrados:

Ao norte, entra un rio llamado yurupazi, subiendo por ele qual, y atravesando en cierto parage por tierra três dias de camino hasta llegar a outro que se llama Yupura, por ele se entra en el Yquiari que es el rio de el oro, donde de el pie de una sierra que alli está le sacan los naturales en gran cantidad, y este oro todo es un puntas y granos de buen tamaño.²⁵⁶

Este texto poderia ser como outras descrições compiladas por Barbosa Machado sobre as regiões do ultramar. Mas o que torna a sua presença nesta coleção ainda mais interessante é o fato deste estudo ter sido feito a mando de Felipe IV em uma data bastante significativa: 1641. A viagem de Acuña mostrava ao monarca espanhol que a principal porta de entrada para aquele “novo mundo descoberto” era, de fato, a partir da costa do Brasil. No entanto, dizia ele, o rei Habsburgo não devia desistir, “pues com mas facilidade, y mucho menos gastos lo podrá hazer [a viagem] por la Província de Quito, en los reynos del Peru”.²⁵⁷

O governo espanhol mandou destruir a maior parte dos exemplares deste folheto quase imediatamente após a sua publicação para evitar que os portugueses, em luta contra os seus vizinhos e recém senhoreados do Brasil e do Prata, se apoderassem dos argumentos e das descrições de Acuña.²⁵⁸ O interessante é perceber que Barbosa Machado, cerca de um século depois, interessou-se por ele, esforçou-se por adquirir um dos poucos exemplares que sobreviveram à destruição de Felipe IV e o adicionou à sua coleção de folhetos.

²⁵⁶ ACUÑA, Cristobal. Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas. Madrid: Imprenta del Reyno, 1641. In: MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Notícias Históricas e Militares da América*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional. p. 200.

²⁵⁷ Ibid. p. 215.

²⁵⁸ HORCH, Rosemarie. Catálogos de Folhetos da Coleção Barbosa Machado. In: *ABN-RJ*, 1974, v. 2, p. 9.

Pela guerra, pela fé e pelas viagens que descreviam minuciosamente as novas terras, Barbosa Machado incorporou à sua história outras regiões além do reino português. Ao recolher relatos dos mais diversos tipos, alocá-los sob critérios cronológicos e espaciais, nosso abade mostrava ao seu leitor, a partir de documentos, que a valentia dos vassallos não tinha fronteiras: portugueses estiveram dispostos a lutar e morrer em qualquer lugar não só pelo seu rei, mas também pela fé cristã. As narrativas de batalhas, bem como as de evangelização, serviam como elogios ao pioneirismo e à memória lusitana. Mas quando Barbosa Machado trouxe outros lugares para sua narrativa ele fez ainda mais do que elogiar: ele acabou considerando em sua história a dimensão do novo. São outras experiências, outra natureza, outra população, outros territórios. Assim como sua narrativa englobou conflitos, ela trouxe também a perspectiva da descoberta, e não só da repetição e do exemplo.

Como colecionador, certamente fazia parte do desejo de Barbosa Machado possuir documentos interessantes e admiráveis. Ter em sua coleção uma cópia de um texto cuja maior parte dos exemplares fora destruída por Felipe IV, dava ainda mais distinção a ela. Dentro da lógica colecionista, cada peça, em todos os seus detalhes, possuía um certo valor que variava de uma para outra: um folheto raro, um exemplar único, uma prova cabal, esses eram os objetos dos sonhos de todo antiquário. Quando a coleção se ligava ao desejo futuro de escrever uma história de Portugal, os documentos ganhavam um sentido ainda mais forte. Eles podiam ressaltar um evento esquecido, fazer justiça a um personagem, mostrar momentos de suspense e tensão, opiniões divergentes, ou ainda servir para fins estratégicos, justificando a posse e os direitos sobre um certo lugar ou território. A defesa de uma região, a conversão dos gentios, o povoamento e o conhecimento de um dado espaço constituíam-se fundamentos que poderiam legitimar a presença portuguesa na África, Ásia e América. Como comprovar tudo isso? Pelos documentos escritos, sejam eles descrições dos eventos, dos povos que se conheceram ou dos fenômenos naturais e sobrenaturais encontrados nas novas

terras, ou ainda pelos tratados oficiais assinados pelos reis portugueses com outros monarcas.²⁵⁹

Certa vez, preocupado em garantir o direito lusitano sobre suas possessões no ultramar, o acadêmico Pedro de Almeida Portugal chegou a destacar a necessidade de se fazer uma coleção de tratados de paz, que teria ficado a cargo de José da Cunha Brochado e Manoel de Azevedo Soares.²⁶⁰ Em nossas pesquisas, não conseguimos localizar se essa empresa foi ou não levada à frente pela Academia. Mas, de certa forma, o foi por Barbosa Machado. Além dos relatos de batalhas e de evangelização, bem como das descrições coletadas por nosso abade, ele ainda compilou dois volumes dedicados a acordos que Portugal assinou com outras monarquias européias. Todo o conflito com a Holanda, sobre o qual já nos referimos anteriormente, foi passo a passo mostrado pelo colecionador no primeiro volume dos *Tratados de Pazes*. O folheto inicial traz uma cópia do primeiro tratado de tréguas assinado entre os reinos no ano de 1641. Os opúsculos seguintes, mostram o choque diplomático que ocorreu entre os dois países um ano depois, decorrente da ocupação holandesa de territórios coloniais portugueses. Barbosa Machado coletou dois discursos de Francisco Leitão Ferreira, embaixador português, reclamando que os holandeses passavam por cima daquilo que fora negociado, invadindo novas terras e recusando-se a sair das possessões lusas.²⁶¹ Em seguida, um opúsculo indica que a rebeldia flamenca levou Portugal a iniciar novamente uma guerra contra a Holanda. No entanto, a história tem um final feliz, pois, a seguir, Barbosa Machado inseriu em sua coleção de tratados de paz, o documento que pôs fim às hostilidades e selou a amizade entre os dois reinos.²⁶² No segundo volume, o colecionador compilou diversos tratados assinados entre os reis espanhol e português, entre

²⁵⁹ MEGIANI, Ana Paula. Política e letras no tempo dos Filipes: o Império português e as conexões de Manoel Severim de Faria e Luís Mendes de Vasconcelos. In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral (Org.). *Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no Império português. Séculos XVI- XIX*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 239.

²⁶⁰ SYLVA, Manoel Telles da. *Op. Cit.* p. 351.

²⁶¹ MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Tratados de Pazes de Portugal Celebradas com os Soberanos da Europa*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, v.1. p. 35-68.

²⁶² *Ibid.* p. 123-137.

os quais o de Utrecht. O Tratado de Madri também está presente neste tomo em um folheto que traz, além deste documento propriamente dito, as negociações anteriores que foram anuladas, como a Bula Papal de 1493, o Tratado de Tordesilhas e a Escritura de Saragoça. Todos eles eram importantes no que se refere à definição das possessões e das fronteiras portuguesas.²⁶³

John Elliott em seus trabalhos sobre a Espanha no período Habsburgo destacou que a escrita foi um elemento importante para o império espanhol. De acordo com este autor, a tarefa de governar um domínio tão grande e disperso em termos territoriais, acabou impondo àquela coroa a necessidade de novos métodos burocráticos e procedimentos pautados na palavra escrita, o que ele chama de *governo de papel*, caracterizado, sobretudo, pelo reinado de Felipe II, monarca que passava seus dias rodeado por montanhas de documentos.²⁶⁴ Uma concepção de império espanhol pensado na sua dimensão territorial já existia desde muito cedo, o que não pode ser dito em relação a Portugal, onde esta idéia só começou a ser formulada na segunda metade do século XVIII. No entanto, neste momento, embora a Academia Real de História já tivesse perdido o seu brilho, Barbosa Machado continuava em plena atividade, compilando folhetos, recortando imagens, preocupando-se com o passado, mas com os olhos no presente. Criteriosamente, recolheu documentos que promoviam o conhecimento das diversas regiões nas quais os portugueses estiveram, dos costumes exóticos das populações ultramarinas e dos responsáveis pela conquista e pela primazia portuguesa sobre um dado espaço. O texto escrito por Acuña talvez não tivesse a importância estratégica que tinha quando foi escrito. É possível que as descrições dos lugares e da natureza já não causassem a mesma sensação de estranhamento que produziram nos séculos XVI e XVII, quando foram produzidas. Mas todos aqueles documentos eram testemunhos de um contato, dos lugares até onde os portugueses conseguiram chegar, estabelecendo uma única fé e o

²⁶³ MACHADO, Diogo Barbosa (Org.). *Tratados de Pazes de Portugal celebradas com os soberanos da Europa*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 2v.

²⁶⁴ ELLIOTT, John. *La España Imperial 1469-1716*. Barcelona: Vicens-Vives, 1998. p. 180.

domínio de um único rei. Isso nos leva a pensar que a escrita de Barbosa Machado, na sua forma de coleção, acabou também tendo uma dimensão criativa e domesticadora. Por um lado, ela domesticava na medida em que dava um norte, uma coerência a histórias diversas e difusas em documentos. Por outro, na domesticação, ela produzia não só um sentido elogioso para o passado português, mas também uma dimensão territorial para o império. Assim, ela foi além (ou quem sabe, teria cumprido) o projeto da Academia Real da História.

Não se trata de inferir que foi Barbosa Machado o primeiro a pensar a idéia de uma monarquia portuguesa constituída em sua territorialidade ou mesmo que tenha sido ele o primeiro a formular a noção de império. Na verdade, o que queremos dizer é que nosso abade, como erudito, tinha uma arma importante em suas mãos, a escrita, e por meio do seu trabalho poderia projetar o império português na história, isto é, dar-lhe uma tradição, um passado que justificasse no presente as demandas territoriais portuguesas.

Na Antiguidade, Platão contou num de seus diálogos o mito do deus Teuth que, certo dia, foi mostrar ao rei egípcio Thamos suas invenções, entre elas a escrita. O monarca observou tudo com muita atenção e fez comentários sobre cada um dos inventos. Mas um deles, justamente a escrita, foi objeto de críticas. Teuth a tinha inventado para que auxiliasse a memória, mas, aos olhos do rei, ela teria, na verdade, o efeito contrário, isto é, de destruição da lembrança. Quando uma história é fixada pelas letras em um papel, os homens se dariam ao luxo de esquecê-la, não precisando mais rememorá-la pela tradição oral. Além disso, a escrita fixa, congela. A oralidade, por seu turno, reinventa e reelabora.²⁶⁵ Essa aversão à escrita era compartilhada pelo famoso personagem de Platão, Sócrates, que, segundo o autor de *A República*, nunca se interessou em deixar obras por escrito.

Embora a escrita tenha se desenvolvido bastante ao longo da Idade Moderna, ocupando cada vez mais o terreno antes dominado pela oralidade, não podemos considerá-la

²⁶⁵ PLATÃO. Fedro. In: _____. *Obras Completas*. Madrid: Aguilar Editor, 1974; WEINRICH, Harald. *Lete. A arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 44.

uma prática difundida em todos os grupos sociais. No século XVIII português, ela restringiu-se a uma camada letrada bastante diversificada.²⁶⁶ O interessante, no entanto, é perceber como, para os letrados portugueses do século XVIII, especificamente para os historiadores eruditos deste grupo no qual se inseria o próprio Barbosa Machado, a escrita não estava ligada ao esquecimento, como dizia Platão, mas à lembrança e à memória. Bouza Álvarez acrescenta que a escrita era, à Época Moderna, uma forma de poder, além da coerção pela força.²⁶⁷ Neste sentido, aqueles que sabiam manejar esta arte guardavam também um poder em suas mãos.

As batalhas propriamente ditas, as missões de evangelização, bem como as viagens realizadas, por si só não dariam argumento nenhum para constituir aquelas regiões como possessões de Portugal. Elas só passaram a figurar como exemplos, e o império só pode ter chance de se configurar em sua dimensão territorial, porque toda aquela experiência fora escrita, fixada, organizada dentro de um sentido, e, portanto, constituída como história. Dessa forma, se podemos falar de uma idéia de império português a partir da segunda metade do Setecentos, devemos levar em consideração que ele não foi construído somente pelos poderes governantes, mas também por eruditos como Barbosa Machado, que, por meio da história, criaram noções de virtude e território, além de, munidos de documentos e papéis, terem construído um passado que fundava o império luso no tempo e no espaço. Não foi à toa, portanto, que nosso erudito preocupou-se com os testemunhos oculares, e com a sua disposição nos tomos: aqueles que presenciaram um evento poderiam dizer de forma mais verdadeira como ele se deu. Ao mesmo tempo, eram eficazes no trabalho de combater narrativas duvidosas ou falsas. A sua escrita em forma de coleção conferia à monarquia

²⁶⁶ Sobre a diversidade no que se refere ao campo historiográfico, ver MOTA, Isabel Ferreira da. *Op. Cit.*

²⁶⁷ Bouza Álvarez em seus trabalhos, estabeleceu uma relação entre poder e escrita. O poder é compreendido por este autor através da fusão de duas práticas. Uma delas, talvez a mais conhecida, é definida pelo próprio uso da força, materializada na constituição de exércitos, por exemplo. No entanto, ele atentou também para o uso de formas mais brandas de poder, igualmente eficazes, como a escrita. ÁLVAREZ, Fernando Bouza. *Del Escribano a la Biblioteca*. Madrid: Síntesis, 1997; *Corre Manuscrito*. Madrid: Marcial Pons, 2001; *Palabra e Imagen en la Corte*. Madrid: Abada, 2003.

portuguesa uma tradição, um passado sobre o qual se assentaram e varões virtuosos que defenderam os interesses da coroa, enfrentando desafios no reino e no ultramar.

Pensando esta coleção como uma escrita da história, vimos, portanto, que ela é, ao mesmo tempo, peculiar e comum. O que a torna igual a qualquer outra escrita da história é o fato de ela construir um passado, inventá-lo, dotar diversas experiências que, isoladamente seriam caóticas, em um todo coerente. Barbosa Machado nos contou uma pluralidade de histórias – da vida de um rei, de uma batalha, de uma região, de um personagem –, mas todas elas acabaram se unindo e formando uma história de Portugal e de suas possessões, abrangendo, portanto, diversos mundos, territórios de um vasto império oceânico. Sua singularidade advém do *modo como* nosso abade escreveu sobre o passado. Se a coleção é uma escrita, ela possui regras próprias e a principal delas é ser pautada nas vozes dos testemunhos. Dessa forma, nosso abade não resgatou um passado, mas o configurou folheto a folheto. No interior da biblioteca, selecionando e ordenando seus materiais, o antiquário e o historiador se uniam na figura de Diogo Barbosa Machado.

CONCLUSÃO

Trabalhar com a coleção de Diogo Barbosa Machado em uma dissertação de mestrado trazia alguns pontos positivos, mas também riscos. Tratava-se de uma documentação que nunca tinha sido estudada em seu conjunto. Ramiz Galvão produziu alguns estudos sobre Barbosa Machado, mas nenhum deles tinha pensado exatamente aqueles materiais como uma coleção e, principalmente, tentado entendê-la como uma maneira específica de se relacionar com o passado. De certo modo, foi isso que tentamos fazer aqui. Ao longo do percurso, às vezes perguntavam-nos se não era melhor analisar uma parte da coleção, escolher apenas os retratos ou somente os folhetos, o que geraria um estudo mais específico. No entanto, apesar de termos feito um recorte para a elaboração do último capítulo, insistimos em continuar lidando com todos aqueles materiais, afinal, era por meio da prática de colecionar objetos diferentes que nosso abade lidava com o passado. Dessa forma, para as questões historiográficas que tínhamos em mente, não era possível compartimentar a coleção. Antes, era necessário pensá-la em sua integridade.

Para isso, foi preciso, portanto, iniciarmos com a trajetória daquele próprio acervo, abordando as mudanças que sofreu em outra sociedade e sua resignificação diante de novas demandas sobre o passado. Entre Barbosa Machado e nós mesmos, uma série de pessoas, como Manuel do Cenáculo, Ramiz Galvão, Zephyrino Brum, Lygia Cunha e Rosemarie Horch mantiveram algum tipo de relação com aqueles materiais, modificando-os ou simplesmente dotando-os de significados novos. Foi por meio da própria história daquela coleção que pudemos voltar ao século XVIII e perceber que aqueles objetos, em sua época, serviram como um arquivo, em consonância com um tipo de demanda historiográfica que exigia do historiador o contato e a crítica dos testemunhos do passado. Esta, poderíamos dizer, foi uma primeira interpretação que buscamos dar aos mapas, folhetos e imagens coligidos por Barbosa Machado. No entanto, percebemos que aquela coleção poderia ser entendida também como uma escrita da história, se pensarmos nestes termos qualquer

maneira de atribuir sentidos ao passado. Certamente, ela está ligada às demandas de sua época e ao ambiente erudito no qual Barbosa Machado se inseria. Por outro lado, era uma coleção pessoal, que embora partilhasse do projeto acadêmico de uma história exultante, trazia também as marcas de seu artífice e regras próprias de um tipo de escrita peculiar. Vimos, entre outras coisas, que nosso colecionador teria levado adiante o projeto historiográfico da instituição da qual fazia parte ao considerar outros espaços e outros povos na história de Portugal, ajudando, com isso, a dimensionar o império luso dentro de uma certa noção de território.

Para concluirmos nosso trabalho, gostaríamos apenas de retomar duas discussões que julgamos importantes e que a nossa pesquisa, sobre uma coleção específica, talvez nos ajude a pensar. Aproveitamos também para ressaltar alguns pontos que podem ser aprofundados em possibilidades futuras de pesquisa. Uma primeira questão refere-se à constituição dos vestígios de épocas passadas como documentos históricos. Vimos no capítulo dois o esforço dos eruditos portugueses setecentistas no sentido de preservar testemunhos e restos arqueológicos do passado, entendendo-os não como papéis velhos ou meros escombros, mas como uma possibilidade de acesso a um tempo invisível. A escrita do passado ficava ligada, portanto, ao documento, que, aos poucos, ganharia o estatuto de autor da história, como se fosse um veículo de acesso direto a um tempo pretérito.

Não se trata de pensar que esta relação entre escrita do passado e documentos foi cumulativa e progressiva dentro de um suposto desenvolvimento da história até a sua constituição como ciência. Trata-se, antes, de ressaltar o papel que a Academia Real e eruditos como Barbosa Machado tiveram na medida em que associaram o trabalho do historiador e o contato com testemunhos, percebendo esses últimos como elementos fundamentais para escrever sobre um personagem ou evento acontecido. A autoridade passava a residir no vestígio e a credibilidade daqueles eruditos no fato de que eles viam e

detinham os testemunhos. Não foi à toa, portanto, que Barbosa Machado compilou, além de tratados, poesias e elogios, narrativas de testemunhas oculares, que poderiam fornecer uma dimensão exata do que outrora aconteceu nos campos de batalhas, funerais, casamentos e festas.

Neste trabalho em que textos e outros papéis mudavam seus estatutos, tornando-se documentos capazes de ligar um presente visível a um passado invisível, Barbosa Machado selecionava de forma ativa o que deveria sobreviver ao tempo. Seu trabalho acabou sendo bem sucedido, pois os testemunhos que organizou nos servem hoje como materiais que possibilitam inúmeros estudos. Dessa forma, nosso colecionador acabou colocando para nós, hoje, um problema que já foi ressaltado pelo historiador Marc Bloch: dos arquivos como meios de transmitir lembranças e propagar uma certa memória através das gerações.²⁶⁸

Uma segunda questão que nos parece importante foi a necessidade de retomar e estudar uma certa tradição antiquária e uma formação erudita do historiador que acabou se perdendo no momento em que a história foi conquistada para o mundo da razão.²⁶⁹ Neste sentido, os filósofos iluministas ajudaram a formar uma visão caricatural do trabalho dos antiquários. Voltaire, por exemplo, entendia a atividade destes últimos como inútil e estéril. Frente a um saber que ele considerava apenas como “de fatos e datas”, propunha a sua substituição pela história do “espírito humano”. Subjacente à crítica, havia uma concepção historiográfica distinta daquela dos antiquários eruditos, esta última preocupada com o evento, com o singular e valorizadora dos sentidos – o ato de tocar em um vestígio como se, a partir dele, fosse possível tocar o próprio passado. Um novo regime de historicidade se impunha, preocupado em buscar, por meio da razão, um movimento para a história

²⁶⁸ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001; MASTROGREGORI, Massimo. *Historiografia e tradição das lembranças*. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A História Escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

²⁶⁹ CASSIRER, Ernst. *Filosofia de la Ilustración*. México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1974.

humana.²⁷⁰ Sendo assim, dentro desta nova concepção de história que se formava, as coleções e a maneira dos antiquários em lidar com o passado perdiam, aos poucos, sua razão de ser.²⁷¹

No século XIX, Nietzsche, observando a sociedade que vivia, fez severos julgamentos ao conhecimento e à cultura histórica de sua época, não poupando os colecionistas. Criticava o desejo frenético pelo passado que, segundo o filósofo, acabava por atrofiar os homens do século XIX. O homem moderno, na concepção daquele filósofo, se alimentava de conhecimento, mas era incapaz de agir; estava tão preocupado com o passado, que já nascia um ancião. A história, ao invés de se constituir como instrumento para mover as pessoas à ação, tornava-se, antes, um fardo. Nietzsche ressaltou três tipos de história, uma delas, que chamou de antiquária, caracterizava-se pelo seu sentido de preservação e veneração. O antiquário era aquele que olhava para o passado com fidelidade e amor, sentindo-se parte daquela história. Seu trabalho tinha, inclusive, uma utilidade: a de preservar para aqueles que viriam depois. No entanto, o filósofo alertava que, em excesso, este tipo de relação com o tempo pretérito poderia ser perigosa, pois criaria uma cega figura colecionista, meramente curiosa, incapaz de criar algo novo, mas somente de conservar o velho.²⁷²

Uma herança desta crítica voraz à história erudita que pensadores tão diferentes como Nietzsche e Voltaire fizeram, pode ser vista no quase desaparecimento de saberes que antes eram considerados fundamentais para a compreensão das sociedades do passado e para a formação do historiador, entre eles a numismática, a geografia, a diplomática, a cronologia e a paleografia. Primeiramente, foram rebaixadas ao estatuto de “disciplinas auxiliares da história”. Com o tempo, esses saberes foram sendo considerados conhecimentos frívolos, sem utilidade, erudição vazia, e hoje essas disciplinas estão praticamente extintas de nossos

²⁷⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Para uma semântica de los tiempos históricos*. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, s/d; HARTOG, François. *Régimes d'Historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003.

²⁷¹ KRIEGEL, Blandine. *L'Histoire à l'âge Classique. La défaite de l'erudition*. Paris: PUF, 1988, v.2

²⁷² NIETZSCHE, Friedrich. *Sobre la Utilidade y los Prejuicios de la Historia para la Vida*. Buenos Aires: EDAF, 2000.

currículos universitários. Esse movimento, chamado por Blandine-Kriegel de *derrota da erudição*, nada mais foi do que o apagamento de uma forma legítima de lidar com as experiências de outrora, mas que acabou sendo esquecida, como se não fizesse parte do passado da história.²⁷³

Dessa forma, pretendemos com nosso trabalho compreender a prática do antiquariado no século XVIII português, tendo com isso um duplo objetivo. Em primeiro lugar, ressaltar uma outra possibilidade de se relacionar com o passado, poucas vezes considerada e, em larga medida, diferente da nossa. Em segundo lugar, procuramos destacar também a presença desta tradição no interior de uma instituição importante no que se refere à escrita da história no Brasil, a saber, o IHGB. Vimos que, no caso brasileiro, a passagem de uma história aristocrática para uma história nacional guardou algumas continuidades, uma vez que a herança das academias literárias marcou a produção do IHGB. Uma possibilidade futura de pesquisa seria aprofundar esta questão, ressaltando a influência antiquária naquele instituto e em outros de seus membros, além de Ramiz Galvão, já estudado por nós.

Os materiais coligidos por Barbosa Machado abrem ainda muitas outras possibilidades de estudo. Certamente, nenhuma delas esgotaria todos aqueles documentos. Tampouco tivemos a pretensão de fazer isso. Antes, optamos por, a partir deles, realizar um trabalho de cunho mais historiográfico. Ainda nesta área de pesquisa, outras interrogações poderiam ser lançadas no sentido de pensar os usos políticos de um tipo de história como a praticada por aqueles acadêmicos. Sobre esta questão, cremos que a coleção de Diogo Barbosa Machado abre ainda duas possibilidades de estudo. Uma delas seria nos aprofundar em alguns personagens para pensarmos como o trabalho de lembrança e esquecimento em uma coleção como aquela poderia mexer com uma certa economia de privilégios numa sociedade de corte. Outra possibilidade, seria aprofundar a idéia de um império português

²⁷³ KRIEGEL, Blandine. *Op. Cit.*; GUIMARÃES, Manoel Luíz Salgado. Reinventando a Tradição: sobre antiquariado e escrita da história. *Humanas*, Porto Alegre, v. 23, n. 1/2, p. 111-143, 2000.

constituído não apenas por meio das armas, mas também pelas letras, na medida em que eruditos como Diogo Barbosa Machado, a partir da construção de um certo passado, fundavam uma tradição para este mesmo império.

Para além das duas questões levantadas por nós e das possibilidades futuras de trabalho, se quisermos tirar ainda uma conclusão mais geral desta dissertação, diríamos que foi nosso objetivo mostrar que, ao longo do tempo, as sociedades lidaram de modos diversos com o seu passado, construindo-o e rememorando-o a partir das interrogações do seu presente e das expectativas que guardavam em relação ao seu futuro. Assim como Barbosa Machado um dia deu sentido a uma experiência passada, hoje nós também fazemos esse exercício. Apesar de nossas diferenças, algo nos une a eles: continuamos a nos debruçar sobre papéis velhos e, mais do que isso, nosso trabalho tem como pressuposto a ausência, a tarefa de lidar com uma experiência invisível e torná-la dotada de significado para o presente. As histórias contadas em uma coleção, bem como a narrativa lógica presente em nossos livros e artigos, isto é, esse todo harmonioso que os antiquários de ontem e os historiadores de hoje constroem, bem como disse Schiller, só deve existir, na verdade, em nossas imaginações.²⁷⁴

²⁷⁴ Lição inaugural de Schiller como professor de História na Universidade de Jena proferida em 26 de maio de 1789. Cf. NIETZCHE, Friedrich. *Op. Cit.*, p. 98.

Fontes

- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino, Aulico, Anatômico, Architetonico, Bellico...* Coimbra: Real Colégio das Artes da Cia de Jesus, 1713, 10v.
- BRUM, José Zephyrino de Meneses et all. *Registro dos Relatórios Trimestrais da Secção de Estampas da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1876-98.
- Carta de Diogo Barbosa Machado destinada ao Padre Frei Marceliano da Ascensão em 31 de outubro de 1744*. Biblioteca Nacional de Lisboa.
- Carta de Francisco Xavier de Oliveira para Barbosa Machado*. Haia, 19/10/1742. Biblioteca da Ajuda.
- Catálogo dos Retratos Colligidos por Diogo Barboza Machado*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger e Filhos, 1893-1905, v.1. p. I-VIII.
- CUNHA, Lúgia. *Entrevista a Rodrigo Bentes Monteiro e Ana Paula Sampaio Caldeira*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – 02/03/2005.
- Decreto de D. João V de 13 de agosto de 1721. In: *Academia Real da História Portuguesa e a sua Lei de Proteção a Monumentos Arqueológicos*. Lisboa: s/e, 1958.
- GALVÃO, Ramiz. *Catálogo do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio de Rodrigues e C., 1906.
- _____. (Org.). *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1998, 3v.
- _____. *Livro do Centenário (1500-1900)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.
- _____. (Org.). *Galeria de História Brasileira 1500-1900*. Rio de Janeiro: H. Grnier, s/d.
- _____. *Discurso que Proferiu em Honra da Oficialidade da Canhoneira Portuguesa Pátria na Sessão Solenne de 15/10/1905*. Rio de Janeiro: Cia Typografica do Brasil, 1905.
- _____. Diogo Barbosa Machado. In: *Annais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger e Filhos, 1876, v.1. p. 1-43.
- HORCH, Rosemarie Érika. *Entrevista a Rodrigo Bentes Monteiro*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros – USP, 20/10/2005.
- MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana*. Lisboa Occidental: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741-1759, 3v.
- _____. *Memórias para a História de Portugal, que comprehendem o governo delRey D. Sebastião*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1736-51, 4v.

- _____. *Cathalogo dos Livros da Livraria Diogo Barbosa Machado distribuídos por matérias e escrito por sua própria mão*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.
- _____. (Org.). *Coleção de Folhetos Colligidos pelo Abade Diogo Barbosa Machado*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 146v.
- _____. (Org.). *Coleção de Retratos Colligidos pelo Abade Diogo Barbosa Machado*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 8v.
- _____. (Org.). *Mapas do Reino de Portugal e suas Conquistas*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.
- SYLVA, Manoel Telles da. *Historia da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1727.
- _____. *Collecçam dos Documentos, Estatutos e Memórias da Academia Real da História*. Lisboa Occidental: Pascoal da Sylva, 1721-1736, 17v.
- VALADÃO, Alfredo. Necrológio dos Srs Conde de Affonso Celso, Ramiz Galvão, Barão de Studart... *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, vol. 173, p. 838-892, 1938.
- XAVIER, Francisco José da Serra. *Oração fúnebre nas Exequias do Reverendo Senhor Diogo Barbosa Machado*. Lisboa : Regia Officina Typografica, 1773.

Bibliografia

Obras de caráter teórico-metodológico

- ARENDDT, Hannah. O conceito de história. In: *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- BENJAMIN, Walter. Le Collectionneus. In: *Paris: capitale du XIXe siècle*. Paris: Cerf, 1993. p. 220-29.
- CASSIRER, Ernst. *Filosofia de la Ilustración*. México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 1974.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHARTIER, Roger. *História Cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.
- _____. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, IEA, jan/abr, vol.5, n.11, p. 173-191, 1991.
- _____. (Org.). *Práticas de Leituras*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

- _____. *A Ordem dos Livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: UnB, 1999.
- _____. *Leituras e Leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2004.
- CLIFFORD, J. Collecting art and culture. In: *The Predicament of Culture: twentieth century ethnography, literature and art*. Cambridge: Harvard University Press, 1988. p. 215-52.
- GADAMER, Hans-Georg. *O Problema da Consciência Histórica*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- HARTOG, François. *Régimes d'Historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003.
- _____. *Évidence de l'histoire. Ce que voient les historiens*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2005.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre a tarefa do historiador. Rio de Janeiro. *Anima* 1(2):79-89. 2001.
- HUTTON, Patrick H. *History as an Art of Memory*. Hanover : University of Vermont, 1993.
- KOSELLECK, Reinhart. Le concept d'histoire. In: *L'expérience de L'histoire*. Paris: Gallimard, 1997. p. 15-99.
- _____. *Futuro Passado. Para uma semántica de los tiempos históricos*. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, s/d. p. 43.
- LENCLUD, Gerard. Qu'est-ce que la tradition? In: DETIENNE, Marcel (Dir.). *Transcrire les Mythologies*. Paris: Éditions Albin Michel, 1994. p. 25-44.
- LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MCKENZIE, D. F. *La Bibliographie et la Sociologie des Textes*. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie, 1991.
- MELLO e SOUZA, G. O colecionador e a coleção. *Revista da Biblioteca Mario de Andrade*, 1993, p. 129-33.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Sobre la Utilidade y los Prejuicios de la Historia para la Vida*. Buenos Aires: Edaf, 2000.
- POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi. v.1. Memória-História*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.
- _____. Memória. In: *Enciclopédia Einaudi. v.42. Sistemática*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s/d, 507-16.
- _____. *Des Saintes Reliques à l'art Moderne: Venise-Chicago, XIIIe-XXe siècle*. Paris: Gallimard, 2003.

- _____. *Collectionneurs, Amateurs et Curieux: Paris-Venise, XVIe-XVIIe siècle*. Paris: Gallimard, 1987.
- _____. Collections et Musées (note critique), *Annales ESC*, v.6, 1381-1401, 1993.
- _____. *L'Ordre du Temps*. Paris : Gallimard, 1984
- RICOEUR, Paul. *La Mémoire, L'Histoire, L'Oubli*. Paris: Seuil, 2000.
- SEGALA, S. Coleção Fotográfica. Comunicação apresentada na XXIV Reunião da Associação Brasileira de Antropologia. Fórum de pesquisa: Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios culturais, 2004.
- WEINRICH, Harald. *Lete. A arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Obras Gerais

- AGUIAR, António de. Sobre a iconografia de Diogo Barbosa Machado. *Separata da Revista Ocidente*, Lisboa, p. 125-138, 1947.
- ALMEIDA, Luís Ferrand de. D. João V e a Biblioteca Real. *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, v. 36, p. 413-438, 1991.
- ÁLVAREZ, Fernando Bouza. *Del Escribano a la Biblioteca*. Madrid: Síntesis, 1997.
- _____. *Corre Manuscrito*. Madrid: Marcial Pons, 2001.
- _____. *Palabra e Imagen en la Corte*. Madrid: Abada, 2003.
- _____. *Imagen y Propaganda. Capítulos de História Cultural del reinado de Filipe II*. Madrid: Akal, 1998.
- AMADO, Maria Teresa. “Biblioteca” e ordens dos saberes: da Biblioteca-Livraria à Biblioteca-Catálogo na Espanha dos Austrias. *Cultura. Revista de História e Teoria da Idéias*, Lisboa, vol. 9, p. 23-44, 1997.
- ANSELMO, Artur. Perspectivas historiográficas do século XVIII. *Claro, escuro. Revista de Estudos Barrocos*, Lisboa, v. 2, 1989.
- _____. Fronteiras da história do livro. *Cultura. Revista de História e Teoria da Idéias*, Lisboa, vol. 9, p. 15-22, 1997.
- _____. *Estudos de História do Livro*. Lisboa: Guimarães, 1997.
- _____. *História da Erudição em Portugal. Das origens até 1536*. Porto: Lello e Irmãos, 1991.
- ARAÚJO, Ana Cristina. Despedidas triunfais – celebração de morte e cultos de memória no Século XVIII. In: KANTOR, Íris e JANCSÓ, István (Org.). *Festa: Cultura e*

- Sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: HUCITEC, EDUSP, FAPESP, Imprensa Oficial, 2001, v.1. p. 17-33.
- _____. Livros de uma Vida. Critérios e modalidades de Constituição de uma Livraria Particular no Século XVIII. *Revista de Historia das Idéias*, Coimbra, v. 20, p. 149-185, 1999.
- _____. Ruína e Morte em Portugal no Século XVIII: A propósito do Terramoto de 1755. *Revista de Historia das Idéias*, Coimbra, v. 9, p. 327-365, 1987.
- ARIÈS, Pilippe & CHARTIER, Roger (org.) ARIÈS & DUBY, Georges (dir). *História da Vida Privada. Da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, v.3.
- BAIÃO, Antonio. *O Testamento de Diogo Barbosa Machado*. Porto: Tipografia Sequeira, 1937.
- BAKER, Alan H. *Geography and History: bridging the divide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano. *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, v.2.
- BARATIN, Marc e JACOB, Christian (Org.). *O Poder das Bibliotecas. A memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 257-270.
- BEAUTIER, Robert Henri. La phase cruciale de l'histoire des archives, la constitution des dépôts d'archives et la naissance de l'archivistique. *Archivum*, t. XVIII, 1968.
- BEBIANO, Rui. D. João V, rei sol. *Revista de História das Idéias*, Coimbra, v. 8, p. 111-121, 1986.
- _____. *D. João V: poder e espetáculo*. Aveiro: Estante, 1987.
- BETHENCOURT, Francisco. e CURTO, Diogo Ramada (Org.). *A Memória da Nação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.
- ____ e CHAUDHURI, Kirti (Orgs.). *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1997, vols 1-3.
- BICALHO, Maria Fernanda. *A Cidade e o Império. O Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- ____ e FERLINI, Lúcia Amaral (Org.). *Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no Império português. Séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.
- BOURDÉ, Guy. *As Escolas Históricas*. Lisboa: Europa-América, 1983.
- BOXER, Charles. *O Império Marítimo Português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- BRÁSIO, Antônio. O problema da sacração dos monarcas portugueses. *Anais da Academia Portuguesa de História*, Lisboa, p.34-43, 1989.
- BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- BUESCU, Ana Isabel. *Memória e Poder: ensaios de história cultural (séculos XV-XVIII)*. Lisboa: Cosmos, 2000.
- CARDIM, Pedro. Imagens das festas de casamento de Afonso VI. In: XAVIER, Ângela Barreto; CARDIM, Pedro e ALVAREZ, Fernando Bouza. *Festas que se Fizeram pelo Casamento do Rei D. Afonso VI*. Lisboa: Quetzal, 1996. p. 29-75.
- _____. *Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Cosmos, 1998.
- _____. Religião e ordem social. Em torno dos fundamentos católicos do sistema político do Antigo Regime. In *Revista de História das Idéias*. Coimbra, Instituto de História e Teoria das Idéias – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001, v.22, p.133-174.
- _____. Embaixadores e representantes diplomáticos da corte portuguesa no século XVII. *Cultura. Revista de História e Teoria das Idéias*. Lisboa, 2002, v.15, IIª série, p. 47-86.
- CARVALHO, Gilberto Vilar de. *Biografia da Biblioteca Nacional (1807 a 1990)*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994.
- CARVALHO, Joaquim Barradas de. *Da História Crônica à História Ciência*. Lisboa: Cosmos, 1998.
- CARVALHO, Rômulo de. *Actividades Científicas em Portugal no Século XVIII*. Évora: Universidade de Évora, 1996.
- _____. *A História Natural em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Icalp, 1987.
- CASTELO-Branco, Fernando. Subsídios para a História da Academia Real da História Portuguesa. *Anais da Academia Portuguesa de História*, Lisboa, v. 20, p. 45-66, 1971.
- _____. Significado cultural das Academias de Lisboa no século XVIII. *Portugaliae Histórica*, vol 1, Lisboa, 1973.
- CASTRO, César Augusto. *História da Biblioteconomia Brasileira*. Brasília: Thesaurus, 2000.
- CEZAR, Temístocles. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o império. Escrita da história e saber geográfico no Brasil oitocentista. *Agora*, Santa Cruz do Sul –RS, v.11, n.1, p.79-99, 2005.
- CLEN, Adriana Mattos. *As Corografias e a Cultura Histórica Oitocentista*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. (Dissertação defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ).

- CLUNY, Isabel. *D. Luís da Cunha e a Idéia de Diplomacia em Portugal*. Lisboa: Livros Horizontes, 1999.
- COSTA, Manuel Alberto Nunes. Diogo Barbosa Machado e a bibliografia portuguesa. *Anais da Academia Portuguesa de História*, Lisboa, p. 291-340, 1986.
- CUNHA, Norberto. *Elites e Acadêmicos na Cultura Portuguesa Setecentista*. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 2000.
- _____. A desdivinização do mundo histórico no século XVIII. A Academia Real da História Portuguesa (1720-1737). *Diacrítica. Revista do Centro de Estudos Portugueses*, Lisboa, v.6, p. 249-90, 1991.
- CURTO, Diogo Ramada. *O Discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Universidade Aberta, 1988.
- DE JEAN, Joan. *Antigos Contra Modernos. As guerras culturais e a construção de um fin de siècle*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- DIAS, Maria Helena. *Os mapas em Portugal: da tradição aos novos rumos da cartografia*. Lisboa: cosmos, 1995.
- DOMINGOS, Manuela D. *Livreiros de Setecentos*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000.
- _____. *Livraria de D. José da Silva Pessanha*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998.
- _____. *Bertrand: Uma Livraria Antes do Terramoto/ Bertrand: Une Librairie Avant le Tremblement de Terre*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2002.
- DUARTE, Paulo Araújo. *Fundamentos de Cartografia*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2002.
- DURANTON, Henri. Les sources historiques au XVIII^e siècle, organisation, buts, résultats. *Bulletin de la Société Française d'Étude du XVIII^e Siècle*, Paris, Outubro de 1973.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, 2v.
- _____. *A Sociedade dos Indivíduos*. Lisboa: Dom Quixote, 2005.
- _____. *Mozart. Sociologia de um Gênio*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- ELLIOTT, John. *The Count-Duke of Olivares: the statesman in na age of decline*. New Haven, Coon. & London, 1986
- _____. *Spain and its World, 1500-1700*. Haven, Coon. & London, 1989; *A Europa Dividida (1559-1598)*. Lisboa: Presença, 1968.
- _____. *La España Imperial 1469-1716*. Barcelona: Vicens-Vives, 1998.
- FALCON, Francisco. Historiografia portuguesa contemporânea: um ensaio histórico-interpretativo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, p. 79-99, 1988.

- FERREIRA, Carlos Alberto. *A Livraria Real Portuguesa*. Lisboa: Inspecção Superior das Bibliotecas e Arquivos, 1958.
- FERRONE, Vincenzo e ROCHE, Daniel. *Le Monde des Lumières*. Paris: Fayard, 1999.
- FONSECA, Edmée. L'historiographie des decouvertes d'apres la biblioteca lusitana de Diogo Barbosa Machado. In: *Actes du Coloque La Decouverte, le Portugal et L'Europe*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1990. p. 13-21.
- FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Antigo Regime nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRANZINI, Elio. *A Estética do Século XVIII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.
- FREITAS, Maria do Carmo Telles de; OLIVEIRA, Susana Madalena. (org). *Os Espaços de um Império*. Lisboa: CNPCDP, 1999, 2v.
- FUETER, Ed. *Historia dela Historiografia Moderna*. Buenos Aires: Editorial Nova, 1953, 2v.
- FUMAROLI, Marc. *L'Age de l'Eloquence*. Paris: Genève, 1980.
- GAILLEMIN, Jean-Louis. *Antiquaires*. Paris: Editions Assouline, 2000.
- GARDNER, Richard K. *Library Collections: their origin, selection, and development*. Nova Iorque: McGraw-Hill, 1981.
- GODINHO, Vitorio Magalhães. *A Expansão Quatrocentista Portuguesa. Problemas das origens e da linha de evolução*. Lisboa: Empresa Contemporânea de Edições, 1945.
- GRAFTON, Anthony. *As Origens Trágicas da Erudição. Pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Campinas: Papirus, 1998.
- GRELL, Chantal. *L'histoire entre Érudition et Philosophie: études sur la connaissance historique à l'âge des lumières*. Paris: PUF, 1993.
- ____ e DUFAYS, Jean-Michel (Org.). *Pratiques et Concepts de L'histoire en Europe*. Paris: Sorbonne-PUF, 1990.
- GUERREIRO, Luís Manuel Ramalhosa. *La representation du Pouvoir Royal à l'Age Baroque Portugais (1687-1753)*. Paris: EHESS, 1995. (Tese de doutorado em história).
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Reinventando a Tradição: sobre antiquariado e escrita da história. *Humanas*, Porto Alegre, v. 23, n. 1/2, p. 111-143, 2000.
- ____. Nação e Civilização nos Trópicos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.
- HARTSHORNE, Richard. *Nature of Geography: a critical survey of current thought in the light of past*. Westport: Greenwood Press, 1977.
- HAZARD, Paul. *La Crise de la Conscience Européenne, 1680-1715*. Paris: s/e, 1961.

- _____. *La Pensée Européenne au XVIII^e Siècle*. Paris: s/e, 1963.
- HERMANN, Jacqueline. *No Reino do Desejado. A construção do sebastianismo em Portugal. Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HESPANHA, Antonio Manuel (Org.). *História de Portugal. O Antigo Regime*. Lisboa: Círculo de leitores, 1993, v.4.
- _____. *As Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal – século XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.
- _____. *Historia de Portugal Moderno: Político e Institucional*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.
- ____ et al. *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime: Colectanea de Textos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- HORCH, Rosemarie E. Catálogo dos Folhetos da Coleção Diogo Barbosa Machado. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1974, v.92.
- JOLLES, André. *Formas Simples. Legenda, saga, Mito, adivinha, ditado, caso, memorável, conto, chiste*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos. Historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/ UFBA, 2004.
- KRIEGEL, Blandine. *L'Histoire à L'Age Classique*. Paris: PUF, 1988, 4v.
- KURY, Lorelai Brilhante; CAMENIETZKI, Carlos Ziller. Ordem e Natureza: coleções e cultura científica na Europa Moderna. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 29, p.57- 85, 1997.
- LEVY, Pierre. *Des Artistes et un Collectionneur*. França: Flammarion, 1976.
- LIMA, Luís Filipe Silvério. *O Império dos Sonhos. Narrativas proféticas, sebastianismo e messianismo brigantino*. São Paulo: USP, 2005. (Tese defendida pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo).
- LISBOA, João Luís. O papel da história entre os leitores do século XVIII. *Ler História*, Lisboa, n. 24, p. 5-15, 1993.
- LUGLI, Adalgisa. *Naturalia et Mirabilia. Les cabinets de curiosités en Europe*. Paris: Adam Biro, 1998.
- MABILLON, Jean. *Breves Reflexions sur quelques Regles de L'histoire*. Paris: POL, 1990.
- MARIN, Louis. *Le Portrait du Roi*. Paris: Éditions de Minuit, 1981.
- MARQUES, Alfredo Pinheiro. O imperialismo português no Brasil nos séculos XVIII-XIX: o papel dos cartógrafos e dos engenheiros militares na fixação dos limites do Brasil. In:

- ALBUQUERQUE, Luis de (org). *Portugal no mundo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.
v. 5. p.180-190
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *Ensaio de Historiografia Portuguesa*. Lisboa: Palas Editores, 1988.
- MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *A Censura Literária em Portugal nos Séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2005.
- MATIAS, Elze Maria Henny Vonk. *As academias literárias portuguesas dos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Universidade Clássica de Lisboa, 1988 (Tese de doutoramento apresentada à Universidade Clássica de Lisboa).
- MATTOSO, José. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MEGIANI, Ana Paula Torres. *O Rei Ausente*. São Paulo: Alameda, 2004.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna*. São Paulo: EDUSC, 2004.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O Crepúsculo dos Grandes. A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.
- _____. *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: ICS, 2003.
- _____; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da (Org.). *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas no Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005.
- MONTEIRO, Ofélia Milheiro Caldas Paiva. No Alvorecer do "Iluminismo" em Portugal: D. Francisco Xavier de Meneses, 4º Conde da Ericeira. *Separata da Revista de História Literária de Portugal*, Coimbra, v. 1, 1963
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O Rei no Espelho. A monarquia portuguesa e a colonização da América. 1640-1720*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- _____; LEITE, Jorge Miranda. Os manifestos de Portugal: reflexões acerca de um Estado moderno, in ABREU, Martha; SOIHET, Rachel & GONTIJO, Rebeca (org.). *Cultura Política, Historiografia e Ensino de História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.113-131.
- _____; CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. A Ordem de um Tempo: Folhetos na Coleção Barbosa Machado. *Topoi* (Revista do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ), no prelo.

- _____. Recortes de Memória: reis e príncipes na coleção Barbosa Machado. In: SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- _____. Reis, príncipes e varões insignes na coleção Barbosa Machado, in *Anais de História de Além-Mar*. Lisboa, Centro de História de Além-Mar, v. VI, 2005, p. 215-51.
- MORAES, Antonio Carlos Robert de. *Geografia: Pequena História Crítica*. SP: Hucitec, 1986.
- MORENO, Eva Velasco. *La Real Academia de la Historia em el Siglo XVIII: una institución de sociabilidad*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2000.
- MOTA, Isabel Ferreira da. Os Historiadores e o campo historiográfico na primeira metade do século XVIII. *Revista de História das Idéias*, Coimbra, v. 8, p. 167-186, 1996.
- _____. Os Historiadores, o mecenato e o clientelismo. Autonomia e dependência (1700-1750). *Revista de História das Idéias*, Coimbra, v. 19, p. 471-493, 1998.
- _____. *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2003.
- MOYA, António Morales. La historiografía Española del siglo XVIII. *Revista de História das Idéias*, Coimbra, n. 18, p. 7-43, 1996.
- NEVEU, Bruno. *Erudition et Religion aux XVIIe et XVIIIe Siècles*. Paris: Éditions Albin Michel, 1994.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- OLIVEIRA, Luiz Cristiano Andrade de. *A narrativa da vontade de Deus: a História do Brasil de frei Vicente do Salvador (c.1630)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. (Dissertação defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ).
- PAGDEN, Anthony. *Povos e Impérios. Uma história de migração e conquistas da Grécia até a atualidade*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- PALMA-FERREIRA, João. *As Academias Literárias dos Séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982.
- PEARCE, Susan M. *On collecting: an investigation into collecting in the European tradition*. London: Routledge, 1995.
- PÉCORA, Alcir. *Máquina de Gêneros*. São Paulo: Edusp, 2001.

- _____. Sermões: o modelo sacramental. In: VIEIRA, Antônio. *Sermões*. São Paulo: Hedra, 2001.
- _____ e SCHWARTZ, Stuart (Org.). *As Excelências do Governador. O panegírico fúnebre e D. Afonso Furtado de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- PEIXOTO, Jorge. No 2º Centenário da morte do fundador da bibliografia portuguesa. In: *Arquivos do Centro Cultural Português*, v.5. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.
- PEREIRA, José Esteves. Pensamento Filosófico em Portugal. Conhecimento, Razão e Valores nos séculos XVIII e XIX. *Cultura História e Filosofia*, Lisboa, v. 5, p. 751-781, 1986.
- PERES, Damião (Dir.). *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense, 1928-1937.
- PIWNIK, Marie-Hélène. *Échanges Érudits dans la Péninsule Ibérique (1750-1767)*. Paris-Lisboa: Fondation Calouste Gulbenkian-Centre Culturel Portugais, 1987.
- _____. L'historiographie portugaise du XVIII siècle et la critique des textes fondateurs. In: DUBOIS, Claude Gilbert (Org.). *L'imaginaire de la Nation (1972-1992)*. Bordéus: Université Michel de Montaigne, 1994.
- RADLEY, Alan. Artefact, memory and a sense of past. In: MIDDLETON, David & EDWARDS, Derek (Org.). *Collective remembering*. London: Sage, 1990. p. 46-59.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira. Concepções sobre a História (segunda metade do século XVIII). *Revista de História*, Porto, v. XII, p. 245-56, 1993.
- RHEIMS, Maurice. *Collectionneurs de la curiosité, de la beauté, du goût, de la mode et de la spéculation*. Paris: Ramsey, 1981.
- _____. *L'Univers de la Bibliophilie*. Paris: Pygmalion, 1988.
- ROCHE, Daniel. *Les Siècles des Lumières en Province. Academies et académiciens provinciaux 1680-1789*. Paris: EHESS, 1978.
- SANTOS, Catarina Madeira. “Goa é a Chave de toda a Índia”. *Perfil político da capital (1505-1570)*. Lisboa: CNCDP, 1999.
- SANTOS, Douglas. *A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- SCHAER, R. (Org.). *Tous le Savoirs du Monde. Encyclopédies et Bibliothèques, de Sumer au XXI^e Siècle*. Paris: BNF – Flammarion, 1996.
- SCHNAPPER, Antoine. *Le Géant, la Licorne et la Tulipe*. Paris: Flammarion, 1988.

- SCHWARCZ, Lilia Moritz et all. *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica*. Lisboa: Verbo, 1974, 3v.
- SERRÃO, Joel. *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*. Lisboa: Alfa, 1990, 5v.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *O Império Luso-brasileiro (1750-1822)*. Lisboa: Estampa, 1986.
- SOARES. Ernesto. *Historia da Gravura Artística em Portugal: os artistas e as suas obras*. Lisboa: Livraria Samcarlos, 1971.
- THOMAS, Alan G. *Great Books and Book Collectors*. Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1975.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. SP: Companhia das Letras, 1996.
- TAVARES, Rui. *O Pequeno Livro do Grande Terramoto. Ensaio sobre 1755*. Lisboa: Tinta da China, 2005.
- TORGAL, Luís Reis. A Restauração: breves reflexões sobre a sua historiografia. *Revista de Historia das Idéias*, Coimbra, v. 1, p. 23-40, 1977.
- _____; CATROGA, Fernando e MENDES, José Maria. *Historia da Historia em Portugal: Séculos. XIX-XX. Da Historiografia à Memória Histórica*. Lisboa: Temas e Debates, 1998.
- TUBINO, Nina. *Sinopse Biográfica de Benjamim Franklin Ramiz Galvão (Barão de Ramiz) 1846-1938*. Brasília: s/e, 1994.
- VENTURA, Maria da Graça Mateus e MATOS, Luís Jorge Semedo de. *As novidades do mundo: conhecimento e representação na época moderna*. Lisboa: Edições Colibri, 2003.
- VILLARI, Rosario (Dir.). *O Homem Barroco*. Lisboa: Presença, 2005.
- VIOLLET-LE-DUC, Eugéne Emmanuel. *Restauração*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)